

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

LEIDIANE PEREIRA LOPES

O QUE FAZ UMA PSICOLOGIA SOCIAL?
UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE OS SIGNIFICADOS DE INTERVENÇÃO NA PSICOLOGIA
SOCIAL BRASILEIRA.

Belo Horizonte

2013

LEIDIANE PEREIRA LOPES

O QUE FAZ UMA PSICOLOGIA SOCIAL?

**UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE OS SIGNIFICADOS DE INTERVENÇÃO NA PSICOLOGIA
SOCIAL BRASILEIRA.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Roberto Afonso do Nascimento

Belo Horizonte

2013

150 Lopes, Leidiane Pereira
L864o O que faz um psicologia social? [manuscrito]: um estudo exploratório
2013 sobre os significados de intervenção na psicologia social brasileira / Leidiane
Pereira Lopes. – 2013.
137 f.
Orientador: Adriano Roberto Afonso do Nascimento.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade
de Filosofia e Ciências.

.

1. Associação Brasileira de Psicologia social. 2. Psicologia - Teses. 3.
Psicologia social – Teses. I. Nascimento, Adriano Roberto Afonso do . II.
Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Adriano Roberto Afonso do Nascimento, pela generosidade, respeito e confiança dedicados a mim ao longo do desenvolvimento desta pesquisa. Trabalhar sob sua orientação foi um presente que me permitiu grande aprendizado e amadurecimento. Sinto-me muito realizada e honrada pelo trabalho que construímos juntos nesses dois anos.

À professora Claudia Mayorga, pelos diversos momentos de diálogo e aprendizado, e pela prontidão com a qual aceitou fazer parte da banca examinadora de minha pesquisa. Fiquei muito feliz por poder contar com sua presença, sempre tão entusiasmada, atenciosa e contagiante, nesse momento tão importante para mim.

Ao professor Francisco Portugal, pela disponibilidade em compor a banca examinadora de minha pesquisa. Estou muito honrada com sua presença.

À minha mãe, Edite, meu maior amor e exemplo de retidão, pela garra com a qual tudo fez para que eu caminhasse em busca de meus sonhos. Mesmo de longe, sem compreender muito bem as minhas escolhas, sempre as respeitou e apoiou. Dedico-lhe, a alegria dessa conquista e o resultado deste trabalho.

Aos meus irmãos, Edineia e Welton, pela força e cuidado nos momentos de desânimo e angústia. Obrigada pela torcida e por sempre vibrarem comigo as minhas conquistas. Vocês são meus exemplos de determinação e dedicação.

Ao Filipe, meu amor e companheiro, por tornar minha vida mais feliz e intensa. Agradeço pela disponibilidade com a qual revisou meu texto, pelas inúmeras contribuições e pela paciência e cuidado nos dias mais tensos.

À querida Roberta Rogmanoli, pela relação de afeto e cumplicidade construída nos últimos anos. Sua atenção e dedicação a mim foram e continuam sendo muito importantes na minha vida. A você, minha eterna gratidão.

A todas as minhas amigas, cujos nomes não citarei para não incorrer no risco de deixar algum de fora, mas que sabem fazer parte da minha vida. Obrigada pela amizade, carinho, atenção e cuidado, especialmente nos momentos de angústia, solidão e desânimo.

Aos queridos Robson Cruz e Otacílio Oliveira, pela amizade e disponibilidade nos diversos momentos de insegurança e incerteza. Obrigada pelo apoio, pela ajuda e confiança. Sou-lhes muito grata por tudo.

Às queridas professoras da PUC Minas São Gabriel, Madalena Silva, Valéria Freire, Aline Aguiar, Márcia Mansur, Isabela Saraiva e Tininha, pelos inúmeros aprendizados, momentos de diálogo e torcida.

À todos os companheiros de mestrado, especialmente Livia Ferreira, Juliana Marques, André Ribeiro, Celso Renato e Sérgio Rossi, por terem se tornado amigos, parceiros e interlocutores. À Marcela Giovanna pelas inúmeras caronas e relação afetuosa. À Flaviane Oliveira pela disponibilidade e atenção. Todos vocês preencheram os meus últimos dois anos de muita alegria, diversão, aprendizado, gratidão e cumplicidade.

À Comissão Organizadora do I Seminário Interno da Pós-Graduação em Psicologia da UFMG (Aline Gonçalves, André Ribeiro, Celso Renato, Flaviane Oliveira, Isabela Almeida, Jaíza Cruz, Márcia Abreu, Marilene Cortez, Sérgio Rossi e Thales Siqueira), pelo envolvimento, comprometimento e dedicação na construção desse projeto, do qual eu me sinto honrada e feliz de ter feito parte.

Aos participantes do Grupo de Estudos – Memórias, Representações e Práticas Sociais, pelos momentos e aprendizados compartilhados.

À todos os professores e funcionários da secretaria do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG, pela atenção e disponibilidade em auxiliar-me nos diversos momentos em que precisei.

À CAPES pela bolsa que possibilitou a realização desse trabalho.

RESUMO

Tema identificado como central desde as primeiras proposições abrapsonianas, a intervenção tem se consolidado, na psicologia social do Brasil, como um campo bastante diversificado quanto aos seus objetivos, públicos-alvo e procedimentos. Entretanto, são poucas as fontes disponíveis que procuraram fornecer informações mais sistematizadas sobre a abrangência dessa diversidade e suas possíveis implicações para a área. Nesse contexto, a presente pesquisa teve como objetivo identificar e analisar o que foi considerado intervenção em 260 trabalhos completos publicados nos anais dos Encontros Nacionais da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO realizados em 2007, 2009 e 2011. O critério de seleção para a composição do *corpus* foi a presença da palavra *intervenção* em, pelo menos, duas frases do relato. Dois procedimentos foram utilizados para o tratamento dos dados: Análise de Conteúdo e Análise Lexical (com o auxílio do software ALCESTE). A Análise de Conteúdo nos permitiu identificar as características mais gerais das atividades descritas, como tipo de trabalho, objetivos, alvo principal, espaços/locais e aspectos metodológicos. A Análise Lexical possibilitou a identificação de quatro classes de formas reduzidas, nomeadas como “para quê intervir”, “onde intervir”, “como não intervir” e “formar para intervir”. A discussão integrada dos resultados obtidos, considerando-se aspectos concernentes à história da psicologia social, permitiu-nos a construção de um “conceito” geral atribuído ao termo intervenção e utilizado no *corpus*, bem como um mapeamento inicial de características que possibilitaram compreender o conjunto de atividades relatadas a partir de critérios de manutenção e de diferenciação relativos às proposições iniciais da ABRAPSO.

Palavras-chave: Psicologia Social; Intervenção; ABRAPSO; Análise de Conteúdo; Análise Lexical.

ABSTRACT

Theme identified as central since the first ABRAPSO's propositions, the intervention has been consolidating, in Brazilian social psychology, in a field very diversified regarding its objectives, audience and procedures. However, there are few available sources that intended to offer more systematic information about this diversity comprehensiveness and its possible implications for the field. In this sense, the present research aimed to identify and analyze what was considered intervention in 260 complete academic works published in the annals of Brazilian Association of Social Psychology (ABRAPSO) National Meetings that happened in 2007, 2009, 2011. The criterion of selection for the *corpus* composition was the presence of the word *intervention* in, at least, two phrases along the report. Two procedures were used to data treatment: Content Analysis and Lexical Analysis (with the aid of ALCESTE software). The Content Analysis allowed us to identify the most generic features from the activities described, such as type of work, objectives, main target, spaces/locals and methodological aspects. The Lexical Analysis enabled the identification of four classes of reduced forms, named "why intervene", "where intervene", "how not to intervene" and "ways to intervene". The integrated discussion of the achieved results, considering history aspects of social psychology, allowed our construction of a general "concept" assigned to the term intervention and used at the *corpus*, as well as an initial mapping of characteristics that enabled to comprehend the related activities set since maintenance and differentiation criteria related to the ABRAPSO's initial propositions.

Key-words: Social Psychology; Intervention; ABRAPSO; Content Analysis; Lexical Analysis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Comparativo entre trabalhos consultados e trabalhos selecionados dos Anais dos Encontros Nacionais da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO, nos anos de 2007, 2009 e 2011	56
Figura 2 - Comparativo, em porcentagem, dos trabalhos selecionados (Intervenção) em cada ano	56
Figura 3 - Comparativo por eixo temático presente nos anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO no ano de 2007	57
Figura 4- Comparativo por eixo temático presente nos anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO no ano de 2009	58
Figura 5 - Comparativo por eixo temático presente nos anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO no ano de 2011	59
Figura 6 - Comparativo dos trabalhos selecionados por ano no eixo temático Educação e Formação	60
Figura 7 - Comparativo dos trabalhos selecionados por ano no eixo temático Ética, Violências e Direitos Humanos	61
Figura 8 - Comparativo dos trabalhos selecionados por ano no eixo temático Gênero, Sexualidade, Raça, Idade e Territórios de Existência	62
Figura 9 - Comparativo dos trabalhos selecionados por ano no eixo temático Histórias, Metodologias e Teorias	62
Figura 10 - Comparativo dos trabalhos selecionados por ano no eixo temático Mídia, Comunicação, linguagem e Objetivações Artísticas	63
Figura 11 - Comparativo dos trabalhos selecionados por ano no eixo temático Política, Democracia e Movimentos Sociais	64
Figura 12 - Comparativo dos trabalhos selecionados por ano no eixo temático Processos Organizativos, Comunidades e Práticas Sociais	64
Figura 13 - Comparativo dos trabalhos selecionados por ano no eixo temático Saúde	65
Figura 14 - Comparativo dos trabalhos selecionados por ano no eixo temático Trabalho	66
Figura 15 - Comparativo dos trabalhos selecionados por ano no eixo temático Outros	66
Figura 16 - Tipos de trabalhos analisados	67
Figura 17 - Distribuição dos relatos segundo as categorias dos tipos de trabalho analisados	69

Figura 18 - Comparativo dos trabalhos selecionados por ano e categorizados como Pesquisa	70
Figura 19 - Comparativo dos trabalhos selecionados por ano e categorizados como Prática	70
Figura 20 - Comparativo dos trabalhos selecionados por ano e categorizados como Teoria	71
Figura 21 - Comparativo dos objetivos presentes na amostra total	72
Figura 22 - Alvos Principais de intervenção nos trabalhos analisados	73
Figura 23 - Espaços/locais nos quais os trabalhos analisados foram realizados	78
Figura 24 - Procedimentos metodológicos adotados nos trabalhos analisados	79
Figura 25 - Comparativo dos Tipos de Trabalho analisados e a clareza com que apresentam os procedimentos metodológicos adotados	81
Figura 26 - Porcentagem de UCE contida em cada classe, as principais formas reduzidas de palavras relacionadas a cada uma das classes, com o Q^2 de associação, e os títulos dados por nós às classes	84

LISTA DE SIGLAS

ABRAPSO – Associação Brasileira de Psicologia Social

ALCESTE – Análise Lexical por Contexto de um Conjunto de Segmentos de Texto

CADES - Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário

CBPE – Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais

CEAA – Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos

CICT – Centro de Cálculo de Toulouse

CNPq – Conselho Nacional de Pesquisas

FITs – Faculdade Integrada Tiradentes

UC – Unidade de Contexto

UCE – Unidade de Contexto Elementar

UCI – Unidade de Contexto Inicial

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: CONTRADIÇÕES E ORIGEM DO PROBLEMA	11
2 PSICOLOGIA SOCIAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE RAÍZES, RAMOS E ESPINHOS.....	17
3 PSICOLOGIA SOCIAL NO BRASIL: UM OLHAR PARA A PRÓPRIA REALIDADE.....	27
4 INTERVENÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL: MUITAS AÇÕES, MÚLTIPLOS SENTIDOS	40
5 PROCEDIMENTOS DE COLETA E DE ANÁLISE DE DADOS	49
6 RESULTADOS	55
7 DISCUSSÃO DOS DADOS	95
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS: LIMITAÇÕES E PROPOSIÇÕES	110
REFERÊNCIAS	112
ANEXO	115

1 INTRODUÇÃO: CONTRADIÇÕES E ORIGEM DO PROBLEMA

Em pesquisa realizada acerca do trabalho do psicólogo no Brasil, Gondim, Bastos e Peixoto (2010) observaram, no capítulo dedicado às áreas de atuação, atividades e abordagens teóricas do psicólogo brasileiro, que, embora as áreas clínica e de avaliação psicológica continuem sendo as principais áreas de atuação na psicologia em nosso país, “indícios apontam que o modelo de intervenção individual está sendo substituído por outro modelo, mais fortemente focado na intervenção social” (p. 192). Segundo os referidos autores, esse novo modelo pode ser observado em diversas áreas de atuação, bem como está apoiado em um conjunto também diverso de atividades e abordagens teóricas.

Contudo, os autores admitem que “tal tendência no cenário nacional do psicólogo brasileiro não assegura que este profissional esteja mais bem preparado para lidar com as diversificadas demandas sociais emergentes” (Gondim, Bastos e Peixoto, 2010, p. 192), pois ainda encontra dificuldade em se desvencilhar do modelo clínico de atendimento individual tão presente na sua formação e na construção de sua identidade profissional.

Embora o referido relato aponte mudanças no caráter interventivo da psicologia, cujo enfoque deixaria de ser majoritariamente individual/clínico, para ser também social numa perspectiva da psicologia social, é possível constatar que pouco se discute acerca da inserção e da realidade profissional do psicólogo social. Isso pode ser observado na medida em que, ao apresentar as áreas de atuação e orientações metodológicas, os autores indicam que a “seção é dedicada a explorar um pouco mais as relações entre abordagens teóricas e áreas de atuação, para encontrar sinais de multiplicidade teórica e redirecionamento para um modelo social de intervenção que supere o modelo individual até então predominante” (Gondim, Bastos e Peixoto, 2010, p. 193). Contudo, em seguida, afirmam que “por causa do número pouco

expressivo de psicólogos da amostra que se inserem na área jurídica e social, essas duas áreas de atuação não serão objeto de análise” (Gondim, Bastos e Peixoto, 2010, p. 193).

Quer dizer, embora haja o anúncio de uma nova perspectiva, bem como uma mudança no quesito área de atuação e metodologia mais focada em um modelo de intervenção social, há pouca fonte para expressão dessa perspectiva e, conseqüentemente, pouca discussão de como ela tem se materializado na prática do psicólogo brasileiro. Com isso, temos a impressão da existência de uma contradição entre o que é anunciado ou disseminado e aquilo que efetivamente pode ser visualizado e identificado no cotidiano e na prática de atuação.

No mesmo relato, os autores relacionam essa carência à precariedade da formação, uma vez que “os cursos de graduação não atendem às demandas de formação de profissionais com as competências estabelecidas pelas próprias diretrizes curriculares para os cursos da área” (Gondim, Bastos e Peixoto, 2010, p. 397), assim como às oportunidades de qualificação e requalificação em psicologia no Brasil. Segundo observam, “o perfil encontrado ainda é o mesmo das pesquisas realizadas há décadas: o psicólogo brasileiro ainda tem uma formação eminentemente clínica, com defasagem de competências para a atuação em organizações e em processos grupais” (p. 398).

Nesse sentido, em pesquisa realizada anteriormente, acerca do lugar da psicologia social na formação dos psicólogos, Souza e Souza Filho (2009) avaliam que “atualmente, a área de psicologia social vive uma situação de dúvida e ampliação de busca de recortes de objeto a considerar, de formulações teóricas a serem feitas, de métodos de trabalho e modos de inserção profissional” (p. 385). A partir de levantamento realizado junto a professores de psicologia social em diferentes universidades das diversas regiões brasileiras, assim como com base na análise de ementas, de programas e bibliografias utilizadas pelos professores, os autores constataram que o ensino da psicologia social no Brasil se organiza prioritariamente em torno de tópicos da área, o que indica uma “tendência geral dos professores de

apresentarem a disciplina a partir de conceitos descritivos/fenômenos da Psicologia Social” (p. 388).

Além disso, segundo Souza e Souza Filho (2009), os métodos e as práticas tiveram baixa representatividade quando comparados a outras categorias como: premissas, correntes teóricas e conceitos descritivos/fenômenos. A partir disso, os autores concluem que

os baixos índices de métodos e das práticas podem indicar que os aspectos de aplicação da Psicologia Social não são valorizados na determinação do conteúdo das disciplinas. Entretanto, dentre as práticas citadas, destacam-se aquelas relacionadas à intervenção do campo da psicologia social comunitária (Souza e Souza Filho, 2009, p. 388).

É possível observar, assim, que aspectos relacionados à intervenção têm sido cada vez mais considerados importantes para a configuração do fazer do psicólogo brasileiro, especialmente do fazer do psicólogo social brasileiro. Parece haver, contudo, uma carência de material que sistematize o que vem sendo realizado, quer dizer, que se preocupe em explicitar e sistematizar em torno do quê tem se configurado a aplicação e o fazer da psicologia social no Brasil. Além disso, a formação do psicólogo social parece não valorizar aspectos relativos à sua aplicação, considerando a distribuição das disciplinas em torno de temas e não de métodos e práticas, o que aponta para uma não valorização dos aspectos práticos, contrariando a importância que estes parecem assumir no discurso difundido.

Diante disso, a proposta do presente estudo é identificar, sistematizar e analisar o que tem sido apontado como intervenção em psicologia social, assim como problematizar de que forma se configuram os relatos em torno do fazer, da prática em psicologia social, a fim de contribuir para uma melhor compreensão dos aspectos relativos a essa área em nosso país.

Conforme nos aponta Moreira (2007), é possível verificar nas três últimas décadas uma aproximação da prática de pesquisa e de intervenção da psicologia social com o cotidiano dos grupos concretos, tais como as instituições, as organizações, os movimentos sociais e políticos. Em um levantamento realizado durante uma disciplina de psicologia

social, a autora solicitou aos estudantes do curso de psicologia algumas palavras referentes à concepção desses alunos acerca do que viria a ser a psicologia social. Algo que se destacou foi o fato de os alunos terem considerado a psicologia social como “uma psicologia que visa fazer intervenções no meio social, para ‘ajudar’ as classes menos favorecidas” (Moreira, 2007, p. 60). A partir disso a autora afirma que

a psicologia social produziu, sem dúvida, metodologias para a intervenção em grupos e comunidades das periferias das grandes cidades. Buscou apreender os sentidos construídos por esses grupos e comunidades para a sua vida cotidiana, fazendo um movimento de incluir esses grupos e suas questões como objeto de pesquisa e intervenção, com a intenção ética explícita de contribuir para a transformação da sociedade (p. 60).

Contudo, uma carência de trabalhos dedicados a sistematizar essas contribuições e a fundamentar as atuais práticas, tem sido apontada e observada como problemática, haja vista a coexistência de um discurso que anuncia uma nova perspectiva com a constatação de que faltam teorizações e formação específica que a fundamente. Quer dizer, fala-se em intervenção em psicologia social, reconhece-se sua importância para a psicologia social brasileira, mas faltam elementos que permitam sustentar qual a especificidade dessa intervenção que tem sido realizada no cotidiano dos trabalhos em psicologia social.

Segundo Gomes (1996),

sabe-se que as teorias identificam-se com diferentes conceitos, ocorrendo muitas vezes o uso de um mesmo termo para diferentes definições. Lamenta-se, contudo, que este vasto vocabulário, extremamente importante, incorpora-se aos iniciantes sem que haja uma clareza de seu significado e de sua etimologia. Não temos uma literatura didática preparada para a formação em psicologia, como ocorre em outros países. Mesmo entre autores é pouco usual a preocupação com a definição dos termos ou conceitos que sustentam seus argumentos, mesmo tratando-se de palavras com muitas definições e sentido (p. 150).

Dito isso, não poderíamos pensar que o termo intervenção está sendo utilizado para nomear diferentes práticas e para delimitar o campo da psicologia social, sem que haja uma preocupação com as especificidades do trabalho social e(ou) com as fundamentações teóricas disponíveis na área para sustentar suas práticas? Ou, não seria possível conceber que esse

termo já está tão “naturalizado”, tão presente no cotidiano dos profissionais de psicologia social, que sua conceituação e sistematização têm sido consideradas desnecessárias?

Como uma tentativa de responder às questões acima levantadas e de compreender a(s) forma(s) que o conceito de intervenção vem assumindo, numa perspectiva voltada à ação em psicologia social, optou-se por uma metodologia que consistisse na coleta de dados na, possivelmente, maior base de centralização e disseminação de pesquisas científicas atualizadas no âmbito da psicologia social brasileira, a saber, os anais dos Encontros Nacionais da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO.

A escolha pelas produções escritas relaciona-se ao papel que essas produções ocupam de divulgação do que tem sido investigado, problematizado e realizado pela área. Os Encontros, como o nome diz, são espaços de encontros, de trocas e de debates, nos quais se divulga, acessa e discute o conhecimento que tem sido produzido. Os anais refletem esses debates, haja vista serem compostos pelos trabalhos completos apresentados durante o evento. Eles têm, assim, o papel de tornar acessível após o evento o conhecimento que foi considerado importante e necessário de ser divulgado pela comunidade participante e organizadora do evento.

A escolha pelas produções escritas da psicologia social relaciona-se às transformações ocorridas na área durante o período de 1960 e 1970, interregno este que ficou conhecido e denominado internacionalmente como “crise” da psicologia social, no qual a área apresentou inúmeras discussões referentes à legitimidade dessa disciplina e de sua produção científica. As repercussões no Brasil, naquele momento, materializaram-se em um profícuo debate cujas marcas se fizeram presentes na organização interna da área e na produção científica da psicologia social a partir da década de 1980, conforme foi possível identificar a partir das observações de Moreira (2007).

Essas repercussões tiveram como resultado no país uma ampla mobilização e discussão, em torno de polêmicas e controvérsias acerca de métodos, teorias e espaços de atuação do psicólogo social, evidenciando impasses políticos e ideológicos, entre outras questões (Cruz, 2008). Esses embates estavam relacionados tanto ao “fazer” ciência, quanto a aspectos advindos do período de ditadura por que passava o país, os quais contribuíram grandemente para a criação da ABRAPSO e para a consolidação de uma nova psicologia social brasileira. Tais aspectos certamente encontram-se registrados nas produções escritas, já que estas refletem em grande medida os problemas identificados e as soluções buscadas.

Além disso, a ABRAPSO configurou-se, naquele momento de grande efervescência, em uma proposta de psicologia social focada na produção de ciência comprometida com o social, e voltada às demandas do país, cuja importância mantém-se presente e atuante no cenário atual. A ABRAPSO é, atualmente, a maior associação em psicologia social do país e organiza bienalmente o maior evento de psicologia social no Brasil, através do qual “resgata e consolida propostas de pesquisas e intervenções, agregando a ciência e a profissão” (Tatsch, Guareschi e Baumgarten, 2009, p. 11).

Sendo assim, este trabalho pode ser entendido como um esforço inicial no sentido de compreender como se concretizou o projeto de intervenção nessas produções, bem como de apresentar esse debate de forma sistematizada, considerando que não há trabalhos abordando o tema da forma como este propõe. Com o intuito de tornar visível o que tem sido apontado como intervenção em psicologia social e de sistematizar o modo como se configuram os relatos em torno do fazer, da prática em psicologia social, esperamos contribuir para uma melhor compreensão dos aspectos relativos à intervenção na psicologia social brasileira.

Daí o título desta dissertação trazer duas possibilidades para concretização desse esforço. A primeira, o que faz uma psicologia social, no sentido do que a psicologia social

tem feito na atualidade e que pode ser considerado como sua especificidade, e a segunda, no sentido do que torna uma psicologia social, quer dizer, diferente das outras psicologias.

Antes de proceder a essa análise, contudo, considerou-se necessário resgatar elementos relativos à história da psicologia social, a fim de procurar identificar em seu desenvolvimento as bases que possibilitaram uma perspectiva voltada à intervenção. A saída para o entendimento dessa problemática pode estar na compreensão da história da psicologia social, quer dizer, na forma como a intervenção se apresenta, configura-se e concretiza-se como algo importante para a área.

2 PSICOLOGIA SOCIAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE RAÍZES, RAMOS E ESPINHOS

Segundo Camino e Torres (2011, p. 23),

as teorias científicas são perspectivas historicamente construídas a partir de alguns pressupostos básicos, em que se definem o campo de estudo e os métodos adequados a este campo. Uma história, nesta perspectiva, considera não só os avanços obtidos no desenvolvimento das pesquisas mas, também, os contínuos debates e redefinições sobre a natureza do campo pesquisado e a adequação dos métodos propostos às características deste campo.

A partir disso, pode-se afirmar que o início da história de uma teoria nem sempre é facilmente localizada, considerando-se que uma teoria não surge do nada. Ao contrário, ela geralmente está atrelada a teorias anteriores. Além deste fato, é possível admitirmos que entre diferentes teorias e perspectivas de compreensão de determinado fenômeno, muitos pesquisadores escolhem aquelas que mais se adéquam ao contexto no qual o fenômeno de interesse se insere. Desse modo, não há como falar de um desenvolvimento linear e tampouco de um desenvolvimento único. Ou seja, a história de uma teoria ou área pode ser contada a partir de diferentes perspectivas e personagens. Contudo, a história que geralmente se sobressai é a daquela perspectiva que contou com um número maior de praticantes e, por isso, fortaleceu-se ao longo do tempo. Portanto, parece não ser adequado se falar em perspectiva

vencedora e/ou perspectiva perdedora, sendo mais interessante tratá-las segundo o fato de terem sido mais ou menos difundidas e compartilhadas.

Essa consideração faz-se importante pois a história da qual se pretende partir neste estudo é aquela que foi mais difundida e a que hoje é reconhecida e legitimada como a história da psicologia social. Como referido, outras histórias poderiam ser consideradas, mas para a proposta cabível a este estudo, optou-se por partir da psicologia social ensinada e difundida nos manuais, livros-textos e espaços de formação. Vale ressaltar, contudo, conforme nos orienta Lima (2008), que “a história passa por uma redefinição, quer dizer, os historiadores não buscam mais um saber absoluto, total, mas sim o produto de uma época. Portanto, estaríamos diante de um saber que submete suas afirmações à relatividade, a um estado plural” (p. 14).

Prosseguindo, pode-se afirmar que a psicologia social não nasceu de um único projeto ou de uma única definição, nem se desenvolveu de forma linear ao longo do tempo; ao contrário, o embate entre diversas perspectivas marca a origem da psicologia social e seu desenvolvimento está totalmente atrelado a essas. Daí talvez a dificuldade atual em se falar de uma única psicologia social. Ferreira (2011), por exemplo, afirma que a curta história desta disciplina é marcada pela falta de consenso em relação ao seu objeto de estudo, o que pode ser resultado do fato de que “a psicologia social se beneficia de teorizações oriundas dos grandes sistemas psicológicos (behaviorismo, gestalt, psicanálise, etc.), mas ao mesmo tempo também apresenta teorizações próprias, desenvolvidas a partir das pesquisas realizadas nos últimos 60 anos” (Neiva, 2011, p. 31).

Segundo Camino e Torres (2011), de 1850 até 1930, estabeleceram-se diversos debates relacionados à natureza dos fenômenos sociais e às diferentes formas de estudá-los que demarcaram diversas perspectivas de compreensão acerca da psicologia social. Essas discussões estiveram em grande medida relacionadas a debates anteriores e que podem ser

localizados, por exemplo, no *Cogito ergo sum* de Descartes (1596-1650) e em sua compreensão de razão e conhecimento natural em oposição ao conhecimento revelado, objeto da fé (Camino e Torres, 2011).

Ferreira (2011), por sua vez, afirma que é possível localizar algumas bases da psicologia social em Charles Darwin (1809-1882), a partir de sua teoria da seleção natural, na qual afirmava que o ser humano se constituía como o produto final de um processo evolutivo que envolveu todos os organismos vivos; e em Herbert Spencer (1820-1903) que, dedicou-se ao estudo do desenvolvimento de grupos, sociedades e culturas, acreditando que as sociedades e culturas também poderiam ser classificadas a partir de uma escala evolutiva de acordo com seu grau de adaptação. Para a autora, “as abordagens de Darwin e Spencer exerceram forte influência na psicologia dos instintos, praticada ao início do século XX por alguns psicólogos sociais” na Inglaterra (p.14).

Já na Alemanha, Ferreira (2011) identifica Wilhelm Wundt (1832-1920) como o principal representante de uma psicologia dos povos que, segundo ela, “surgiu na esteira do movimento de reunificação da Alemanha e tinha como foco o estudo dos principais atributos em comum que definiam o caráter nacional ou o pensamento coletivo do povo alemão” (p. 15). Para a autora, a “psicologia dos povos de Wundt exerceu influência principalmente sobre a psicologia social sociológica, em virtude da ênfase atribuída à questão da determinação sócio-histórica do indivíduo e ao uso da metodologia não experimental” (p. 15).

A autora localiza também bases para a psicologia social na França em autores como Émile Durkheim (1858-1917), que desenvolveu seu conceito de representações coletivas; Gabriel Tarde (1843-1904), que discutiu o conceito de imitação para compreender como se propagam as produções individuais na vida social; e Gustav Le Bon (1814-1931), que discutiu o conceito de multidão e a descaracterização pela qual o sujeito passa quando está em contato com aquela (Ferreira, 2011).

Contudo, Farr (1998) dedica especial atenção à constituição da psicologia social inicialmente como uma disciplina experimental. Para ele, a psicologia social pode ser considerada uma subdisciplina da psicologia cujo desenvolvimento dominante se deu nos Estados Unidos. A psicologia, por sua vez, surgiu como uma disciplina específica na Alemanha, cuja atribuição de fundação é dada à Wundt, que criou o primeiro laboratório de psicologia experimental em Leipzig, em 1879.

Farr (1998) também afirma que, embora Wundt tenha sido considerado o fundador da psicologia como uma ciência experimental e individual, ele também desenvolveu uma teoria que foi identificada como psicologia dos povos, mas que, para ele, não recebeu, do ponto de vista político e ideológico, o devido valor. A opção feita por Wundt em desenvolver uma psicologia social em separado de uma psicologia experimental justifica-se pela consideração da impossibilidade de se estudar alguns fenômenos, como o pensamento, fora do laboratório. Quer dizer, fenômenos relacionados ao indivíduo internamente seriam objetos da psicologia individual e, conseqüentemente, experimental, enquanto os fenômenos mentais coletivos, por se pautarem nas interações, seriam conseqüentemente sociais. Por isso, a separação feita por Wundt entre uma psicologia social e uma psicologia fisiológica ou individual.

A necessidade dessa separação esteve relacionada às condições impostas pelo positivismo para a consideração de uma ciência como tal. Nesse sentido, a criação de laboratórios de psicologia teve um papel de destaque na história da psicologia e da psicologia social, uma vez que permitiu a caracterização destas disciplinas como ciência.

Sobre essa separação, pode-se afirmar que a diferenciação entre uma psicologia fisiológica e uma psicologia social materializou-se, na verdade, nos métodos de investigação utilizados. Enquanto a primeira era experimental, a segunda era comparativa. Uma diferenciação entre uma ciência de laboratório e um trabalho de campo, entre o que era possível se investigar, ou não, experimentalmente. O objeto era o mesmo, qual seja, a vida

mental, e em torno disso constituiu-se a psicologia. A psicologia fisiológica enfocando a vida mental interior e a psicologia social enfocando a vida mental exterior (Farr, 1998).

Contudo, conforme aponta Farr (1998, p. 59),

a não compreensão do componente ciência social da psicologia foi muito maior do que a não compreensão do componente ciência natural. Isso se deve, talvez, ao fato de ela (a ciência social) ser mais especificamente cultural. Certamente, o *corpus* do trabalho de Wundt não foi muito bem compreendido fora de sua Alemanha natal; por exemplo, a relação entre sua ciência experimental e sua ciência social. A herança de Wundt foi uma psicologia experimental que não era social e uma psicologia social que não era experimental. Se a psicologia se tornou por primeiro uma ciência experimental na Alemanha, foi a psicologia social que se tornou uma ciência experimental nos Estados Unidos.

Temos, com isso, uma perspectiva de compreensão de como se deu o desenvolvimento inicial da psicologia social. Nessa perspectiva, a psicologia social nasce vinculada à psicologia e com um forte caráter experimental, dado o contexto de seu surgimento.

Ainda segundo Farr (1998), a origem da psicologia social é identificada em 1908, quando ocorre a publicação dos dois primeiros livros em língua inglesa, os quais apresentam em seu título as palavras “psicologia social”. Um destes livros foi escrito por Edward Ross (1866-1951), sociólogo norte-americano que, influenciado pelas ideias de Tarde e Le Bon, caracterizou a psicologia social como o estudo das uniformidades de pensamentos, crenças e ações decorrentes da interação entre os seres humanos. Já o outro, escrito por McDougall (1871-1938), psicólogo britânico que, fortemente influenciado pelas concepções de Darwin e Spencer sobre a evolução, ressaltou a importância de certas características inatas e instintivas para a vida social (Ferreira, 2011). Essas duas obras marcam a separação da psicologia social em psicologia social sociológica e em psicologia social psicológica.

A psicologia social psicológica, forma dominante de psicologia social nos Estados Unidos, e a psicologia social sociológica, cujo desenvolvimento se deu na Europa, possuem características muito distintas. Esta é marcadamente individual, enquanto aquela considera o social como elemento fundamental na explicação dos fenômenos individuais. Conforme

afirma Ferreira (2011), “em outras palavras, os psicólogos sociais da primeira vertente tendem a enfatizar principalmente os processos intraindividuais, enquanto os da segunda tendem a privilegiar as coletividades sociais” (p. 23).

Independente disso, segundo nos apontam Álvaro e Garrido (2006), nesse momento,

já estavam definidas as tendências que caracterizaram o desenvolvimento metodológico da psicologia social até o momento atual. A tensão entre subjetivismo e objetivismo, que marcaram o nascimento tanto da psicologia quanto da sociologia, continuava presente quando a psicologia social começou a diferenciar-se como uma disciplina independente. A concepção positivista da ciência, que tinha se afirmado ao longo do século XIX, acabou impondo-se definitivamente no âmbito das ciências sociais durante as primeiras décadas do século XX. Isso induziu a maioria dos cientistas sociais a aceitarem a idéia de que existe um único método científico ao qual todas as ciências, sem exceção, devem ajustar-se (p. 85).

Este método é o experimental, cuja principal expressão em psicologia se deu a partir do behaviorismo. Camino e Torres (2011, p. 52) afirmam que o behaviorismo teve uma importante influência no desenvolvimento da psicologia social nos Estados Unidos. Para os autores, “não se trata apenas de uma teoria e sim de uma ampla perspectiva na qual se desenvolveram inúmeras teorias, desde as mais radicais, como a ‘caixa preta’ de Skinner, até as teorias que propõem mecanismos mediadores, como as de Hull e Bandura”.

Segundo Ferreira (2011), Floyd Allport (1890-1978), o psicólogo social mais influente da sua época, em seu livro-texto de 1924, “contrapõe-se ao estudo da consciência coletiva ou mente grupal pela psicologia social, por acreditar não ser possível a existência de uma mente comum a várias pessoas, de modo similar ao que ocorre com um indivíduo particular” (p. 18). Ainda nessa obra, o autor observava que a maioria dos livros-textos escritos até aquele momento era de autoria de sociólogos, e não de psicólogos e, por isso, propunha que a psicologia social fizesse parte da psicologia do indivíduo e não da sociologia, de modo que se dedicasse ao estudo das influências do comportamento interindividual. Diante disso, pode-se dizer que Allport transformou a psicologia social em uma ciência comportamental e

experimental, o que gerou a individualização do social, uma vez que considerava que o coletivo poderia ser explicado a partir dos indivíduos.

Apesar da hegemonia que marca a proposta de uma psicologia social psicológica indicada por Allport, desenvolveu-se nos Estados Unidos outra perspectiva de psicologia social, que, embora inicialmente ligada ao behaviorismo, adquiriu ao longo de seu desenvolvimento um caráter mais social e uma maior preocupação com processos mentais mediadores, configurando-se assim em uma perspectiva sociológica (Ferreira, 2011).

Segundo Ferreira (2011), as bases para o desenvolvimento da psicologia social sociológica nos Estados Unidos encontram sua principal vertente no interacionismo simbólico proposto por Charles Cooley (1864-1929), sociólogo que, a partir das influências de Spencer, dedicou-se a investigar “a influência do ambiente social na configuração da natureza humana e, conseqüentemente, da natureza da identidade ou *self*” (p. 23); e em George Mead (1863-1931), filósofo norte-americano que, dedicou-se ao estudo da linguagem, considerando o “ato comunicativo como a unidade básica de análise da psicologia social” (p. 23).

Segundo Portugal (2006, p. 466), “as propostas de G. H. Mead escapam à dicotomização que concebe quer o indivíduo quer a sociedade como realidades últimas, seu pensamento se dirigiu à compreensão da criação de tais entidades numa perspectiva processual”. O interacionismo simbólico de Mead, assim, influenciou o desenvolvimento da Escola de Chicago, especialmente representada por Herbert Blumer (1900-1987), que enfatizava a compreensão do modo pelo qual as pessoas interagem com as outras usando símbolos.

Contudo, como consequência do nazismo na Europa e da Segunda Guerra Mundial, muitos cientistas migraram para os Estados Unidos, onde além de desenvolverem suas pesquisas, cooperaram na resolução dos problemas sociais provocados pela guerra. Conforme aponta Ferreira (2011), este evento teve um impacto no desenvolvimento da psicologia social

durante o período de 1930 a 1950, haja vista que os psicólogos europeus levaram para a psicologia norte-americana uma perspectiva alternativa em psicologia social. Embora ainda voltada à individualização, essa perspectiva se opunha ao behaviorismo e tinha suas bases na Gestalt. Entre os psicólogos sociais que desenvolveram trabalhos influenciados pelas ideias da Gestalt destacam-se, dentre outros, Muzafer Sherif (1906-1988) e Kurt Lewin (1890-1947) (Ferreira, 2011).

Lewin é considerado o principal representante da Gestalt e o fundador da psicologia social como uma ciência experimental aplicada. Isso porque, além de ter reiterado a caracterização da psicologia social como uma ciência experimental, Lewin procurou aplicá-la com a finalidade de solucionar problemas socialmente importantes. É nesse sentido que Álvaro e Garrido (2006) afirmam que “a verdadeira introdução dos princípios da *Gestalt* na psicologia social aconteceu por meio da *teoria do campo* de Kurt Lewin” (p. 46).

Vale ressaltar que dentre os problemas identificados por Lewin como socialmente relevantes para a pesquisa e aplicação da psicologia social, encontra-se a busca pela compreensão do antissemitismo e pela comprovação, em laboratório, de que a democracia é melhor que a autocracia. Desse modo, Lewin inaugura um caráter explicitamente interventivo associado às pesquisas experimentais, já que considerava os trabalhos de campo tão importantes quanto os experimentos em laboratórios (Farr, 1998). Além disso, segundo Jacó-Vilela (2007), Lewin “pensou a dinâmica de grupo como um dispositivo facilitador da pesquisa-ação, daquela que produz conhecimento ao mesmo tempo em que intervém no campo em análise, ou seja, em sua perspectiva, indivíduo e sociedade não constituíam a dicotomia que depois se firmou” (p. 40).

Esses aspectos merecem destaque, pois apontam para uma primeira compreensão de surgimento da noção de intervenção em psicologia social nesse contexto, nos moldes de uma ciência experimental e cognitiva.

A partir disso, é possível afirmar que, até esse momento, a psicologia social, quer em sua vertente psicológica, quer em sua vertente sociológica, constituía-se como uma teoria voltada às explicações de como funcionavam o indivíduo e o grupo a partir, predominantemente, de teorias como o behaviorismo e a gestalt.

Contudo, conforme Álvaro e Garrido (2006), podemos afirmar que o período compreendido entre 1950 e 1960 foi marcado pelo desenvolvimento de uma nova linha de pesquisa sobre percepção social, cujos trabalhos de Solomon Asch (1907-1996) e Fritz Heider (1896-1988), por exemplo, tiveram grande influência para a psicologia social, especialmente pela formação de diversas teorias como as teorias da atribuição, da influência social, da dissonância cognitiva, dentre outras, que caracterizaram esse momento como o da cognição social.

Neste período, marcado também pelo pós-guerra, em que o mundo se vê dividido em dois grandes sistemas econômicos e ideológicos, o capitalismo no oeste e o socialismo no leste, essa ciência é convocada a repensar seu papel e sua contribuição em um contexto de conflito (Guerra Fria). Diversos esforços foram feitos no sentido de oferecer contribuições efetivas para as inúmeras sequelas deixadas pela guerra. Houve, nesse sentido, tanto um aumento na produção relacionada à busca por compreensão acerca das mazelas oriundas da guerra quanto esforços em torno da resolução destas.

Segundo Camino e Torres (2011), estas iniciativas foram materializadas em diversos movimentos sociais que, tendo partido da realidade, chegaram ao *campus*. “Alguns autores referem-se a este processo como um redirecionamento parcial de interesses como a consequência de uma crise passada pela psicologia social. Outros autores sustentam que se trata de uma pretensa crise” (p. 76). Contudo, Lane (1984) considera, sim, a existência de uma crise, haja vista o fato de a eficácia da psicologia social de origem predominantemente norte-americana começar a ser questionada nesse período, uma vez que a partir de análises sobre a

adequação entre a prática científica e o contexto latino-americano, por exemplo, foi possível identificar que o conhecimento psicossocial não conseguia nem intervir, nem explicar, e muito menos prever comportamentos sociais, diante dos problemas enfrentados em locais diferentes daqueles em que os estudos foram feitos. Em suas palavras, “as réplicas de pesquisas e experimentos não permitiam formular leis, os estudos interculturais apontavam para uma complexidade de variáveis que desafiavam os pesquisadores e estatísticos” (Lane, 1984, p. 11).

Porém, conforme observam Camino e Torres (2011), mais importante que identificar as características ou as causas dessa crise é compreender as novas características que a psicologia social adquiriu após esse período e que desembocaram, entre os anos 1960 e 1970, em uma busca por uma nova psicologia social, cujas influências encontram-se presentes em diversas regiões do mundo.

Para os autores (Camino e Torres, 2011), a característica mais importante que pode ser atribuída a esse momento de transição relaciona-se à busca por temas de “relevância social”. Contudo, avaliam também que, ao mesmo tempo em que a psicologia se dedicava ao estudo dos problemas sociais, passava por uma reformulação teórica a partir de experimentos de laboratório. Essa situação paradoxal afastou definitivamente a psicologia social da sociologia e a aproximou da psicologia geral, especialmente no que se refere aos estudos sobre a percepção e a cognição. Segundo os autores, “o tema clássico da percepção social começa a ser estudado em uma nova perspectiva, a perspectiva da ‘Cognição Social’ (...) Não se trata de um questão puramente terminológica, mas da necessidade de expressar o surgimento de uma nova forma de estudar este tema” (Camino & Torres, 2011, p.79).

Além disso, há um movimento por parte dos psicólogos sociais que iniciam uma busca por uma identidade própria, não mais pautada no então dominante modelo norte-americano. Esta procura de identidade consistia em uma reflexão mais filosófica, parte da tradição

européia. Entre os principais representantes desta “nova” psicologia social europeia destacam-se Henri Tajfel (1919-1982), que enfatizou a dimensão social do comportamento individual e grupal e desenvolveu a teoria da identidade social; Serge Moscovici (1928), que discutiu o conceito de influência das minorias e dedicou-se ao estudo das representações sociais (Ferreira, 2011), e Willem Doise (1938), que dedicou-se a pensar a psicologia social como um campo de articulação psicossociológica, constituída pelos conceitos de representação social, identidade social e influência das minorias ativas (Camino & Torres, 2011).

Segundo Camino e Torres (2011), contudo,

não se deve pensar que na Europa se desenvolveu uma psicologia européia diferente da norte-americana. Certamente não é o caso. Provavelmente as ideias da Psicologia Social norte-americana são majoritárias na Europa. Mas, as ideias dos autores citados têm alguma influência nos países ou regiões de língua latina (p. 83-84).

Dito isso, passaremos agora a uma breve apresentação da psicologia social no Brasil, a fim de nos aproximarmos da compreensão de como se deu seu desenvolvimento, especialmente no que diz respeito à intervenção.

3 PSICOLOGIA SOCIAL NO BRASIL: UM OLHAR PARA A PRÓPRIA REALIDADE

Segundo Jacó-Vilela (2007), é possível localizar o surgimento das ideias psicológicas no Brasil nas produções do clero. O principal tema abordado nestes estudos era a alma, compreendida como a unidade entre corpo e espírito. Tratava-se, portanto, de uma perspectiva religiosa. Contudo, por volta dos anos 1870, esta perspectiva passa a ser substituída por outra com propósitos cientificistas, positivistas, as quais começam a compor o funcionamento das instituições em prol de uma ciência cujo significado relaciona-se ao progresso, à educação e à mudança, capaz de construir “uma nação independente, uma voz a mais no concerto das nações” (p. 42).

Como consequência, o discurso religioso perde espaço para outro com caráter mais institucionalizado e investigativo, cujas referências localizam-se nas influências europeias, resultantes da formação em medicina que filhos de grandes latifundiários buscavam em Coimbra e Montpellier. Dentre essas influências seria possível identificar o positivismo, o evolucionismo e o materialismo, cujas principais consequências se materializaram na criação de diversos institutos, museus e faculdades, cada um focalizando uma especialidade. “*Do homem* propriamente dito, de suas capacidades e de seus atributos, bem como de suas disfunções deverão dar conta as Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro” (Jacó-Vilela, 2007, p. 42).

Essa perspectiva deu origem ao movimento de higiene com vistas à construção de uma nação civilizada e pautada no discurso científico, e não mais em ideias filosóficas ou religiosas. Discurso este utilizado para explicar as diferenças hierárquicas que marcavam a sociedade brasileira naquele momento, as quais estavam relacionadas à questão racial. Neste cenário, os males do Brasil são atribuídos à mestiçagem, que impedia a nação brasileira de alcançar o patamar civilizado das nações europeias.

Nesse contexto intelectual, autores como Sylvio Romero (1851-1914), Raymundo Nina Rodrigues (1862-1906) e Manoel Bomfim (1868-1932) são identificados por Bomfim (2003) como precursores da história da psicologia social em um “Brasil de pouca industrialização, de domínio da oligarquia rural, de um contexto cultural marcado pelo declínio do romantismo e de um contexto intelectual regido pelo predomínio das ideias do positivismo de August Comte e pelo darwinismo social” (p. 15). Além disso, tratava-se de um contexto marcado pela dificuldade de aceitação do negro, aspecto que se concretizou como interesse de estudo de alguns desses precursores.

É desse modo que a psicologia social brasileira surge inicialmente como uma tentativa de explicação teórica desse contexto, sendo que as ideias que iniciaram tal problematização

estão registradas em um livro sobre literatura escrito por Sylvio Romero, intitulado “História da Litteratura Brasileira”, datado de 1886. Nesta obra, o autor explicita a relação entre literatura e manifestações políticas, econômicas e artísticas. A partir de uma concepção ampla de literatura nacional, concebe “a idéia de uma ‘Psicologia Nacional’ vinculada às manifestações da inteligência do povo brasileiro e expressa nos registros sociais, políticos, econômicos e artísticos” (Bomfim, 2003, p. 18).

Contudo, a primeira produção com título específico em psicologia social no Brasil surgiu em 1920, período em que a urbanização, a industrialização, a imigração estrangeira, a ascensão da burguesia cafeeira, a organização dos primeiros movimentos operários anarquistas e socialistas, e ainda, a crítica às instituições liberais, a centralização política e a eugenia marcavam o contexto brasileiro (Bomfim, 2003). Segundo Bomfim (2003), nessa primeira produção intitulada “Pequenos Estudos de Psychologia Social”, de Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951), o autor apresenta um estudo das características da realidade brasileira no que diz respeito à relação do homem com o seu meio, a partir de um levantamento de artigos publicados em jornais, especialmente aqueles que abordavam temas como meio social, meio político e meio sertanejo.

Assim, é possível identificar nesse momento um interesse pela compreensão do caráter nacional brasileiro a partir de características manifestas nos costumes, na literatura e nas diversas expressões populares. Esse interesse concretiza-se de um modo subjetivo e opinativo, marca da produção da época, sem aporte em pesquisas científicas.

Conforme Bomfim (2003, p. 53), somente “no final da década de 1920 e início da década de 1930, o principal foco da discussão teórica em Psicologia Social deslocou-se de local e de objeto”. Isso porque, segundo Jacó-Vilela (2007),

a urbanização acelerada, a industrialização cada vez mais presente, a modernização de hábitos e costumes trazem consigo maior refinamento na divisão do trabalho, especializando-se também o labor intelectual. Nesse processo, os médicos que, como Manoel Bomfim, até então eram “intelectuais orgânicos” de uma sociedade em

transição e como tal falavam de Educação, de Política, de Psicologia, de higiene, tornam-se pouco a pouco mais “especialistas” (p. 45).

Esse período é marcado também pela criação de diversas universidades em todo o país, de modo que a psicologia social passa a ser discutida nesses espaços, buscando aos poucos o *status* de uma disciplina científica (Bomfim, 2003).

Nesse sentido, Raul Carlos Briquet (1887-1953) é destacado por Bomfim (2003) por ter se sobressaído ao escrever a obra “Psicologia Social” em 1935, na qual apresenta tanto uma abordagem geral com as principais contribuições da biologia, da psicologia e da sociologia para a psicologia social (primeira parte), quanto as temáticas específicas da psicologia social (segunda parte), indicando, assim, uma mudança de objeto, haja vista o deslocamento de interesse pelos aspectos sociais da vida mental a partir de referências da biologia, da sociologia e da própria psicologia.

Nessa perspectiva, Arthur Ramos de Araújo Pereira (1903-1949) em sua obra intitulada “Introdução à Psychologia Social”, concebia a psicologia social como uma disciplina entre a psicologia e a sociologia que, apesar de ainda não ter clareza quanto aos seus objetivos e métodos, dava sinais de estar assumindo uma importância crescente. A partir disso, Bomfim (2003) afirma que

a busca do *status* de conhecimento científico para o pensamento psicossocial foi uma característica tanto de Briquet quanto de Ramos. Os dois autores forneceram panoramas de conhecimento a respeito das principais idéias psicológicas e sociais da época, revelando-se atualizados com as teorias psicossociais e com as recentes descobertas, quer da teoria da “gestalt”, quer da teoria psicanalítica. Foram contribuições de grande valia para a psicologia social brasileira (p. 66-67).

Bomfim (2003) localiza ainda outros autores, cujas contribuições para a psicologia social foram significativas. Dentre esses autores, pode-se identificar Arbousse-Bastide, que chegou ao Brasil em 1934 e cujos trabalhos versavam sobre cultura, sociologia, história, educação e psicologia do trabalho; Claude Lévi-Strauss, que chegou ao Brasil em 1935 e se dedicou ao estudo do pensamento, da linguagem, dos mitos e do parentesco; Gilberto de

Mello Freyre (1900-1987), cuja obra “Casa Grande e Senzala” tornou-se uma referência nos estudos psicossociais do povo brasileiro dada à discussão proposta acerca da formação da sociedade patriarcal brasileira; Sergio Buarque de Holanda (1902-1982) que, na obra “Raízes do Brasil”, analisou a formação histórica e social do Brasil, contribuindo assim para a psicologia social a partir da abordagem da interação dinâmica entre meio, sociedade e cultura; Gustavo Dodt Barrozo (1888-1959) que, em sua obra “Almas de Lama e Aço” analisou o fenômeno do banditismo, do coronelismo e do cangacerismo; e José Perez, cuja obra “Psicologia Social e Quixote”, publicada em 1936, configurou-se em uma análise pautada na literatura com foco nas categorias dialéticas da afirmação, da negação e da negação da negação.

Com isso chegamos à década de 1940, fortemente marcada pelos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, especialmente no que diz respeito à vinda de diversos autores, de diferentes partes do mundo, com o objetivo de desenvolver suas pesquisas e estudos no Brasil. As principais contribuições para a psicologia social podem ser localizadas em autores como Otto Klineberg (1899-1992), cuja obra “Social Psychology”, datada de 1940, foi um dos primeiros manuais a serem traduzidos no Brasil; e Helena Antipoff, que desenvolveu seu trabalho em prol de uma educação social que fosse especial para os especiais e voltada ao respeito aos direitos humanos e à paz (Bomfim, 2003).

Paralelo a esse desenvolvimento, avançavam também no Brasil os serviços de seleção e orientação profissional, voltados à seleção profissional de trabalhadores para a indústria, à racionalização do trabalho nos diversos espaços de produção e ainda à implantação de técnicas de psicologia aplicada ao trabalho.

Na década de 1950, conhecida como a “década do ouro”, viu-se um movimento de crescente industrialização e de criação de institutos e espaços de diálogo no campo educacional, tais como o Conselho Nacional de Pesquisas – CNPq (1951), a Campanha de

Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário – CADES (1954), o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – CBPE (1955), a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA (1957), o Serviço de Educação de Adultos (1957), o II Congresso Nacional de Educação de Adultos (1958) e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (1958). Além disso, a criação de novos institutos de ensino superior em psicologia, tais como o Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1952) e a Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1953) e ainda novos cursos como o Curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1953) e o Curso de Psicologia da Universidade de São Paulo (1958) (Bomfim, 2003).

Esse processo fomentou o desenvolvimento de estudos que deram origem às primeiras teses, cuja importância para a psicologia social pode ser especialmente visualizada nos trabalhos desenvolvidos por Carolina Martuscelli Bori e Dante Moreira Leite, apresentados à Universidade de São Paulo. A tese de Carolina Martuscelli Bori, defendida em 1953, com o título “Experimentos de Interrupção de Tarefas e a Teoria da Motivação de K. Lewin”, apresentava uma análise dos experimentos de interrupção de tarefas e da teoria da motivação discutida na obra de Kurt Lewin. Já a tese de Dante Moreira Leite, identificado por Bock e Furtado (2006) como um dos intelectuais que deram novo rumo à psicologia social no Brasil, apresentada em 1954, com o título “Caráter Nacional do Brasileiro”, apresentava uma análise acerca dos preconceitos e estereótipos nos conceitos relacionados ao caráter nacional brasileiro presentes na produção literária brasileira até a década de 1950.

Esse período também foi marcado pela tradução de livros com títulos específicos em psicologia social. Conforme aponta Bomfim (2003, p. 122), “o investimento, ainda que pequeno, anunciava uma preocupação com a psicologia das multidões, com a psicologia coletiva e com a psicologia social da educação”. Dentre estas traduções, a autora aponta “Psicologia das Multidões”, de Gustave Le Bon (1954), “A Multidão Criminosa: Ensaio de

Psicologia Coletiva”, de Scipio Sighele (1954), “Psicologia Social da Educação”, de Charlotte Fleming (1955), “A Natureza Humana e a Conduta: Introdução à Psicologia Social”, de John Dewey (1956) e “Psicologia Social”, de Otto Klineberg (1959).

Embora se tenha falado em nível internacional de uma crise da psicologia social referente ao seu caráter teórico e ideológico na década de 1960, Bomfim (2003) afirma que no Brasil as questões eram outras, uma vez que o país, após o considerável desenvolvimento observado na década de 1950, encontrava-se atravessado por conflitos políticos, sociais e ideológicos que muito impactaram alguns processos em desenvolvimento, assim como, originaram outros. Em suas palavras, “em meio à crise teórica de caráter internacional e de tantas conturbações políticas e sociais internas, cresciam, contudo, no Brasil, as práticas de dinâmicas de grupo e os trabalhos que privilegiavam as relações interpessoais, empresariais e terapêuticas” (p. 134).

Corroborando, Ferreira (2011) afirma que, até a década de 1970, a psicologia social na América Latina é influenciada pela psicologia social psicológica. Contudo, a partir desse momento, parte dos psicólogos sociais latino-americanos também questiona o individualismo que marca a psicologia social psicológica norte-americana e se dedica à construção de uma psicologia social comprometida com sua realidade, até então marcada por diversos problemas políticos e sociais.

Segundo a autora, “estimulados pela arbitrariedade dos regimes militares e pela grande desigualdade social do continente, esses psicólogos sociais defendem uma ruptura radical com a psicologia social tradicional” (Ferreira, 2011, p. 26). A partir disso, desenvolvem “a psicologia social crítica”, caracterizada por uma postura crítica ante o modelo positivista de ciência e dedicada a dar à psicologia social um caráter aplicado em ações voltadas para a intervenção em comunidades e organizações, a fim de minimizar as desigualdades sociais e assumir um compromisso social (Neiva e Torres, 2011).

Nesse contexto, pode-se verificar um aumento nas pesquisas psicossociais, inclusive em decorrência da oficialização do curso de psicologia nas universidades, que passou a contar com diploma legal instituído pela lei número 4.119 de 1962. Conforme aponta Bomfim (2003),

regidos pelas novas normas estabelecidas, os cursos de Psicologia no país passaram então a investir na contratação e no aperfeiçoamento de professores de Psicologia Social. A obrigatoriedade da matéria Psicologia Social e a orientação dada em relação à disciplina “Dinâmica de Grupo e Relações Humanas” geraram um crescente aumento no número de docentes no campo psicossocial (p. 136).

Essa formação privilegiou, no que diz respeito à psicologia social, disciplinas como: dinâmica de grupo e relações humanas, seleção e orientação profissional e psicologia da indústria. Vale ressaltar que a disciplina dinâmica de grupo e relações humanas adquiriu grande importância nesse momento, haja vista o desenvolvimento de diversas pesquisas, especialmente pautadas nas teorias e práticas propostas por Kurt Lewin, a partir das quais o grupo era pensado como um dispositivo facilitador da pesquisa-ação, a qual “produz conhecimento ao mesmo tempo em que intervém no campo em análise” (Jacó-Vilela, 2007, p. 40).

Dentre as pesquisas realizadas a partir dessa perspectiva, destacam-se, dentre outras, as desenvolvidas por Célio Garcia em sua tese de doutorado, apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais e intitulada “Processos de Grupos: Tentativas para o Estabelecimento de Critérios com Vista à Avaliação de Resultados” (1965). Vale ressaltar que esse período é marcado por um aumento significativo no número de traduções de livros estrangeiros, dada à carência de informação e pesquisa relacionadas à área.

Esta carência de material gerou tanto uma busca por referências de fora, quanto um debate sobre as controvérsias relacionadas à legitimidade do campo de pesquisa empírica, sobre discussões metodológicas e acerca do lugar das práticas em psicologia social. Quer dizer, a referida crise internacional da psicologia social ocorrida na década de 1960

manifestou-se no Brasil na década de 1970, a partir do amplo questionamento em diversos espaços de discussão sobre as diferentes teorias e metodologias abordadas até o momento.

Dito isso, pode-se considerar, conforme apontado por Silvia Lane (1984), que os diversos esforços feitos a fim de superar tal crise ganharam força, uma vez que permitiram uma nova visão de homem. A constatação da tradição biológica da psicologia e a consideração de que restringir o homem ao biológico significavam desconsiderar seu caráter histórico e social foi evidenciada. A partir disso, tais aspectos começariam a tornar-se parte considerável dos estudos em psicologia social. Era necessária, então, a construção de uma ciência que recuperasse o homem como produtor da história, a partir da consideração da história do indivíduo e da história de sua sociedade.

É nesse sentido que Bomfim (2003) avalia que, “paralelamente aos impasses teóricos e metodológicos, a produção de Psicologia Social crescia no Brasil e a demanda por publicações aumentava, em função, principalmente, do crescente aumento no número de estudantes nos cursos de graduação em psicologia” (p. 154), bem como do surgimento dos primeiros cursos de mestrado e doutorado em psicologia social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e na Universidade de São Paulo. Nesse contexto, algumas teses se destacaram, como a de Ecléa Bosi, intitulada “Cultura de Massa e Cultura Popular – Leituras de Operárias” (1972) e a de Silvia Lane, intitulada “Significado Psicológico de Palavras em Diferentes Grupos Sócio-Culturais” (1972), ambas apresentadas à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Esse momento de efervescência, de intensa produção e tradução de diversas obras em psicologia social, é marcado também pela criação dos cursos de psicologia comunitária, fruto dos debates ocorridos nos diversos movimentos sociais da década anterior (1960) e que tiveram como objetivo a aproximação e a transformação da realidade social, especialmente no que diz respeito à educação, saúde e melhoria das condições de vida.

Assim, segundo Bomfim (2003), “graças ao crescimento expressivo da produção publicada, ao empenho no detalhamento das temáticas anteriormente abordadas¹, à inclusão de novas temáticas nos estudos realizados e ao aumento das aplicações práticas a partir dos conhecimentos gerados” (p. 173), foi possível verificar na psicologia social brasileira na década de 1980 um avanço no que diz respeito à busca por autonomia científica, especialmente, a busca por autonomia no que conhecer e como conhecer.

Nesse sentido, os novos estudos, pautados nos estudos anteriores sobre educação, saúde, comunidades, ecologia, trabalho e família, foram acrescidos de outras perspectivas como a pesquisa-ação e a pesquisa participante. É desse modo que “estudos sobre representações sociais, movimentos sociais, relações de gênero, etc., foram objetos privilegiados de análise” (Bomfim, 2003, p. 173).

Nesse contexto surgem algumas associações científicas como a Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO (1980), proposta, dentre outros, por Silvia Lane durante a 32ª Reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que, segundo Bomfim (2003), “teve um relevante papel no incentivo ao desenvolvimento de uma Psicologia Social comprometida com a realidade social e ciente da produção histórica e social do conhecimento” (p. 174). Seu surgimento está atrelado “à necessidade de uma congregação em torno da produção de um conhecimento mais voltado para a realidade brasileira” (Bomfim, 2003, p. 176), o que se concretizou na organização de eventos científicos com caráter nacional e regional e ainda na publicação de um boletim que se transformou na revista da Associação, *Psicologia & Sociedade*, cuja finalidade é divulgar trabalhos em psicologia social.

Corroborando, Lane e Bock (2003) afirmam que os interesses políticos da ABRAPSO sempre estiveram relacionados à construção de uma psicologia social crítica e preocupada com a realidade social brasileira, cujos pressupostos epistemológicos estão diretamente

¹ Tais como educação, saúde, comunidades, ecologia, trabalho e família.

atrelados ao compromisso social, a partir de referências epistemológicas do materialismo histórico e da lógica dialética. Segundo as autoras,

a ABRAPSO nasceu da insatisfação com a psicologia européia e americana. Os problemas de nossa sociedade, marcada pela desigualdade social e pela miséria, não encontravam soluções na psicologia social importada como um saber universal dos países do Primeiro Mundo. Era imperioso rever, criticamente, o conhecimento científico enquanto práxis, ou seja, a unidade entre saber e fazer (Lane e Bock, 2003, p. 149).

Era, assim, necessária a construção de uma psicologia social contextualizada na realidade social vivida naquele momento pela sociedade brasileira. É nesse sentido que surge desse movimento de reflexão sobre essa disciplina e seu compromisso social, a psicologia comunitária, que dá enfoque à aplicação dos conhecimentos como uma alternativa de transformação de uma realidade tão caracteristicamente marcada pela repressão política resultante da ditadura militar. Nas palavras das autoras, a psicologia social comunitária “contribuiu significativamente para o desenvolvimento de uma visão crítica da psicologia social para todas as práticas da Psicologia. Vai permitir questionamentos em todos os âmbitos da profissão” (Lane e Bock, 2003, p. 150).

Tais questionamentos são evidenciados na crescente produção de livros que enfocam as novas temáticas, como o livro para iniciantes escrito por Silvia Lane (1981) e intitulado “O que é Psicologia Social”; o livro de Eduardo M. Vasconcelos (1985) “O que é Psicologia Comunitária”; bem como em novas coletâneas, como a publicada por Silvia Lane *et al.* (1984) “Psicologia Social – O Homem em Movimento” e a publicada por Elizabeth Bomfim e Marília Novais da Mata-Machado (1987) “Em torno da Psicologia Social”.

No que diz respeito às principais contribuições metodológicas direcionadas à prática, Bomfim (2003) aponta as obras de Carlos Brandão *et al.* (1981) intitulada “Pesquisa Participante”, Carlos Brandão (1984), “Repensando a Pesquisa Participante” e Michel Thiollent (1980) e suas obras sobre pesquisa-ação. Há também registros em livros do interesse crescente pelas práticas em psicologia social, como na obra de S. Jorge (1980) intitulada

“Psicologia e Dinâmica da Vida em Grupo”; a obra de A. Rodrigues (1981), “Aplicações da Psicologia Social: a Escola, a Clínica, as Organizações, a Ação Comunitária”; W. Pereira (1982), “Dinâmica de Grupos Populares”; dentre outros.

Embora se possa pensar que esse desenvolvimento se deu sem problemas, Lane e Bock (2003) afirmam que diversas resistências, incertezas e radicalizações se fizeram presentes neste momento. Segundo as autoras, pode-se observar como resultados, dentre outros, uma mudança ideológica na psicologia que, a partir da década de 1990, aponta para um compromisso social mais intenso e pautado na transformação. Ademais, a psicologia social tornou-se a porta-voz dessa transformação, haja vista ter oferecido à psicologia, assim como a outras áreas, uma nova forma de conceber o homem, totalmente desvinculada do modelo universalizante e naturalizante até então dominante.

É a partir disso que as autoras concebem a psicologia social naquele momento como uma ciência “pragmática que buscava a intervenção para a produção social do equilíbrio e do bem-estar. Uma ciência que via o homem como um organismo que sofre influências do meio e responde a ele na busca da adaptação” (Lane e Bock, 2003, p. 153). Ainda, uma ciência que, em muito, questiona a concepção de homem até então presente e que, por isso, altera sua perspectiva e coloca como objeto um homem não fragmentado e reduzido. O que não significa a resolução de todos os conflitos, já que outras perspectivas também se colocam num movimento de questionar essa proposta. Mas aponta para a necessidade de compreender o homem como histórico, construído a partir das relações e atividades sociais ao longo do tempo, bem como, para a necessidade de um fazer pautado nessa compreensão.

Afinal, para as autoras, as “ações para transformar não podem ser validadas porque estão movidas pela intenção de mudar. É preciso que surjam de uma compreensão histórica da produção do fenômeno que se quer transformar. Não podemos naturalizar os fenômenos sociais” (Lane e Bock, 2003, p. 155). Diante disso, o interesse em questão para essa nova

perspectiva em psicologia social é a construção de uma psicologia social cuja história possa ser identificada com as histórias de suas próprias ações políticas, colocando-se estas como metas, cujo intuito seja fazer avançar tanto seu conhecimento, quanto seus fazeres.

Esta perspectiva faz parte do projeto da ABRAPSO mas, segundo Guareschi (2011), é importante destacar que as contribuições da referida associação não podem ser consideradas completamente inovadoras, haja visto terem sofrido influências europeias. O que pode ser considerado originalmente fruto do movimento da ABRAPSO e dos inúmeros debates realizados em torno do papel da psicologia social é a incorporação da dimensão do compromisso social e da ética.

Essa busca pela construção de uma psicologia social preocupada com a relevância social e com a aplicabilidade dos conhecimentos às necessidades sociais foi o que permitiu o desenvolvimento de uma perspectiva voltada à intervenção. Para isso, metodologias variadas passam a ser utilizadas, tais como: observação participante, pesquisa-intervenção, pesquisa-ação. Todas interessadas em ultrapassar a visão dicotômica entre “pesquisador e pesquisado”, assim como a neutralidade científica e, ainda, dar a essa “nova” ciência um “novo” papel nas sociedades tão marcadas por injustiças e desigualdades sociais.

Daí a importância da ABRAPSO, que, segundo Tatsch, Guareschi e Baumgarten (2009), se caracteriza justamente por viabilizar um grande espaço de trocas, de crítica e invenção de novas formas de combate às injustiças e desigualdades sociais, posicionando-se de forma ética, política e socialmente comprometida com as intervenções profissionais que devem ser conduzidas em prol da afirmação da vida, da legitimidade da diferença e do compromisso com seu tempo e sua história.

4 INTERVENÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL: MUITAS AÇÕES, MÚLTIPLOS SENTIDOS

A partir do que foi até o momento apresentado, chegamos a uma compreensão de como a psicologia social se desenvolveu de modo a gerar reflexões acerca de seu papel como ciência comprometida com a realidade social, tanto internacionalmente quanto no contexto brasileiro. Apreendemos também a compreensão do quanto a intervenção foi adquirindo um caráter importante para a área, caráter este que foi se desdobrando ao longo do desenvolvimento da história e da própria disciplina. Tendo surgido como uma ciência experimental, sofreu questionamentos e críticas, especialmente em um contexto de guerra (em nível internacional) e de ditadura militar (em nível nacional), em torno de seu papel social e de sua razão de ser ciência, que geraram a necessidade de criação de formas de intervir.

Dito isso, passamos agora a uma breve apresentação de como parte da literatura da área vem abordando, na atualidade, o tema da intervenção em psicologia social, a fim de darmos mais um passo em direção à compreensão de nosso objeto.

No livro “Intervenção Psicossocial: Aspectos Teóricos, Metodológicos e Experiências Práticas”, Neiva (2010) identifica que “embora as necessidades psicossociais tenham sempre existido nos indivíduos, grupos e sociedades, é relativamente recente a constituição de uma área específica da psicologia que dê suporte teórico e metodológico para a realização de intervenções psicossociais” (p. 13). Intervenções psicossociais estão associadas, para a autora, à busca de bem estar psicossocial dos indivíduos, grupos e comunidades, assim como à busca de transformação, mudança, pesquisa e ação.

Conforme aponta, a intervenção psicossocial se constituiu como uma área de estudo que surgiu na segunda metade do Século XX na interface entre a psicologia clínica e a psicologia social. Em suas palavras,

de um lado, o método psicanalítico conseguiu quebrar a compartimentação existente entre a pesquisa fundamental e a pesquisa aplicada e contribuir, assim, para uma pesquisa e prática transformadoras. De outro lado, o conceito de pesquisa ativa, introduzido por Lewin, reforçou a necessidade da complementaridade entre a pesquisa e ação e a importância de se pesquisar sobre as situações da vida corrente, saindo dos laboratórios (Neiva, 2010, p. 13-14).

A partir disso, a autora considera que a intervenção psicossocial segue os princípios do método científico ao mesmo tempo em que une pesquisa à ação. “A pesquisa permeia todo o processo, desde a análise da demanda e o mapeamento das necessidades psicossociais até a etapa final de avaliação da intervenção. É esse caráter científico que produz reflexão, crítica e reformulação” (Neiva, 2010, p. 16). Com isso, a autora compreende a intervenção psicossocial como um processo científico a partir do qual se constrói conhecimento acerca de determinada realidade ao mesmo tempo em que se atua sobre essa realidade a fim de transformá-la. Desse modo, a intervenção psicossocial se configuraria em um processo de interação entre sujeito e meio ambiente com vistas à mudança no sentido de desenvolvimento de dada realidade. Isso porque, conforme observa a autora, embora a intervenção psicossocial gere mudanças intrapessoais, seu foco está nas relações grupais, nos diferentes espaços, como instituições e comunidades, e seu alcance “deve ser amplo e visar mudanças que vão até mesmo além dos grupos” (p. 17).

Para isso, é preciso observar alguns aspectos relativos ao conhecimento da realidade na qual se pretende atuar. Assim,

o mapeamento e a análise das necessidades psicossociais do grupo, instituição, organização ou comunidade foco da intervenção são fundamentais. Tais necessidades podem estar na área da saúde, educação, trabalho, economia ou outra; o importante é conhecê-las e definir prioridades para decidir o(s) foco(s) da intervenção. Essa decisão deve ser tomada com ou pelo grupo (Neiva, 2010, p. 19).

A autora ressalta, contudo, que uma perspectiva voltada à intervenção psicossocial não é restrita às populações desfavorecidas. Segundo ela, “no Brasil, em função dos problemas sociais, das desigualdades de renda, das condições de vida, a maioria dos trabalhos na área é

desenvolvida com essa população. Mas, o conceito de intervenção psicossocial abrange todo tipo de grupo, instituição ou comunidade” (Neiva, 2010, p. 19).

Outro aspecto apontado pela autora é o caráter preventivo da intervenção psicossocial, “considerando que seu objetivo maior é o bem-estar psicossocial e a qualidade de vida, ou seja, os aspectos de saúde e não de doença, seu foco maior é, portanto, a prevenção” (Neiva, 2010, p. 20). Diante disso, pode-se afirmar que o principal objetivo de uma intervenção psicossocial é prevenir situações de mal-estar psicossocial, de má qualidade de vida tanto das pessoas quanto dos grupos, das comunidades e das instituições (Neiva, 2010).

É dessa forma que considera que a intervenção psicossocial “na qualidade de área de atuação volta o seu olhar para as situações cotidianas, para as atividades e necessidades da vida corrente da população, buscando prioritariamente a promoção do bem-estar psicossocial” (Neiva, 2010, p. 21). Por isso, é tão importante levar em consideração o contexto no qual se pretende atuar para que o planejamento e o desenvolvimento da intervenção sejam coerentes com as necessidades daquele grupo específico.

Nesse sentido, Neiva (2010) afirma que

o psicólogo que atua em intervenção psicossocial tem dois papéis; de prático e pesquisador. Como prático, seu papel fundamental é de facilitador da tarefa foco da intervenção (...). Além disso, o interventor possui também um papel de pesquisador e, portanto, deve utilizar-se dos métodos e das técnicas de pesquisa que sejam pertinentes ao trabalho que realizará (p. 48-49).

Por isso, o interventor “deve possuir sólidos conhecimentos teóricos e metodológicos, atitude profissional e ética, além de um grande compromisso e responsabilidade para com a sociedade” (Neiva, 2010, p. 55).

Contudo, segundo Freitas (1998), é possível observar certa confusão entre trabalhos que tenham como propósito o estudo ou investigação de determinado tema ou problema com trabalhos que tenham como propósito a intervenção em determinado contexto. Quer dizer,

investigação e intervenção têm sido utilizados como se fossem sinônimos. Para a autora, “continua existindo a distância, quando não a dicotomia, entre investigar/pesquisar e intervir” (p. 96). Conforme afirma,

nas décadas anteriores, especialmente nos anos 60 e 70, a intervenção tinha conotações claras de militância política (...). Hoje, qualquer trabalho de investigação de campo, adotando os mais variados recursos metodológicos, tem sido entendido e considerado, de maneira equivocada, como um trabalho de intervenção, só pelo fato de ir, por exemplo, ao local onde vive a população a fim de colher dados. Ao mesmo tempo, muitos dos que realizam atividades concretas no contexto comunitário não têm procedido a sistematizações teóricas sobre essas experiências (p. 96).

Apesar disso, muitos autores se posicionam de forma contrária à defendida por Freitas (1998). Maraschin (2004), por exemplo, afirma que “todo pesquisar é uma intervenção, criação de sujeitos, objetos, conhecimentos, de territórios de vida” (p. 105). Para essa autora, já é intervenção a possibilidade de exercitar a posição de observador, de autor, de questionar determinada realidade e a forma como ela lida com suas problemáticas.

Guareschi e Dhein (2009), por sua vez, afirmam que “o conhecimento está sempre implicado com uma ação sobre o mundo. A partir do que podemos argumentar as produções teóricas já se constituem como uma forma de intervenção, como uma prática que foge dos sujeitos e, por isso, uma ação política” (p. 72).

Corroborando, Sudbrack (2009), afirma que

fazer teoria implica em estar na prática! Não há como pensar uma teoria sem sua articulação com a prática. É muito diferente do discurso tradicional onde se imagina uma teoria que vai ser aplicada na prática. Na verdade a teoria só se constrói e também só se renova com a prática, a partir da experiência (p. 113).

Essa última autora afirma que, em seu trabalho, a integração entre pesquisa e intervenção é pautada numa perspectiva metodológica da psicossociologia francesa, cujo desenvolvimento se sustenta em uma proposta de pesquisa-intervenção e/ou intervenção-pesquisa, assim como pesquisa-ação. Em suas palavras, “a psicossociologia é definida como proposta integradora entre a pesquisa e a intervenção, na medida em que se reconhece ao

mesmo tempo a demanda social e a subjetividade de todos os participantes do processo, incluindo o próprio pesquisador” (Sudbrack, 2009, p. 115).

Nesse sentido, “o significado da pesquisa-intervenção se revela nesta transformação de seus praticantes em seres pensantes. Todos constroem o conhecimento que deverá direcionar as práticas e estas, por sua vez, são a base e o laboratório, das construções teóricas” (Sudbrack, 2009, p. 116). Daí a função política do conhecimento, já que o conhecimento passa a representar uma constante transformação de todos os sujeitos envolvidos. Nas palavras da autora, “atribuímos um novo significado para a pesquisa: é uma intervenção que se revela nesta transformação de seus praticantes em seres pensantes” (p. 117).

É possível observar, a partir do exposto acima, uma ampliação no sentido dado à intervenção, já que esta não precisa necessariamente estar relacionada ao trabalho com grupos ou comunidades, tampouco, ter um caráter de transformação e compromisso social. Conforme aponta Pasini (2009), é possível “pensar a intervenção da psicologia na perspectiva da clínica ampliada, onde não se necessita de verdades a serem preservadas/descobertas, mas que podem ser criadas a cada novo domínio a cada nova experimentação” (p. 141).

Como vimos anteriormente, uma das áreas que tradicionalmente tem se dedicado à intervenção psicossocial em nosso país é a psicologia social comunitária. Para Freitas (1998), a psicologia social comunitária que vem sendo construída nos países da América Latina utilizando-se dos aportes de uma psicologia social crítica e histórica vem

trabalhando com conceituações ligadas a ideologia, processos de formação de consciência e construção da identidade social; às interações, relações cotidianas e processos grupais, às expressões e construções culturais e populares; à linguagem, emoção e afetividade (...), [é compreendida] como **área de pesquisa e de intervenção**. Trata-se de um trabalho, necessariamente, de intervenção, ao mesmo tempo em que são produzidos conhecimentos, tanto para retornarem à realidade concreta, como para contribuir com as produções na área (...) [Além disso,] orienta-se a partir das **necessidades apresentadas pela população** (...), [e] tem claramente um **compromisso com os setores mais desfavorecidos** (Freitas, 1998, p. 104, negritos no original).

Diante disso, parece-nos adequado, para os objetivos do nosso estudo, apresentar mais algumas informações sobre essa psicologia social comunitária que, conforme Freitas (1998), pode ser legitimamente compreendida como área de pesquisa e de intervenção.

Segundo Sarriera (2010),

a psicologia comunitária na América Latina surgiu com características específicas do seu contexto e comprometida com a mudança social. Não existe uma única proposta teórica ou paradigmática que seja a panacéia para solucionar os graves problemas que vivencia a nossa sociedade latino-americana, desigual e injusta. São muitas as contribuições teóricas, a diversidade de metodologias e as propostas que pretendem dar conta de alguma parte dessa complexidade social e cultural da América Latina (p. 7).

Nesse sentido, em entrevista concedida à Sawaia e Lima (1998), Maritza Montero afirma que as denominações psicologia comunitária e psicologia social comunitária coexistem, sendo que, historicamente, o primeiro termo antecede o segundo e é fruto de um processo coletivo que agregou psicólogos clínicos, da educação, saúde e sociais em discussões e reflexões acerca da crise em torno da psicologia e seu caráter psicobiológico. Em suas palavras, “se planteaba entonces la necesidad de hacer una psicologia que incorporase a la comunidad, que se dirigiese a la comunidad; que de alguna manera respondiese a las expectativas y problemas de las comunidades” (Sawaia e Lima, 1998, p. 6).

Já a denominação psicologia social comunitária, segundo a autora, surgiu mais tarde e seu desenvolvimento se deu de forma mais sistematizada nos anos 70, especialmente em Porto Rico, onde os psicólogos sociais porto-riquenhos desenvolveram um campo de trabalho com comunidades, a partir da revisão e redefinição dos conceitos e teorias da psicologia social (Sawaia e Lima, 1998).

Maritza Montero aponta ainda outras denominações utilizadas nessa época para identificar, em outros países da América Latina, práticas semelhantes, tais como organização popular e desenvolvimento comunitário. Segundo ela, não se pensava naquele momento que se tratava da criação de um novo ramo da psicologia, mas sim de uma reação diante da crise

da psicologia social que se mostrava cada vez mais distante dos atores sociais e dos fenômenos sociais (Sawaia e Lima, 1998).

Essa constatação só ocorreu, segundo Montero, a partir da década de 1980, quando se observou que não se tratava apenas de um desenvolvimento prático, mas também teórico, cujas bases também se localizavam na psicologia social. Contudo, uma psicologia social crítica e preocupada com a transformação social, dialógica, reflexiva, capaz de unir teoria e prática e de incorporar os atores sociais e suas diferentes e específicas formas de conhecimento em sua construção. Trata-se, em suas palavras, de uma psicologia “con énfasis en ambos aspectos: social y comunitario” (Sawaia e Lima, 1998, p. 7).

Montero identifica que os desenvolvimentos teóricos que fundamentam a psicologia social comunitária respondem “al conocimiento producido mediante la nueva práctica y al uso de otros enfoques metodológicos (específicamente la investigación-acción participativa)” (Sawaia e Lima, 1998, p. 7). Segundo ela, durante a década de 1970 se produziram revisões críticas de teorias sociais e psicossociais, as quais foram reformuladas à luz dos processos comunitários. Dentre essas teorias, localiza a teoria da atribuição e do construcionismo social. Afirmar, ainda, que os Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844 de Karl Marx, assim como a Obra de Paulo Freire constituíram-se em leituras fundamentais para a psicologia social comunitária (Sawaia e Lima, 1998).

A partir desse momento, passa-se a buscar referências que privilegiem essa perspectiva de transformação e compromisso social. Para Montero, o compromisso social é necessário no trabalho comunitário e, por isso, deve ser central para os que desejam ensinar psicologia social comunitária e atuar como psicólogos sociais comunitários. Em suas palavras, “en efecto, la teoría de las necesidades, la teoría del poder, la noción de compromiso, la noción de fortalecimiento (empowerment), el concepto de comunidad, entre otros aspectos, van a ser redefinidos en los años’80” (Sawaia e Lima, 1998, p. 8).

Nesse sentido, Cruz, Freitas e Amoretti (2010) afirmam que é em um

clima de forte crítica ao caráter supostamente neutro da prática psicológica que grupos de intelectuais engajaram-se nas lutas populares em prol de unir a atividade científica aos processos de transformação social. A partir deste cenário de discussões surgem os primeiros trabalhos em contextos comunitários, com o objetivo de facilitar a formação de consciência crítica e participação política. Estes passam a ter maior visibilidade através de diversos eventos e simpósios que passaram a ser realizados, especialmente pela ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social), tendo como eixo norteador a preocupação de aproximação e comprometimento da Psicologia para com a realidade (p. 83-84).

Segundo as autoras, pode-se afirmar, de modo geral, que essa perspectiva em psicologia social comunitária “trata de um campo de trabalho interdisciplinar comprometido política e socialmente com o desenvolvimento dos saberes e práticas que possibilitem o estabelecimento de relações igualitárias e emancipatórias através da dialógica” (Cruz, Freitas, Amoretti, 2010, p. 87), cujos norteadores para as práticas de intervenção comunitária podem ser localizados nas teorias de Marx e Gramsci, que ultrapassaram a noção de comunidade passiva e estática, a partir da concepção de comunidade ativa (Cruz, Freitas, Amoretti, 2010).

A psicologia social comunitária teve, assim, conforme observado por Monteiro, uma grande importância para a psicologia social no que diz respeito ao seu desenvolvimento epistemológico. As origens deste desenvolvimento epistemológico estão na própria constituição da psicologia social comunitária, tanto no que diz respeito ao modo de fazer psicologia e refletir sobre o conhecimento produzido, quanto no que diz respeito ao modo de produzir conhecimento, considerando a relação entre sujeito que produz conhecimento e sujeito objeto do conhecimento (Sawaia e Lima, 1998).

É a partir disso que acredita que a psicologia social comunitária se desenvolveu como primeiro ramo independente do conhecimento psicológico e que, também por isso, introduziu um novo paradigma na psicologia social, uma vez que possibilitou a redefinição da psicologia e do trabalho do psicólogo em comunidades, assim como a dimensão ética e política do fazer do psicólogo (Sawaia e Lima, 1998).

Contudo, é importante, conforme Freitas (1998), questionar se as práticas ditas comunitárias são realmente novas e transformadoras, haja vista que

a cada dia aumenta o número de psicólogos que se denominam e se identificam como psicólogos comunitários. Alguns desenvolvem projetos de intervenção, outros realizam investigações em bairros de periferia, favelas, cortiços, junto a meninos de rua e mendigos, em postos de saúde, instituições asilares, conselhos tutelares e varas da infância e da família, ONG's, sindicatos, associações e movimentos comunitários, movimentos populares e outras entidades pertencentes à sociedade civil (p. 83).

Quer dizer, é preciso questionar em que medida essas práticas divulgadas como sendo da psicologia social comunitária realmente correspondem a intervenções inovadoras e revolucionárias e em que ponto elas não estão apenas reproduzindo em espaços e setores populares um modelo de psicologia criticado pela própria psicologia social comunitária.

Sendo assim, considerando a importância dada à intervenção em psicologia social, assim como as reflexões sobre as características desejadas para um “modelo” de intervenção, pautado na realidade brasileira, reiteramos nosso objetivo nesse estudo de identificar, sistematizar e analisar o que tem sido apontado como intervenção em psicologia social, bem como de explicitar de que forma se configuram os relatos em torno do fazer, da prática na área.

5 PROCEDIMENTOS DE COLETA E DE ANÁLISE DE DADOS

Com intuito de compreender de que modo a intervenção vem sendo entendida atualmente na psicologia social do nosso país, foram analisados os trabalhos completos publicados nos anais dos 3 últimos Encontros Nacionais da ABRAPSO, referentes aos anos de 2007, 2009 e 2011².

² Dois motivos principais justificam essa escolha: a) totalidade dos trabalhos completos em formato digital disponíveis em www.abrapso.org.br; b) recenticidade dos trabalhos realizados e descritos nos trabalhos completos.

Segundo informações contidas no sítio eletrônico da ABRAPSO, o encontro de 2007 foi o XIV Encontro Nacional, cujo tema geral foi Diálogos em Psicologia Social e cuja organização contemplou sua subdivisão em 11 eixos temáticos: Educação; Ética, Violências e Direitos Humanos; Gênero, Sexualidade, Etnia e Geração; Histórias, Teorias e Metodologias; Infâncias, Adolescências e Famílias; Mídia, Comunicação e Linguagem; Política; Processos organizativos, comunidades e práticas sociais; Saúde; Trabalho; Outros.

Este encontro teve como proposta, segundo informações do referido site, “abrigar a diversidade e enfatizar as realidades brasileira e latino-americana, marcas distintivas da ABRAPSO”³. Aconteceu entre os dias 31 de outubro e 3 de novembro de 2007 no *campus* da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

O encontro de 2009 foi o XV Encontro Nacional, cujo tema geral foi Psicologia Social e Políticas de Existência: Fronteiras e Conflitos, e cuja subdivisão também foi em 11 eixos temáticos: Educação; Ética, Violências e Direitos Humanos; Gênero; História; Mídia, Comunicação, Linguagem e Objetivações Artísticas; Política, Democracia e Movimentos Sociais; Processos Organizativos e Comunidades; Ruralidade, Cidades e Produção de Territórios de Existência; Saúde; Trabalho; Outros.

A proposta desse encontro, conforme veiculado no sítio eletrônico da Associação, foi “ampliar a discussão sobre o compromisso da Psicologia Social de compreender as realidades brasileiras, construir conhecimentos válidos e propor políticas necessárias à superação dos problemas sociais e humanos que vivenciamos em nossas regiões”⁴. Aconteceu entre os dias 30 de outubro e 02 de novembro de 2009 na Faculdade Integrada Tiradentes - FITs, em Maceió/AL.

O encontro de 2011 foi o XVI Encontro Nacional, cujo tema geral foi Psicologia Social e seus Movimentos, e no qual foram comemorados os 30 anos da ABRAPSO. Este

³ www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/full_mode.htm

⁴ www.abrapso.org.br/siteprincipal/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=67&Itemid=95

encontro contou com 8 eixos temáticos: Educação e Formação; Ética, Violências e Direitos Humanos; Gênero, Sexualidade, Raça, Idade e Territórios de Existência; Histórias, Metodologias e Teorias; Mídia, Comunicação, Linguagem e Artes; Política, Democracia e Movimentos Sociais; Saúde; Trabalho.

Seu objetivo foi aliar “ensino, pesquisa e atuação profissional em Psicologia Social implicada com o debate atual sobre problemas sociais e políticos do país e sobre o cotidiano da sociedade”⁵. Aconteceu entre os dias 12 e 15 de novembro de 2011 na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, na cidade do Recife/PE.

Acreditamos que esses encontros refletem as principais discussões que vêm ocorrendo na área, não só pela quantidade de pessoas envolvidas, já que se trata do terceiro maior encontro de psicologia no Brasil, mas especialmente por tratar-se do maior evento em psicologia social do nosso país, com média de participantes de três mil pessoas nos últimos encontros. Acreditamos também que as pesquisas apresentadas no contexto desses encontros refletem as principais problemáticas em voga no âmbito da psicologia social, como representam as mais variadas concepções de estudo e de reflexão acadêmica a respeito do tema. Por estas razões, as produções difundidas nesses encontros, reproduzidas em forma de anais, foram aqui tomadas como fonte de investigação.

Consideramos, assim como Bauer (2002, p. 189), que “os textos, do mesmo modo que as falas, referem-se aos pensamentos, sentimentos, memórias, planos e discussões das pessoas, e algumas vezes nos dizem mais do que seus autores imaginam”. Quer dizer, a partir dos textos podemos acessar concepções acerca de determinado objeto de uma forma privilegiada. No caso dos anais, cuja extensão do relato é limitada, podemos acessar o que os próprios autores, quando se referem a determinada questão, consideram importante, necessário e/ou digno de ser registrado.

⁵ www.encontro2011.abrapso.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=548

Procurando identificar esses elementos, realizou-se inicialmente uma busca e seleção dos textos que seriam analisados. O critério utilizado para tanto foi a ocorrência do termo intervenção no corpo do texto em, pelo menos, duas frases. A delimitação da busca a partir desse critério foi importante porque, em muitos textos, o termo intervenção aparecia apenas uma vez, muitas das vezes fazendo referência somente a uma disciplina, ou laboratório, ou a uma referência bibliográfica. Embora sejam formas interessantes de apresentação do termo, para os objetivos do presente estudo a simples aparição do termo não seria suficiente, haja vista que o nosso interesse não se reduziu a ocorrências e sim a significados em contextos específicos.

A fim de atendermos ao propósito desta pesquisa, escolhemos como procedimento de tratamento de dados a análise de conteúdo. Segundo Bauer (2002, p. 190),

embora a maior parte das análises clássicas de conteúdo culminem em descrições numéricas de algumas características do *corpus* do texto, considerável atenção está sendo dada aos “tipos”, “qualidades” e “distinções” no texto, antes que qualquer quantificação seja feita. Deste modo, a análise de texto faz uma ponte entre um formalismo estático e a análise qualitativa dos materiais.

Considerando o universo da pesquisa e sua complexidade, já que cada texto apresenta em si uma multiplicidade de possibilidades de leitura e de compreensão, a escolha pela análise de conteúdo deu-se também pelo fato de este método reduzir essa complexidade, uma vez que a “classificação sistemática e a contagem das unidades do texto destilam uma grande quantidade de material em uma descrição curta de algumas de suas características” (Bauer, 2002, p. 191).

Além disso, segundo Bauer (2002, p. 194)

a AC pode reconstruir “mapas de conhecimento” à medida que eles estão corporificados em textos. As pessoas usam a linguagem para representar o mundo como conhecimento e autoconhecimento. Para reconstruir esse conhecimento, a AC pode necessitar ir além da classificação das unidades do texto, e orientar-se na direção de construção de redes de unidades de análise para representar o conhecimento não apenas por elementos, mas também em suas relações.

São esses “mapas de conhecimento” que nos permitirão compreender de que forma o termo intervenção é apresentado nos textos selecionados, assim como as relações estabelecidas entre o termo e as categorias de análise. Trata-se assim de uma investigação complexa que não pretende se reduzir à classificação de elementos, mas à sua compreensão e principalmente, à construção do objeto intervenção no universo analisado.

Sendo assim, vale considerar alguns pressupostos da análise de conteúdo apresentados por Franco (2003) e que dizem respeito às informações que cada texto contém acerca de seu autor, tais como suas concepções de mundo, representações, dentre outras, assim como as seleções que o autor faz do que apresentar e de como apresentar e a “teoria” que orienta seu relato. Ou seja, aspectos que não necessariamente aparecem de forma explícita, mas que podem ser identificados com o auxílio da análise de conteúdo. Acredita-se que a análise do período de interesse (2007-2011) nos permitirá observar flutuações, continuidades e descontinuidades de conteúdo de textos selecionados.

Seguimos, para isso, as orientações de Nascimento e Menandro (2006, p. 80) quanto às etapas da análise de conteúdo, a saber:

1- Primeira leitura do corpus. Anotação de impressões gerais sobre possíveis elementos recorrentes nas informações coletadas; 2- Segunda leitura. Pré-categorização. Contagem parcial dos elementos identificados na primeira leitura, visando confirmação ou não de categorias gerais e identificação de possíveis novas categorias; 3- Terceira leitura. Construção de grades de categorias contendo tema geral, palavras e frases relacionadas a esse tema; 4- Agrupamento de elementos (palavras ou frases) da categoria geral em subcategorias; 5- Contagem da frequência final dos elementos nas subcategorias e nas categorias gerais.

Assim, os textos selecionados, um total de 260 (Anexo), foram numerados e organizados de acordo com o ano e o eixo temático ao qual pertenceram. Estando os textos devidamente organizados, passamos a uma primeira leitura do *corpus* objetivando uma primeira aproximação e identificação de impressões. Essa primeira leitura nos permitiu a proposição de algumas referências que nos permitiram, por sua vez, uma primeira abordagem mais sistematizada do *corpus*, tais como o tipo de trabalho, a presença ou não de uma

definição para o termo intervenção, o objetivo, o público alvo, ao espaços/locais, a referência explícita ao que foi feito em termos de procedimentos metodológicos, os contextos temáticos em que o termo intervenção aparece, dentre outros.

Uma segunda leitura dos relatos possibilitou a transformação das referências propostas em pré-categorias de análise, a partir das quais, em uma terceira leitura, mais cuidadosa e demorada, foram estabelecidas as categorias finais, assim como o recorte de todos os trechos relacionados a cada uma delas. Por fim, redigimos um breve resumo dos aspectos sobressalentes em cada texto.

Entretanto, o *corpus* não permitiu a apreensão de um elemento extremamente importante para o nosso estudo, qual seja, a própria definição formal de intervenção. Esse fato nos obrigou a pensar em outras estratégias metodológicas. Com o objetivo de identificarmos, na ausência de definições formais, os possíveis significados do termo intervenção no nosso *corpus*, reunimos todas as frases que continham o referido vocábulo e suas variantes nos textos selecionados e construímos um segundo *corpus*. Este foi submetido ao tratamento realizado pelo programa de Análise Lexical por Contexto de um Conjunto de Segmentos de Texto – ALCESTE, cuja análise permitiu a apreensão das diferentes formas de discurso presentes nos textos a respeito do objeto em questão, o termo intervenção, e, conseqüentemente, uma compreensão do que este constitui nos textos analisados.

Segundo Oliveira, Gomes e Marques (2005), o ALCESTE foi desenvolvido em 1979 por Max Reinert, no Centro de Cálculo de Toulouse – CICT, com a finalidade de desenvolver “a análise lexical de conteúdo por meio de técnicas quantitativas de tratamento de dados textuais” (p. 158). Para os autores, “o ALCESTE visa dar, muito rapidamente, uma visão global sobre uma documentação volumosa cuja análise seria muito longa e exaustiva para ser realizada de modo manual, por exemplo” (p. 159).

Nesse sentido, Kronberger e Wolfgang (2002) afirmam que

como todos os outros métodos destinados a analisar respostas a questões abertas, ALCESTE não é uma técnica para testar hipóteses *a priori*, mas um método para exploração e descrição. Embora não possa dar conta do sentido e contexto, como o fazem os métodos manuais de análise qualitativa, sua vantagem é que dentro de um curto espaço de tempo o pesquisador pode conseguir uma visão geral do volumoso *corpus* de dados (p. 427).

Sendo assim, seguindo também orientações de Nascimento e Menandro (2006), na preparação desse *corpus* a ser analisado pelo ALCESTE, procedeu-se a uma identificação do material, no caso, todos os textos com as citações presentes nos trabalhos analisados contemplando o termo intervenção. Precedendo esta identificação, foram acrescentados 4 asteriscos, cuja função é indicar para o programa o início de uma Unidade de Contexto Inicial – UCI a ser analisada. Conforme já mencionado, nos textos selecionados constavam, pelo menos, duas frases com o termo intervenção. Agrupamos então as frases selecionadas de um mesmo texto em uma UCI, obtendo, portanto, 260 UCIs.

O ALCESTE transforma essas UCIs em Unidades de Contexto Elementar – UCE, a partir de critérios relativos a tamanho do texto, especificamente ao número de palavras a serem analisadas e pontuação. Essas UCEs possibilitarão o estabelecimento de matrizes de co-ocorrência a partir das quais o programa procederá à classificação do *corpus*. Essa classificação é apresentada em formato de listas de formas reduzidas associadas a contextos que correspondem às classes formadas e possibilitam a identificação das UCEs características de cada uma dessas classes, que, por sua vez, podem ser interpretadas como conteúdo, funcionamento e/ou representação (Nascimento e Menandro, 2006)⁶.

Conforme será possível observar na apresentação dos resultados a seguir, as classes obtidas a partir da análise ALCESTE permitiram a construção de um possível conceito para o termo intervenção no *corpus* analisado, de modo que a utilização desse método associada à

⁶ Mais informações técnicas relativas ao programa ALCESTE encontram-se disponíveis no material citado (Oliveira, Gomes e Marques, 2005; Kronberger e Wolfgang, 2002; Nascimento e Menandro, 2006).

análise de conteúdo nos possibilitou, no nosso entendimento, um tratamento mais abrangente do material selecionado.

6 RESULTADOS

Iniciamos nossa apresentação dos resultados com informações referentes à quantidade total de trabalhos consultados e de trabalhos selecionados, conforme critério já descrito (Figura 1). Vale lembrar que o número de trabalhos completos publicados é menor do que o número de trabalhos apresentados no evento, pois nem todos os autores encaminham trabalhos completos para publicação nos anais, assim como nem todos os trabalhos encaminhados são necessariamente aceitos para compor os anais.

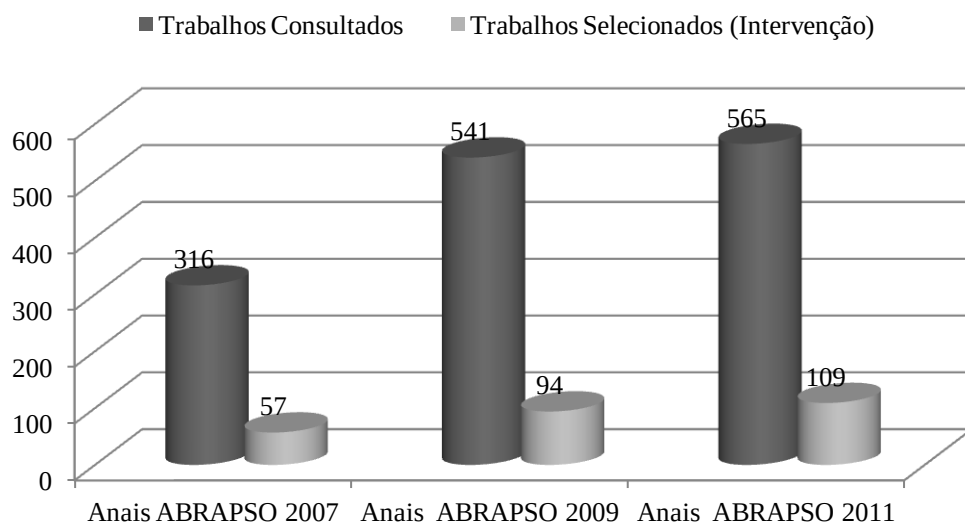


Figura 1 – Comparativo entre trabalhos consultados e trabalhos selecionados dos Anais dos Encontros Nacionais da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO, nos anos de 2007, 2009 e 2011.

Embora possamos perceber um aumento progressivo do número de relatos sobre intervenção nos três Encontros realizados entre 2007 e 2011, a proporção desses relatos, considerando-se o total de trabalhos completos publicados, manteve-se pouco variável (Figura 2).

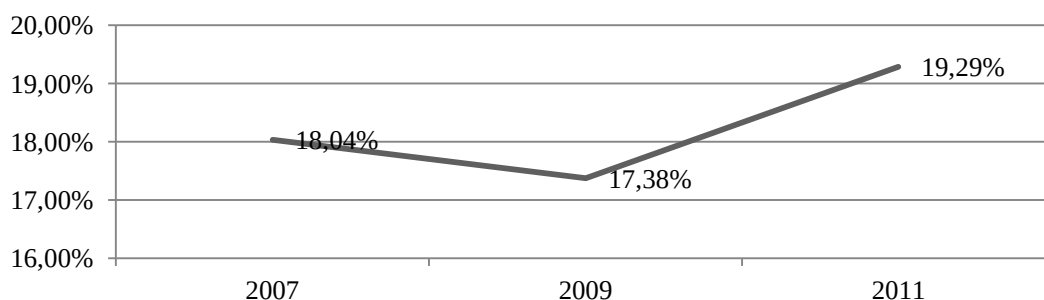


Figura 2 – Comparativo, em porcentagem, dos trabalhos selecionados (Intervenção) em cada ano.

ANAIS ABRAPSO 2007

Conforme já mencionado anteriormente, procedeu-se a uma distribuição dos textos selecionados de acordo com a própria organização dos Encontros, quer dizer, em Eixos temáticos. Sendo assim, podemos observar nos anais do Encontro Nacional da ABRAPSO – 2007, organizado em 11 eixos temáticos, que em apenas dois desses eixos não foi possível localizar pelo menos um texto abordando o termo intervenção (Histórias, Teorias e Metodologias e Política), sendo que o termo intervenção aparece com mais frequência nos trabalhos dos eixos temáticos Saúde, Processos Organizativos, Comunidades e Práticas Sociais e Educação (Figura 3). Observa-se que dentre os anais selecionados para análise, apenas o de 2007 apresenta o eixo temático Infâncias, Adolescências e Famílias.

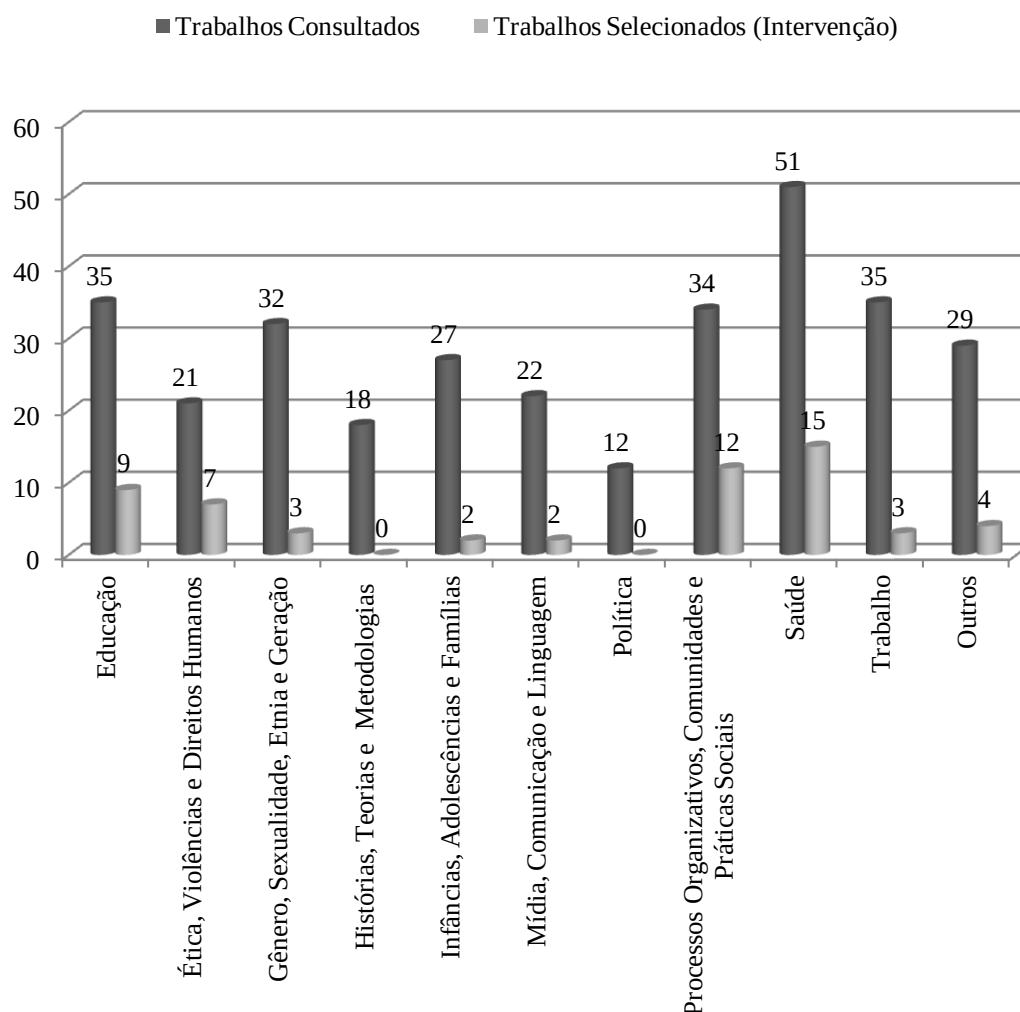


Figura 3 – Comparativo por eixo temático presente nos anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO no ano de 2007.

ANAIS ABRAPSO 2009

Foi possível, nos anais do Encontro Nacional da ABRAPSO – 2009, também organizado em 11 eixos temáticos, encontrarmos em todos os eixos pelo menos um trabalho com o termo intervenção, sendo que, mais uma vez, esse termo aparece de forma mais expressiva nos eixos temáticos Saúde e Educação (Figura 4). Observa-se também que apenas nesses anais há a presença do eixo temático Ruralidades, Cidades e Produção de Territórios de Existência.

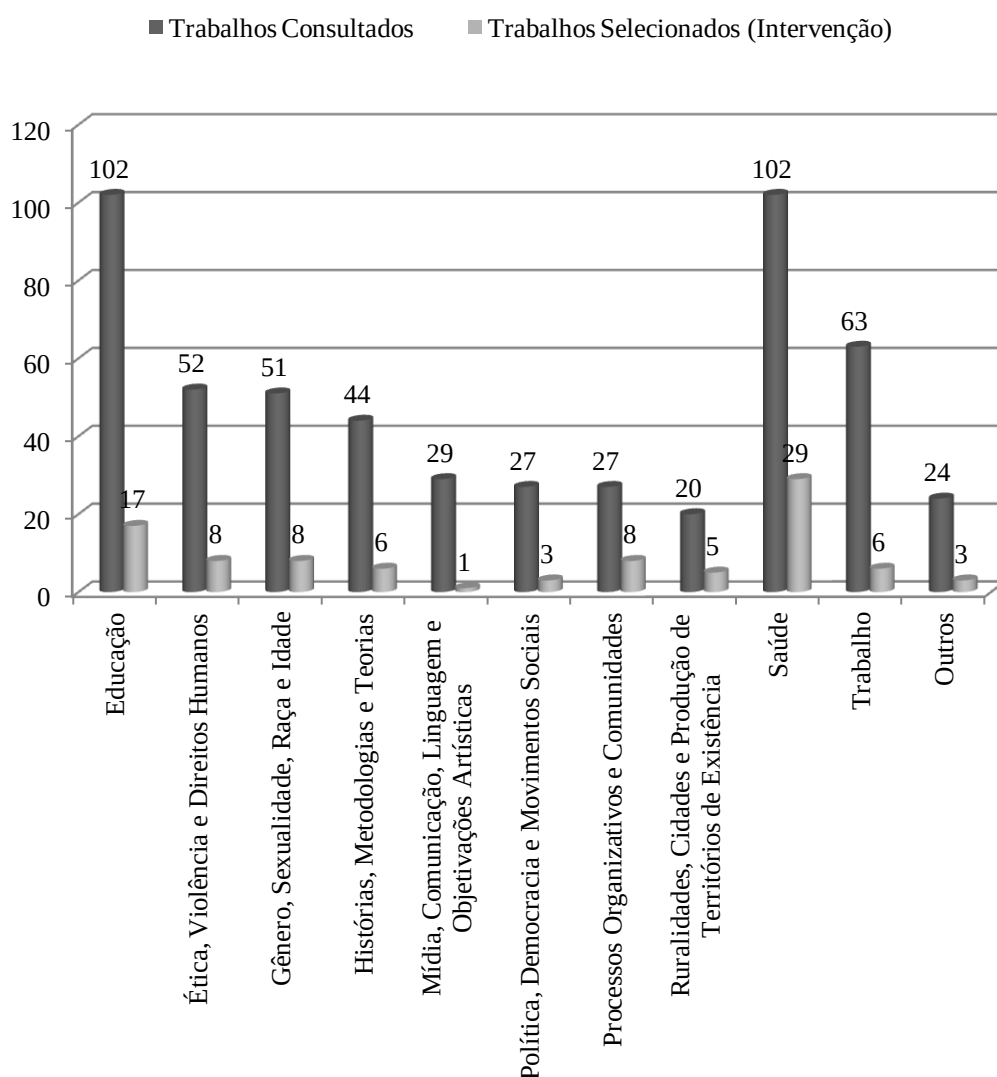


Figura 4 - Comparativo por eixo temático presente nos anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO no ano de 2009.

ANAIS ABRAPSO 2011

Os anais do Encontro Nacional da ABRAPSO – 2011 foram organizados em 08 eixos temáticos. Houve a eliminação do eixo Outros, contemplado nos anais dos Encontros de 2007 e 2009. O termo intervenção aparece em todos os eixos e de forma mais importante, como nos anais dos Encontros anteriores, nos eixos Saúde e Educação e Formação (Figura 5).

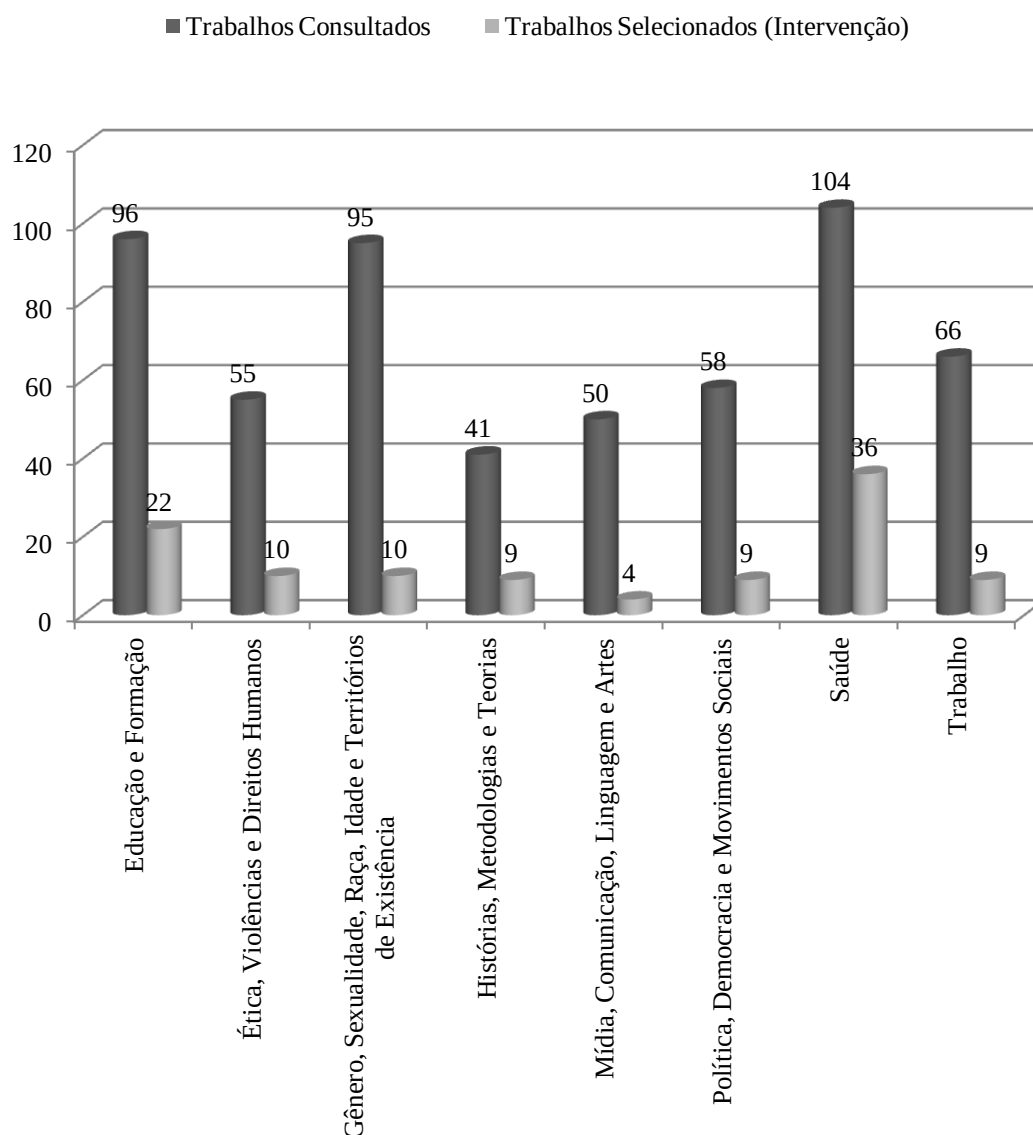


Figura 5 – Comparativo por eixo temático presente nos anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO no ano de 2011.

ANÁLISE COMPARATIVA POR EIXO TEMÁTICO

Passaremos agora à comparação do número de trabalhos que se referem à intervenção, segundo os eixos temáticos propostos pelos Encontros. Como os eixos receberam ao longo dos Encontros nomeações diferentes, optou-se por manter a nomeação que mais englobasse elementos. Vale ressaltar também que alguns eixos não estiveram presentes em todos os Encontros, de modo que diante da dificuldade em categorizar os trabalhos presentes nesses

eixos descontinuados, manteve-se a configuração original proposta nos Encontros, mesmo para os casos em que o eixo só aparece em um dos 3 Encontros.

Eixo Temático - Educação e Formação

Assim, o eixo denominado em 2007 e 2009 de Educação e em 2011 de Educação e Formação será, a partir de agora, tomado como eixo temático Educação e Formação.

Conforme é possível observar na Figura 6, o eixo Educação e Formação apresentou em 2007 uma maior proporção de trabalhos com ocorrência do termo intervenção, tendo havido uma queda no encontro de 2009 e um aumento no encontro de 2011.

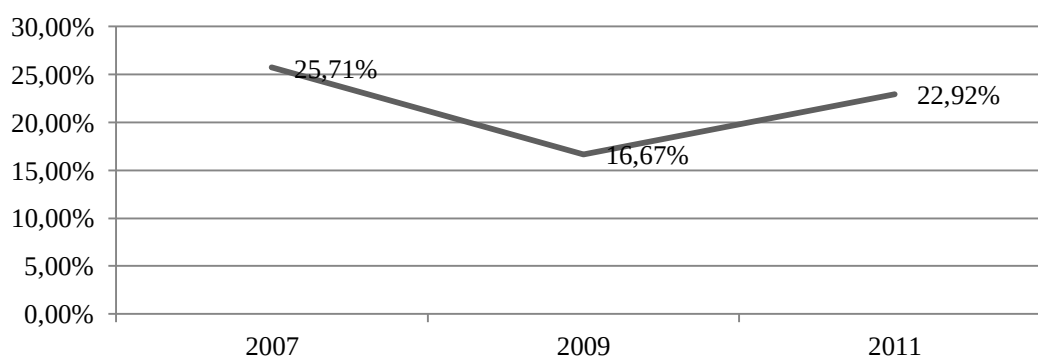


Figura 6 – Comparativo dos trabalhos selecionados por ano no eixo temático Educação e Formação.

Eixo Temático - Ética, Violências e Direitos Humanos

O eixo temático Ética, Violências e Direitos Humanos não sofreu alterações em seu nome ao longo dos Encontros.

Também nesse eixo, observamos a variação já apontada anteriormente, sendo que, também nesse caso, a proporção de trabalhos no ano de 2007 é mais expressiva do que nos os anos posteriores (Figura 7).

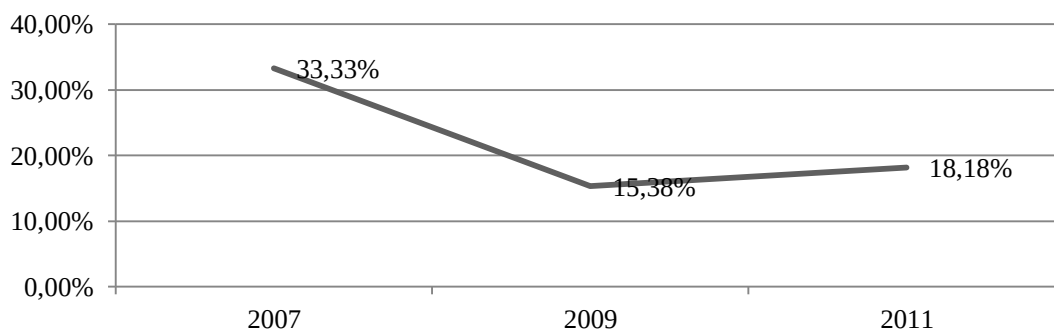


Figura 7 – Comparativo dos trabalhos selecionados por ano no eixo temático Ética, Violências e Direitos Humanos.

Eixo Temático - Gênero, Sexualidade, Raça, Idade e Territórios de Existência

O eixo denominado em 2007 de Gênero, Sexualidade, Etnia e Geração, em 2009 de Gênero, Sexualidade, Raça e Idade, e em 2011 de Gênero, Sexualidade, Raça, Idade e Territórios de Existência será aqui considerado como eixo temático Gênero, Sexualidade, Raça, Idade e Territórios de Existência.

Nesse eixo, observamos uma variação diferente, uma vez que a proporção de trabalhos selecionados sofreu um aumento no Encontro de 2009 e uma queda no de 2011 (Figura 8).

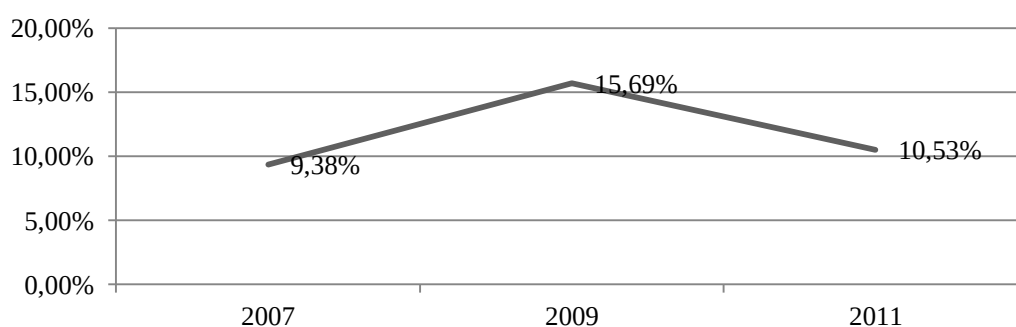


Figura 8 – Comparativo dos trabalhos selecionados por ano no eixo temático Gênero, Sexualidade, Raça, Idade e Territórios de Existência.

Eixo Temático - Histórias, Metodologias e Teorias

O eixo que foi, em 2007, denominado Histórias, Teorias e Metodologias, em 2009 e em 2011 Histórias, Metodologias e Teorias será mantido como eixo temático Histórias, Metodologias e Teorias.

Nesse eixo é possível observar um aumento progressivo no número de trabalhos selecionados, partindo de nenhum em 2007 e aumentando progressivamente até chegar a 21,95% dos trabalhos que se referem à intervenção em 2011 (Figura 9).

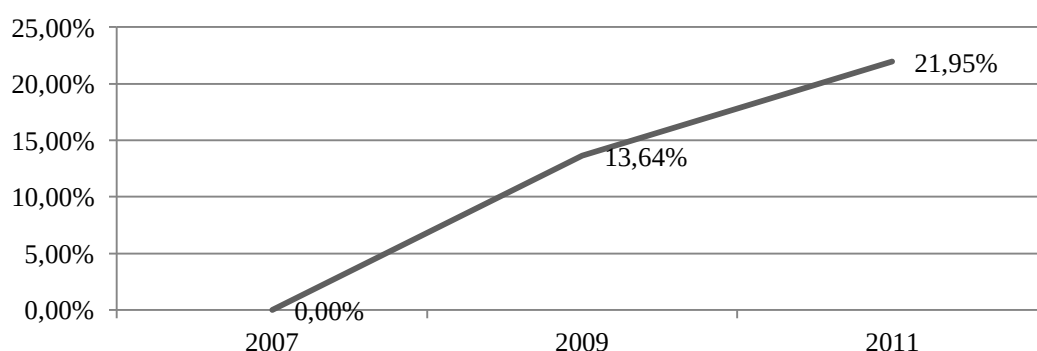


Figura 9 – Comparativo dos trabalhos selecionados por ano no eixo temático Histórias, Metodologias e Teorias.

Eixo Temático - Infâncias, Adolescências e Famílias

O eixo denominado Infâncias, Adolescências e Famílias só esteve presente no Encontro de 2007, sendo que a quantidade de trabalhos que se referem à intervenção representou 7,41% do total de trabalhos selecionados.

Eixo Temático - Mídia, Comunicação, Linguagem e Objetivações Artísticas

O eixo Mídia, Comunicação e Linguagem em 2007 foi denominado, em 2009, de Mídia, Comunicação, Linguagem e Objetivações Artísticas e, em 2011, de Mídia, Comunicação, Linguagem e Artes.

Nesse eixo, podemos observar uma queda da proporção de trabalhos nos Encontros posteriores ao de 2007, sendo essa mais expressiva no Encontro de 2009 (Figura 10).

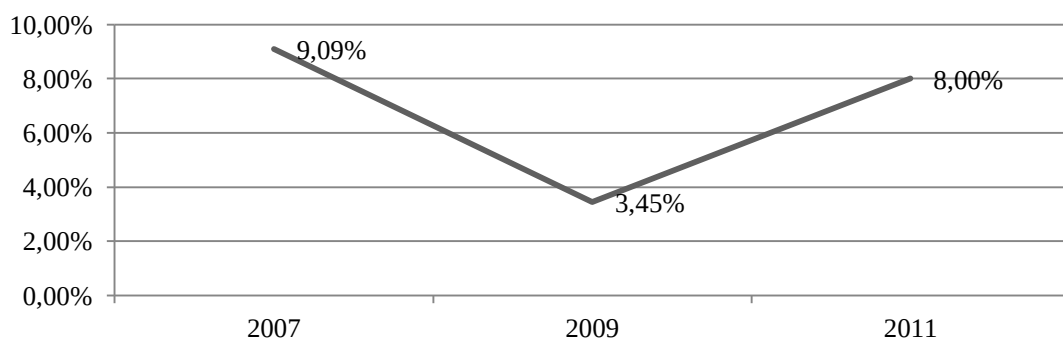


Figura 10 – Comparativo dos trabalhos selecionados por ano no eixo temático Mídia, Comunicação, linguagem e Objetivações Artísticas.

Eixo Temático - Política, Democracia e Movimentos Sociais

O eixo Política, de 2007, foi acolhido no eixo Política, Democracia e Movimentos Sociais, em 2009. Houve manutenção desse último título em 2011.

A proporção de trabalhos selecionados sofreu nesse eixo um aumento progressivo ao longo dos Encontros, partindo de nenhum trabalho sobre intervenção no Encontro de 2007 até atingir 15,52% do total selecionado em 2011 (Figura 11).

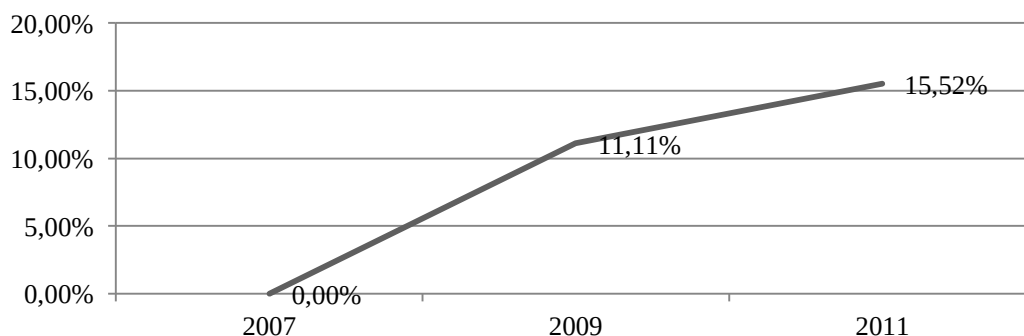


Figura 11 – Comparativo dos trabalhos selecionados por ano no eixo temático Política, Democracia e Movimentos Sociais.

Eixo Temático - Processos Organizativos, Comunidades e Práticas Sociais

O eixo Processos Organizativos e Comunidades, de 2007, e Processos Organizativos, Comunidades e Práticas Sociais, de 2009, não foi contemplado em 2011.

Podemos observar nesse eixo uma queda da porcentagem de trabalhos entre os Encontros de 2007 e 2009 (Figura 12).

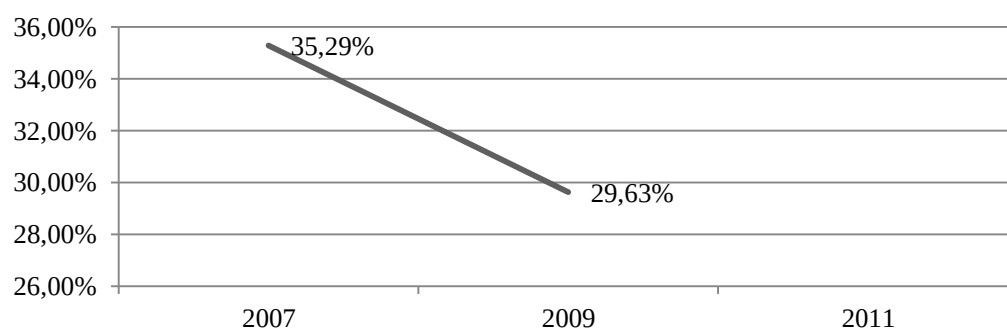


Figura 12 – Comparativo dos trabalhos selecionados por ano no eixo temático Processos Organizativos, Comunidades e Práticas Sociais.

Eixo Temático - Ruralidades, Cidades e Produção de Territórios de Existência

O eixo Ruralidades, Cidades e Produção de Territórios de Existência só foi contemplado em 2009, representando 25,00% de trabalhos selecionados.

Eixo Temático - Saúde

O Eixo Saúde manteve o mesmo nome nos 3 Encontros.

A proporção de trabalhos sobre intervenção nesse eixo sofreu pouca variação entre 2007 e 2011 (Figura 13).

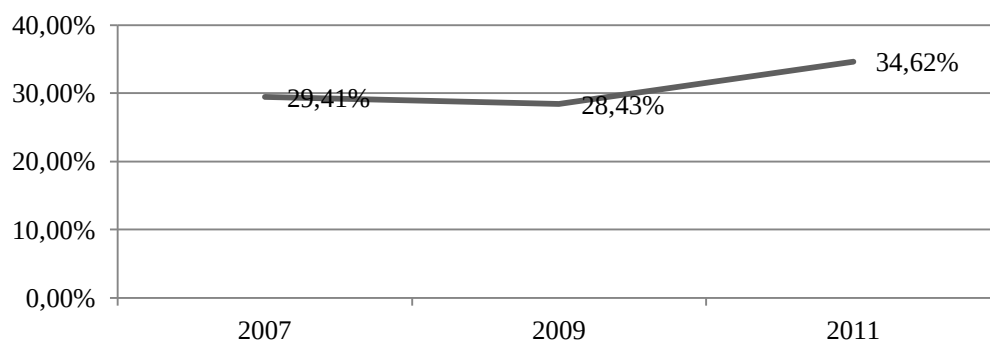


Figura 13 – Comparativo dos trabalhos selecionados por ano no eixo temático Saúde.

Eixo Temático - Trabalho

O eixo Trabalho também manteve o mesmo nome nos 3 Encontros.

A proporção de trabalhos selecionados nesse Eixo sofreu um aumento progressivo ao longo dos Encontros, sendo esse mais acentuado no Encontro de 2011 (Figura 14).

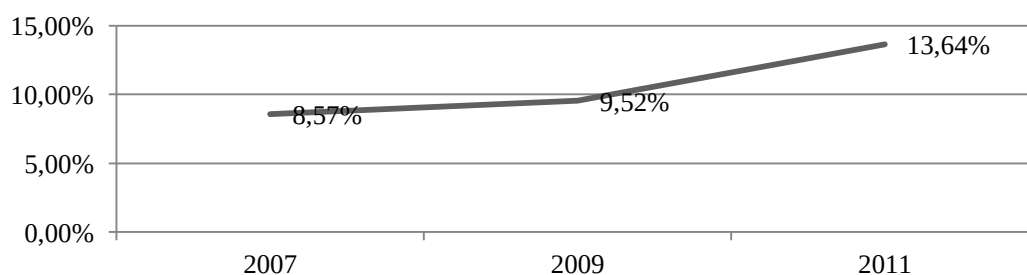


Figura 114 – Comparativo dos trabalhos selecionados por ano no eixo temático Trabalho.

Eixo Temático - Outros

O eixo Outros só foi contemplado nos encontros de 2007 e 2009.

A proporção de trabalhos selecionados nesse eixo sofreu uma leve queda no Encontro de 2009. No Encontro de 2011, ele não foi contemplado (Figura 15).

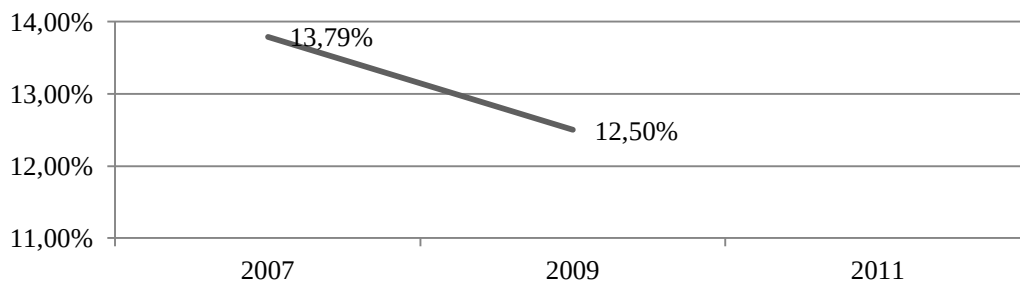


Figura 15 - Comparativo dos trabalhos selecionados por ano no eixo temático Outros.

Tipo de Trabalho

Apresentamos, a partir de agora, a distribuição dos 260 relatos que se referem à intervenção segundo um agrupamento de elementos mais gerais (Tipos) presentes nos próprios relatos (Figura 16).

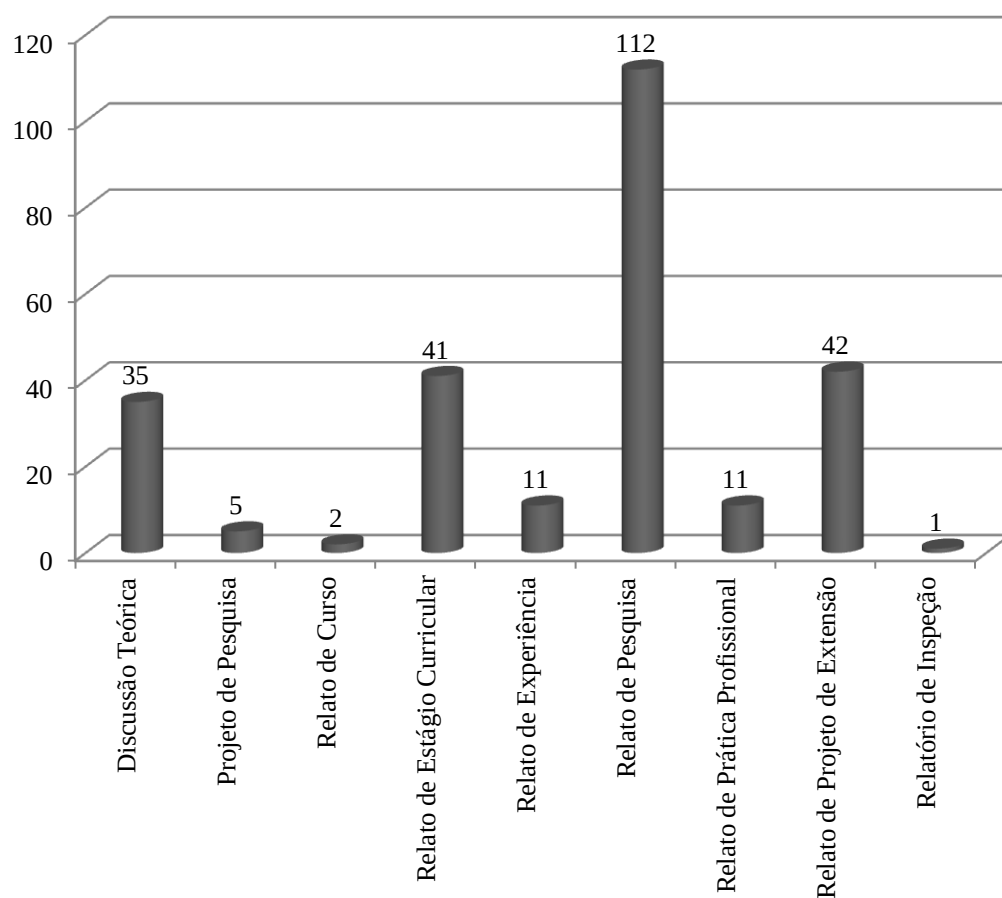


Figura 16 – Tipos de trabalhos analisados.

Explicitaremos, abaixo, as características de cada um dos tipos identificados:

- Discussão Teórica refere-se a textos que apresentam uma problematização em torno de um tema específico.
- Projeto de Pesquisa são textos que apresentam propostas de pesquisa a serem desenvolvidas.
- Relato de Curso diz respeito a cursos organizados para determinado público e que foram na ocasião dos Encontros apresentados como propostas a serem aplicadas em outros contextos.

- Relato de Estágio Curricular são relatos que englobam atividades realizadas durante estágios curriculares, estágios supervisionados e disciplinas de curso de graduação, sobretudo em psicologia.

- Relato de Experiência Profissional diz respeito àquelas ações desenvolvidas em contextos de atuação profissional.

- Relato de Experiência refere-se a atividades desenvolvidas em contextos não profissionais.

- Relato de Pesquisa refere-se a pesquisas realizadas em sua maioria no ambiente acadêmico (trabalhos de conclusão de curso, monografias, dissertações e teses).

- Relato de Projeto de Extensão refere-se a projetos de extensão vinculados a universidades e, muitas vezes, também associados à pesquisas.

- Relatório de Inspeção diz respeito a uma inspeção realizada em determinado contexto pelo Conselho Federal de Psicologia.

A partir desses grupos criamos 3 categorias a fim de melhor caracterizar o conjunto dos relatos. Essas categorias, considerando-se as características predominantes dos relatos, foram assim denominadas: Pesquisa (117 trabalhos), Prática (108 trabalhos) e Teoria (35 trabalhos). A Figura 17 apresenta a porcentagem de cada uma dessas categorias no universo total dos 260 trabalhos analisados.

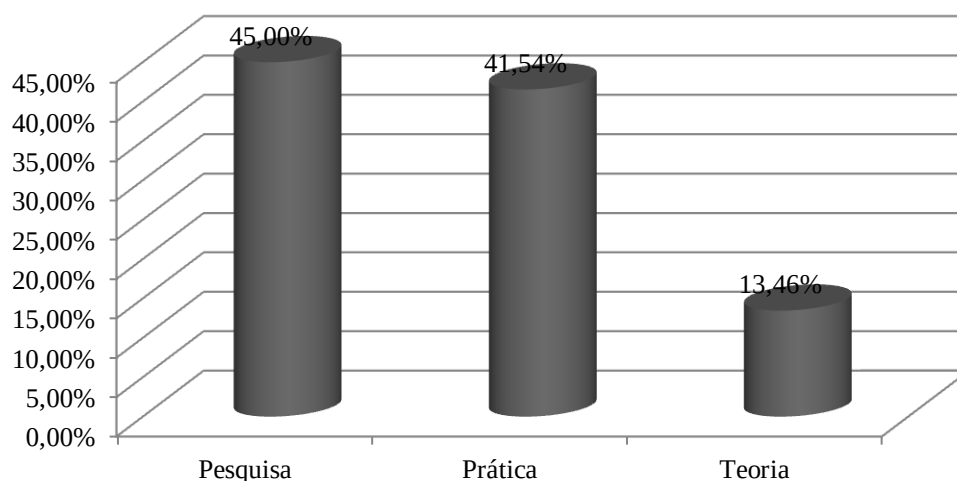


Figura 17 – Distribuição dos relatos segundo as categorias dos tipos de trabalho analisados.

Podemos observar que o número maior de trabalhos que abordam de alguma forma o termo intervenção estão associados à categoria Pesquisa, em seguida aparecem aqueles relativos à categoria Prática, com porcentagem um pouco inferior. Os trabalhos categorizados em Teoria aparecem com porcentagem bem abaixo.

A seguir, apresentamos o modo como se configurou cada uma dessas categorias, assim como uma análise comparativa da sua frequência a cada ano.

Pesquisa

Essa categoria diz respeito aos tipos de trabalho identificados como Projeto de Pesquisa e Relato de Pesquisa.

Como pode ser observado na Figura 18, há um aumento progressivo na porcentagem de trabalhos de pesquisa que contemplam o termo intervenção.

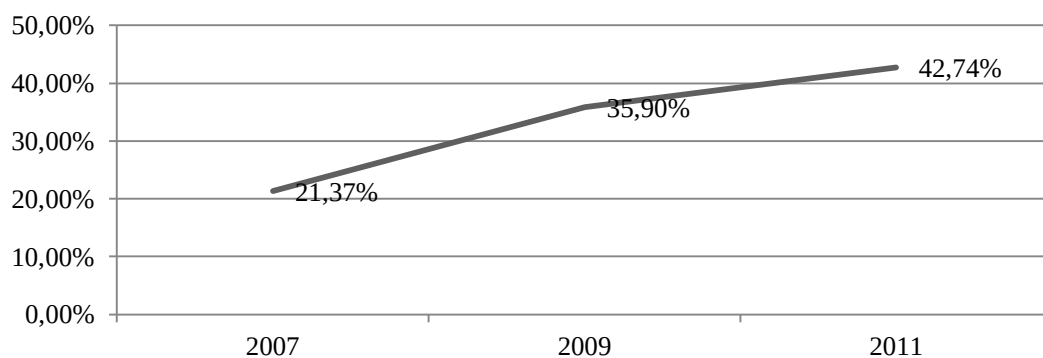


Figura 18 – Comparativo dos trabalhos selecionados por ano e categorizados como Pesquisa.

Prática

Essa categoria agrupa os trabalhos identificados como Relato de Curso, Relato de Estágio Curricular, Relato de Experiência, Relato de Prática Profissional, Relato de Projeto de Extensão e Relato de Inspeção. Também nos trabalhos práticos observamos um aumento progressivo na porcentagem daqueles que contemplam o termo intervenção (Figura 19).

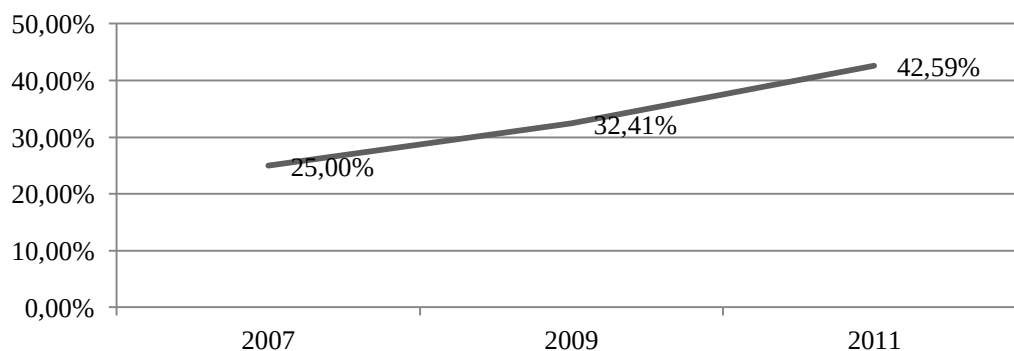


Figura 19 – Comparativo dos trabalhos selecionados por ano e categorizados como Prática.

Teoria

Essa categoria diz respeito aos trabalhos identificados como Discussão Teórica.

Notamos uma variação diversa daquela observada nas categorias Pesquisa e Prática. Há um aumento considerável no ano de 2009, em relação a 2007, e uma queda de mais de 10,00% em 2011, em relação a 2009 (Figura 20).

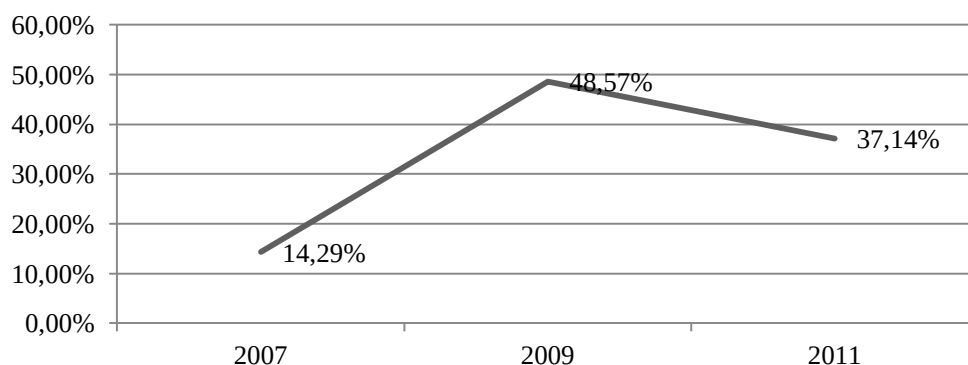


Figura 20 – Comparativo dos trabalhos selecionados por ano e categorizados como Teoria.

Objetivos

Os objetivos elencados pelos autores dos relatos analisados foram categorizados em 4 grandes blocos, a saber: Analisar (83 relatos), Apresentar (20), Conhecer (73) e Fazer (84). Vale ressaltar que se procurou, para essa categorização, o principal termo referente ao objetivo presente em cada texto. A seguir apresentamos os objetivos originais que compuseram essas categorias.

O bloco Analisar foi constituído pelos seguintes objetivos: Discutir (26); Analisar (24); Problematicar (11); Refletir (10); Avaliar (5); Aprofundar (2); Cartografar (2); Comparar (1); Repensar (1); Sistematizar (1).

O bloco Apresentar foi constituído pelos seguintes objetivos: Apresentar (7); Evidenciar (3); Relatar (3); Demonstrar (2); Expor (2); Descrever (1); Discorrer (1); Explicar (1).

O bloco Conhecer foi constituído pelos seguintes objetivos: Investigar (17); Compreender (16); Conhecer (10); Identificar (8); Mapear (4); Abordar (3); Estudar (2);

Verificar (2); Acessar (1); Apreender (1); Averiguar (1); Configurar (1); Delinear (1); Entender (1); Escutar (1); Interrogar (1); Observar (1); Pesquisar (1); Reunir (1).

O bloco Fazer foi constituído pelos seguintes objetivos: Promover (12); Construir (8); Contribuir (8); Acompanhar (4); Desenvolver (4); Oferecer (4); Trabalhar (4); Possibilitar (3); Realizar (3); Ampliar (2); Criar (2); Estimular (2); Fomentar (2); Fortalecer (2); Propiciar (2); Proporcionar (2); Traçar (2); Assistir (1); Atuar (1); Auxiliar (1); Buscar (1); Combater (1); Desnaturalizar (1); Disponibilizar (1); Empoderar (1); Facilitar (1); Intervir (1); Melhorar (1); Mobilizar (1); Ofertar (1); Orientar (1); Potencializar (1); Propor (1); Resgatar (1); Transcriar (1).

Conforme é possível verificar na análise comparativa abaixo, Fazer aparece de forma mais expressiva nos objetivos dos trabalhos analisados, sendo seguido por Analisar, Conhecer e, por fim, Apresentar (Figura 21).

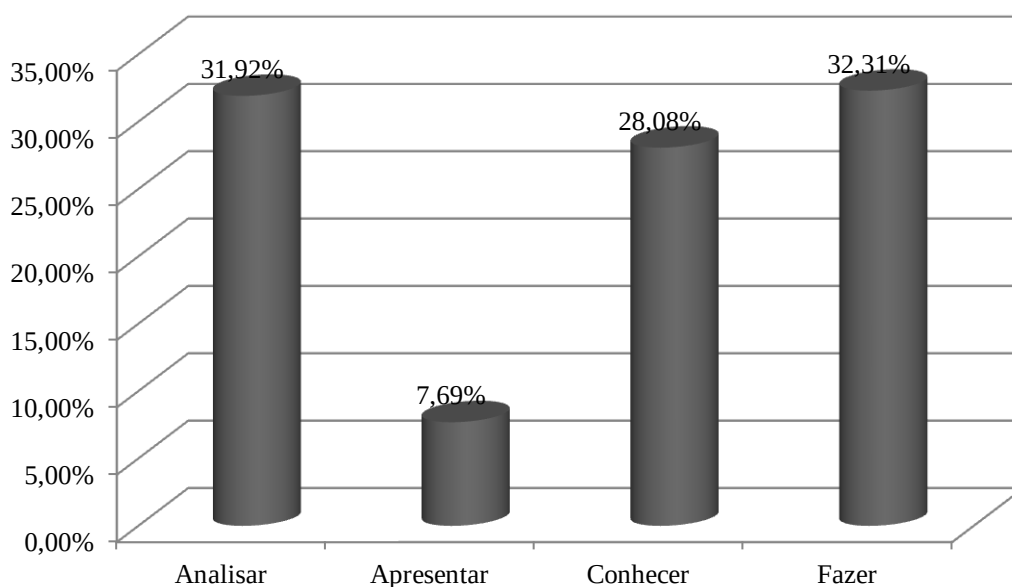


Figura 21 – Comparativo dos objetivos presentes na amostra total.

Alvo Principal das Intervenções Relatadas

Seguiremos com a descrição dos resultados identificando agora o alvo principal apontado nos relatos analisados. Preferiu-se aqui considerar o termo alvo principal porque nem sempre o alvo do trabalho é um público ou um objeto. Assim, identificando alvo, contemplamos tanto pessoas, como instituições e temas, dentre outros. A distribuição geral do universo pesquisado, segundo o alvo principal das intervenções relatadas, pode ser verificada na Figura 22.

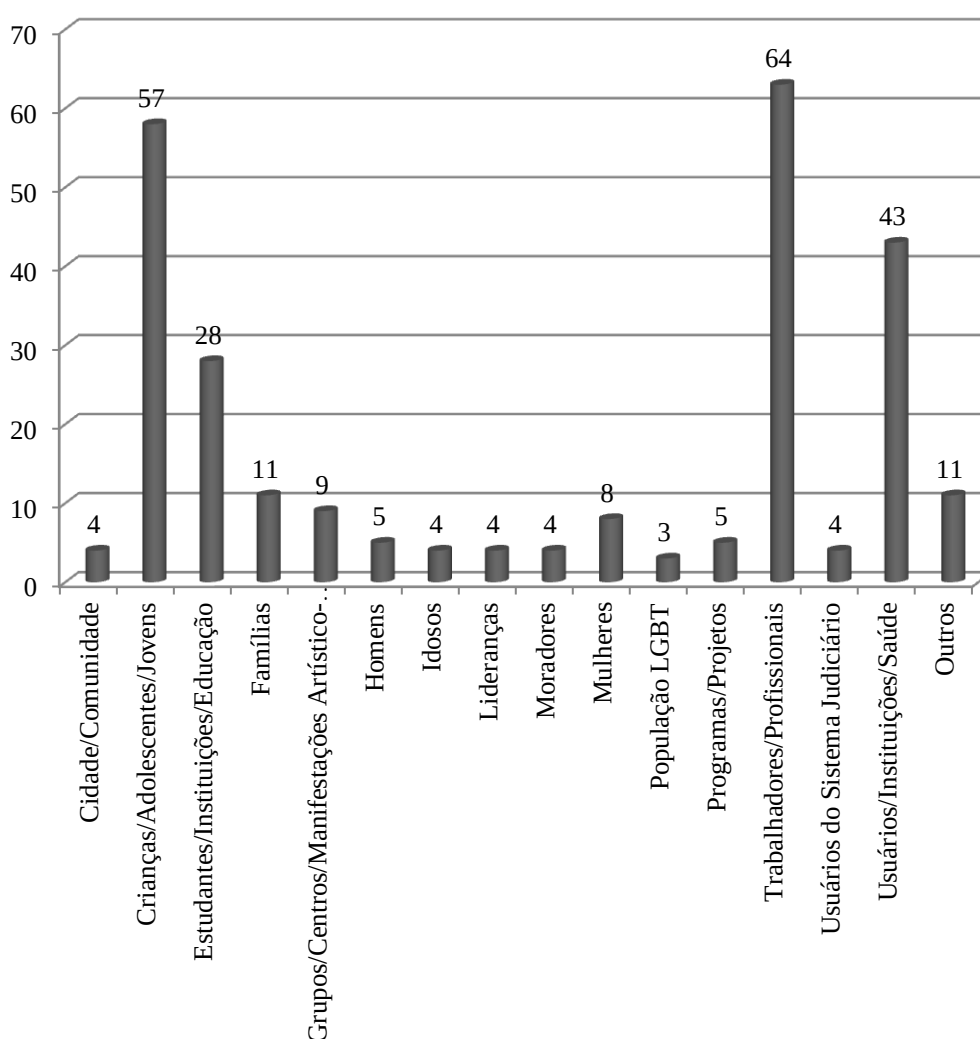


Figura 22 – Alvos Principais de intervenção nos trabalhos analisados.

Apresentamos a seguir os alvos originais constituintes de cada uma das categorias.

Cidade/Comunidade: Cidade (2); Periferias (1); Pessoas (1).

Crianças/ Adolescentes/ Jovens: Crianças (18); Crianças/ Adolescentes (18); Adolescente (12); Jovens (8); Crianças/ Adolescentes/ Cuidadores (1).

Estudantes/ Instituições/ Educação: Estudantes (18); Estudantes/Professores (2); Profissionais/ Estudantes (2); Centros Universitários (1); Cursos de Graduação em Psicologia (1); Pesquisa (1); Pesquisador (1); Profissionais/ Usuários (1); Usuários/ Familiares/ Funcionários/ Professores/ Alunos (1).

Famílias: Famílias (4); Casais (1); Crianças/ Adolescentes/ Familiares (1); Cuidador familiar de paciente com câncer (1); Cuidadoras de crianças vítimas de violência sexual (1); Cuidadores (1); Pais (1); Profissionais e usuários (1).

Grupos/ Centros/ Manifestações Artístico-Culturais: Bandas (1); Corporações Musicais (1); Frida Kahlo (1); Grupo de Apoio a Pessoas com Doenças Reumáticas (1); Grupos (1); Legado artístico de Hélio Oiticica (1); Literatura (1); Movimento do Congado Terno de Sainha (1); Palhaços (1).

Lideranças: Lideranças Locais e Moradores (3); Lideranças (1).

População LGBT: Transexuais (2); População LGBT (1).

Programas/ Projetos: Organização Não Governamental (1); Programas Sociais (1); Projeto Guimarães Rosa (1); Projetos de Extensão (1); Terceiro Setor (1).

Trabalhadores/ Profissionais: Profissionais (17); Psicólogos (15); Trabalhadores (7); Professores (5); Gestores (3); Educadoras (2); Agentes Comunitárias de Saúde (1); Agentes Penitenciários (1); Atletas com Deficiência Física Adquirida (1); Consultores (1); Diretores (1); Docentes (1); Esportistas (1); Garotos de Programa (1); Gerentes (1); Gestores, Agentes Públicos e Militantes (1); Gestores e Colaboradores (1); Grupos de Trabalhadores da Saúde (1); Militares (1); Pescadores/ Marisqueiras (1); Trabalhadores e sindicalistas da rede pública de ensino (1).

Usuários do Sistema Judiciário: Egresso do Sistema Prisional (2); Apenados (1); Detentos (1).

Usuários/ Instituições/ Saúde: Usuários (17); Profissionais e Usuários (4); Núcleos de Apoio à Saúde da Família (2); Portadores de Diabetes (2); Profissionais, Usuários e Familiares (2); Psicóticos (2); Apoio Matricial (1); Câncer (1); Depressão (1); Grupo de Gestantes (1); Grupo de Hipertensos (1); Loucura (1); Pacientes, Estudantes e Coordenadores de Estágio (1); Pessoa Acometida por Transtorno Mental (1); Reabilitação Psicossocial (1); Saúde Mental (1); Saúde Pública (1); Transplantados Cardíacos (1); Usuários de Álcool e Outras Drogas (1); Usuários de Crack (1).

Outros: Psicologia Social (2); Avaliação (1); Conselhos (1); IBRAPSI (1); Índios (1); Logoterapia (1) Psicologia (1); Qualidade de Vida (1); Sujeito (1); Usuário da Assistência Social (1).

Observa-se que a maioria das categorias apresentadas foi sistematizada a fim de englobar e facilitar a visualização do alvo principal presente nos trabalhos analisados. Deve-se ainda acrescentar que as categorias Homens, Idosos, Moradores e Mulheres não são resultantes de agrupamentos de outros alvos originais, de modo que, por isso, não foram listadas novamente.

Espaços/ locais

Veremos agora em quais espaços/ locais foram desenvolvidas as ações de intervenção relatadas. A fim de melhor apresentar os espaços/ locais onde efetivamente aconteceram as pesquisas, os projetos, os estágios, dentre outros, essas categorias serão também apresentadas separadamente com a descrição de seus espaços/ locais constituintes. Observe-se que as categorias Brasil e Casa Abrigo não são resultantes de agrupamentos, de modo que não serão listadas abaixo.

Associação: Associação Brasileira de Psicologia Social - ABPRAPSO 2007 (2); Associação dos Portadores de Diabetes (2); Associação Esportiva (1).

Centros Artístico-Culturais: Centro Cultural Primeiro de Maio (1); Literatura (1); Museu Frida Kahlo na cidade do México (1).

Clínica: Clínica Escola (1); Clínica (1); Clínica Terapêutica (1).

Comunidades/Vilas/Bairros/Municípios: Comunidade (12); Município (2); Rio de Janeiro (2); Aglomerado da Serra - Belo Horizonte (1); Belo Horizonte (1); Morro da Mangueira (1); Recife (1); Região dos Campos das Vertentes (1); Regional Barreiro (1); Rua (1); São João del Rei e Região (1); São Sebastião de Campolide -MG (1); Uberlândia (1); Vila do município de São Leopoldo/RS (1).

Conselhos: Conselho de Assistência Social do Estado de Mato Grosso – CEAS/MT (1); Conselho Federal de Psicologia (1); Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (1); Conselho Tutelar (1).

Estados: Minas Gerais (2); Estado não especificado (1).

Instituições da Assistência Social: Centro de Referência da Assistência Social (3); Instituto de Atendimento Socioeducativo (1).

Instituições de Educação: Escola (36); Universidade (21); Centro Psicopedagógico Renato de Avelar Azeredo (1); Creche (1); Escola Aberta (1); Escola Popular Cooperativa (1); Serviço de Psicologia Aplicada - UERJ (1); Universidades do Rio Grande do Sul (1).

Instituições de Saúde: Centro de Atenção Psicossocial (23); Hospital (14); Unidade Básica de Saúde (12); Saúde Pública (8); Centro de Atenção Psicossocial/Universidade (1); Centro de Equoterapia (1); Centro de Intervenção Precoce (1); Centro de Internação (1); Clínica de Atendimento Psicológico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1); Comunidades Terapêuticas (1); Coordenação Estadual de Saúde Mental de Amapá (1); Coordenadoria Regional de Saúde (1); Emergência do Hospital Conceição (1); Hospital Raul

Soares (1); Hospital Universitário (1); Programa Saúde da Família (1); Rede de Saúde (1); Saúde (1); Serviço de Longa Permanência (1); Serviços de Saúde (1); Unidades de Acolhimento (1); Reforma Psiquiátrica (1).

Organizações: Organização Não Governamental (14); Empresas (1); Marinha (1); Organização de Tecnologia da Informação (1); Organizações Comunitárias (1); Supermercado (1).

Política Pública: Política Pública (4); Centro de Prevenção à Criminalidade (1); Coordenadoria Municipal de Direitos Humanos-CMDH (1); SUS/SUAS (1).

Programas/Projetos: Projeto Social (5); Centro Social (1); Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (1); Programa Família Acolhedora (1); Programa Fica Vivo! (1); Programas de Diversos Países (1).

Sistema Judiciário: Penitenciária (2); Central de Atendimento ao Egresso e Familiares-Campinas (1); Centro de Internação (1); Centro de Ressocialização do Agreste (1); Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (1); Juizado Especial Criminal (1); Sistema Prisional (1); Tribunal de Justiça e Universidade Federal Fluminense (1); Vara da Infância e da Juventude Campina Grande - PB (1).

Outros: Psicologia Social (2); Sem informação (2); Sociedade (2); Estádios de Futebol (1); História (1); Jogos Olímpicos (1); Práticas Sociais (1); Prefeitura (1); Programa Super Nanny (1); Teorias (1).

Como podemos observar na Figura 23, instituições de saúde e instituições de educação foram os espaços/ locais mais mencionados nos relatos.

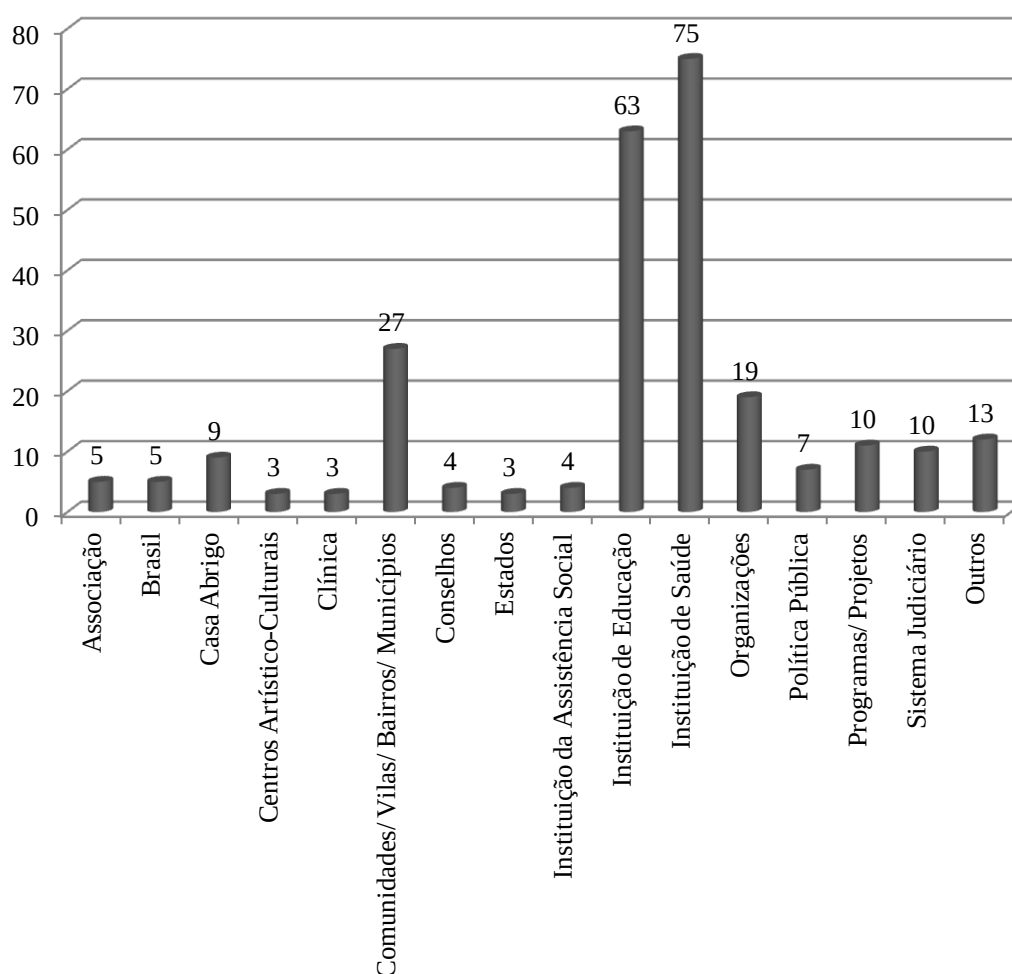


Figura 23 – Espaços/locais nos quais os trabalhos analisados foram realizados.

Aspectos Metodológicos

Dos 260 trabalhos analisados, 185 (71,15%) fazem referências explícitas aos procedimentos realizados, enquanto 75 (28,85%) não o fazem.

As referências foram categorizadas conforme figura abaixo (Figura 24). É importante observar que foram consideradas as referências citadas, de modo que, em alguns casos, quando o trabalho fazia menção a mais de um procedimento, todos foram considerados. Assim, o total dos procedimentos apresentados refere-se à quantidade total de menções a procedimentos (243 registros).

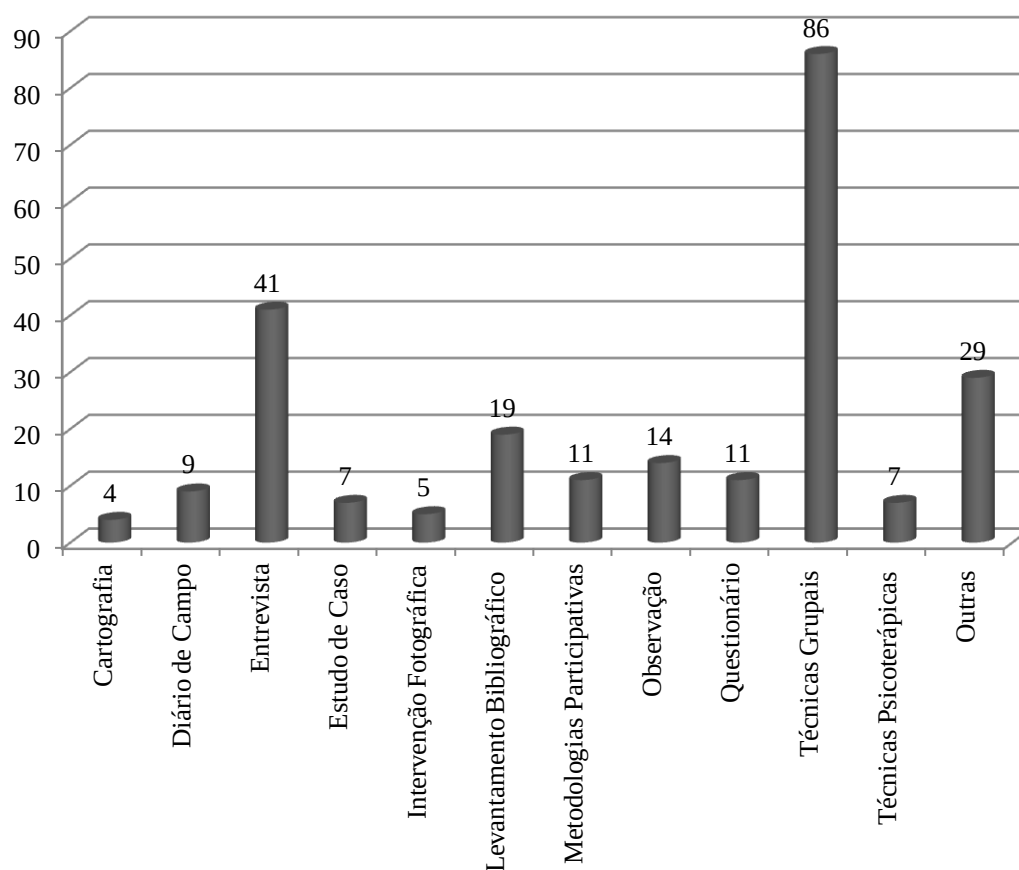


Figura 24 – Procedimentos metodológicos adotados nos trabalhos analisados.

Assim como nos itens anteriores, apresentamos a seguir os procedimentos metodológicos que compuseram cada uma das categorias apresentadas acima. As categorias Cartografia, Diário de Campo e Intervenção Fotográfica não serão apresentadas novamente, pois não são resultados de agrupamentos.

Entrevista: Entrevista Semi-estruturada (26); Entrevista (10); Entrevista Aberta (2); Entrevista Clínica (1); Entrevista Não Diretiva (1); Entrevista Narrativa (1).

Estudo de Caso: Estudo de Caso (2); História Oral (2); Estudo de Caso Comparativo (1); História de Vida (1); Narrativas (1).

Levantamento Bibliográfico: Documental (4); Bibliográfica (3); Leitura (3); Consulta a Acervo (2); Levantamento Bibliográfico (2); Teórico (2); Revisão Bibliográfica (1); Teórico-discursivo (1); Teórico-epistemológica (1).

Metodologias Participativas: Pesquisa-ação (4); Pesquisa-intervenção (4); Pesquisa-participante (3).

Observação: Observação Participante (8); Observação (4); Observação Assistemática (1); Observação Sistemática (1).

Questionário: Questionário (8); Questionário Aberto (1); Questionário de Associação Livre (1); Questionário Semi-estruturado (1).

Técnicas Grupais: Oficinas (18); Dinâmicas de Grupos (11); Grupo Operativo (7); Oficina de Dinâmicas de Grupos (5); Rodas de Conversa (4); Vivência Grupal (4); Discussão em Grupos (3); Grupo Focal (3); Grupos (3); Teatro do Oprimido (3); Acompanhamento de Grupos (2); Atividades Dramáticas (2); Grupo de Reflexão (2); Oficinas de Fotografia (2); Oficinas de Informática (2); Acolhimento (1); Exibição de Filmes (1); Grupo Terapêutico (1); Grupo-dispositivo (1); Jogos Coletivos (1); Oficina de Escrita (1); Oficina de Imagens (1); Oficina Sociopsicodramática (1); Oficinas de Música (1); Oficinas Psicopedagógicas (1); Oficinas Terapêuticas (1); Reflexões (1); Técnicas de Relaxamento (1); Técnicas de Sensibilização (1); Técnicas Teatrais (1).

Técnicas Psicoterápicas: Anamnese (1); Associação Livre (1); Atendimento Clínico (1); Atendimento Psicológico (1); Plantão Psicológico (1); Psicoterapia de Grupo (1); Terapia Familiar (1).

Outros: Etnográfico (2); Gravações em Vídeo (2); Registros em Fotografia (2); Visitas (2); Análise de Implicação (1); Análise Institucional (1); Atividades Educativas (1); Comunidade Ampliada de Pesquisa (1); Descritiva (1); Dialógica-vivencial (1); Equoterapia (1); Inserção comunitária (1); Inspeção (1); Intervenção Sócio terapêutica (1); Inventários (1); Jogo Othello (1); Mapa de Risco (1); Materialidades Mediadoras (1); Mediação (1); Netnográfico (1); Paidéia (1); Qualitativo (1); Relato de experiência (1); Situações Geradoras (1); Transcrições (1).

Um aspecto interessante a ser destacado é a quantidade de trabalhos que explicitam claramente os procedimentos adotados. Uma análise por tipo de trabalho, conforme é possível verificar na figura abaixo (Figura 25), nos permite observar que os trabalhos configurados como “Pesquisa” aparecem como os que mais fazem referências aos procedimentos adotados (80,49%), sendo seguidos pelos trabalhos anteriormente identificados como “Prática” (75,68%) e os trabalhos agrupados em “Teoria” (21,62%).

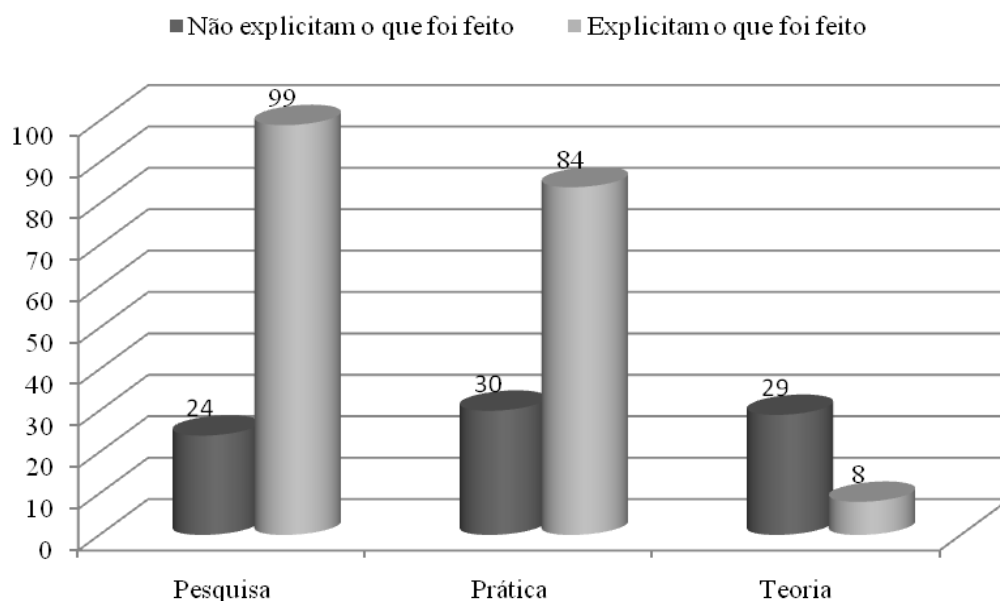


Figura 25 - Comparativo dos Tipos de Trabalho analisados e a clareza com que apresentam os procedimentos metodológicos adotados.

Termo Intervenção

Passamos agora à apresentação do modo como o termo intervenção aparece “conceituado” nos trabalhos analisados. Um dado importante a destacar é que dos 260 trabalhos analisados, apenas 6 (2,31%) apresentam o que poderíamos chamar de definição para o termo intervenção. Vale ressaltar que foi considerada definição para o termo intervenção:

1) "O conceito de promoção de saúde que trabalhamos é o proposto pela perspectiva da Saúde Coletiva, onde prima como intervenção a potencialização das expressões de saúde nos coletivos/sujeitos, e não a elaboração de ações interventivas de caráter negativo, onde são focadas as doenças, por exemplo" (T34⁷).

2) "Considerando a idéia de Sarriera (2000, p. 37-32) de que intervenção 'diz respeito à relação indivíduo e coletivo' tendo como 'objetivo principal possibilitar melhores condições humanas e de qualidade de vida', a intervenção é, aqui, compreendida psicossocialmente" (T98).

3) "É prioritário, que entendamos a intervenção comunitária como uma atividade que só se faz em conjunto com uma ação de pesquisa, pois o agente externo, o investigador ou pesquisador deve o tempo todo analisar a dinâmica de (não) participação da população foco, com intuito de trabalhar efetivamente com essa dinâmica" (T148).

4) "A psicologia social entende que o indivíduo e o meio andam lado a lado. Portanto, a função da intervenção psicossocial é 'possibilitar melhores condições humanas e de qualidade de vida' (SARRIERA apud NEIVA, 2010, pág.16)" (T187).

5) "Utilizando-se de uma intervenção psicossocial que 'diz respeito a quando estamos nos dirigindo à realidade do outro, interferindo nela e de alguma forma modificando-a' (SARRIERA et al., 2000, p. 20)" (T189).

6) "Gois (1994) traz a existência de três tipos de intervenção: Assistencialista; Tecnicista; e Comunitário-Libertadora. A Assistencialista tem o objetivo de atender a uma necessidade imediata da população. Assim, ela vai desenvolver com os moradores uma relação paternalista, mantendo-os alheios a todo o processo de planejamento e implantação da ação. A intervenção Tecnicista parte de uma prestação de um serviço específico de uma área de conhecimento científico. São projetos e programas que podem ser aplicados em qualquer

⁷ Todos os trabalhos completos, conforme já mencionado, foram numerados e serão a partir de agora identificados dessa maneira (T significando Trabalho e o número ao qual ele se refere na nossa organização). As referências completas encontram-se disponíveis no Anexo.

realidade, sem considerar o caráter dinâmico do território e um processo participativo mais profundo dos moradores. Assim, os profissionais colocam-se distantes da população, não permitindo a apropriação da tecnologia pela comunidade, que pode gerar dependência da mesma ou a recorrência do problema. Por fim, temos a intervenção Comunitário-Libertadora. Esta tem um caráter político, pois prevê e fomenta a participação dos moradores na ação. Assim, a atuação será planejada junto à comunidade. Observamos aqui, segundo Ximenes, que o foco não é o problema, mas a ‘prevenção deste e melhorias que podem a servir a promoção da qualidade de vida’ (2007, p.26). Esse tipo de intervenção é o que se mais aproxima dos princípios e diretrizes do SUS e da ESF" (T244).

Conforme podemos observar, essas “definições”, em quase todos os casos, relacionam-se mais a objetivos, fins, funções e metas de uma ação específica do que propriamente a uma conceituação que pudesse ser considerada como comum ao conjunto de trabalhos analisados. Diante disso, conforme já mencionamos anteriormente, apresentaremos agora a análise realizada a partir do método ALCESTE a fim de identificarmos, na ausência de definições formais, os possíveis significados do termo intervenção no nosso *corpus*.

A partir da análise ALCESTE, podemos afirmar que das 260 UCI (Citações dos textos contemplando o termo intervenção) originaram-se inicialmente 1336 UCE, com um número de ocorrências analisáveis (formas reduzidas acima do limiar estabelecido, no caso, frequência maior ou igual a 03) abarcando 79,20% do *corpus*. A intercessão das classes resultantes dos 02 procedimentos de classificação hierárquica descendente (com 20 e 23 formas reduzidas, com frequências maiores que 04, por UC) resultou em 04 classes estáveis de formas reduzidas (915 UCE classificadas; 68,49% das 1336 UCE totais). Na figura abaixo (Figura 26) podemos observar a porcentagem de UCE (total de 915) contidas em cada classe, as principais formas reduzidas associadas a cada uma das classes, com o Q^2 de associação, e os títulos dados por nós às classes.

Total de UCE Classificadas

915 UCE			
Classe 1 232 UCE - 25,00%	Classe 3 97 UCE - 11,00%	Classe 2 223 UCE - 24,00%	Classe 4 363 UCE - 40,00%
Q ² Formas	Q ² Formas	Q ² Formas	Q ² Formas
62.37 transformacao	76.12 territorio+	44.62 medica<	47.26 projeto+
40.47 comunidade+	39.86 sentido+	37.73 comportamento+	37.32 centro+
35.91 realidade+	39.15 morador+	37.17 paciente+	31.26 realizada+
35.45 socia+l	37.64 olhar+	33.02 medico+	26.32 trabalho+
26.24 context<	35.34 urbana+	31.75 familia+	21.59 psicologia
24.47 construir	33.49 movimento+	31.63 doenca+	20.53 estagio
23.50 conhecimento	30.15 decorr+	31.35 tratamento+	20.13 escola+
20.77 conscientizacao	29.23 pensar	28.58 ainda	19.98 institucion+
18.75 participativa+	28.07 outro+	28.58 clinico+	19.24 foi
18.53 critica+	25.22 ideolog<	26.79 saude	19.24 psicossoci+
18.51 objeto+	25.22 pretendemos	26.14 menta+l	18.49 ensino
17.78 superacao	25.38 atravessamentos	25.04 seculo	18.35 curso+
16.71 sujeito+	25.38 mart+	25.04 seria	17.59 analis+
16.59 ação	24.00 modo+	23.10 estado+	17.55 universidade+
16.56 busca+	24.00 ness+	23.10 terapeutica+	17.47 escolar+
15.95 propria+	23.29 escuta	22.66 considerado+	17.28 crianca+
15.72 pesquisador+	22.94 reform+er	22.66 risco+	17.07 realizado+
15.60 na	22.94 favela+	21.89 cirurgica	16.73 aluno+
15.17 isso	22.94 produz+	19.83 situacao	16.37 grupo+
14.80 america<	22.94 utilizada+	18.86 clinica+	15.63 junto+
14.80 define	22.69 lugar	18.74 dezenove	15.37 gestor+
14.80 fazem	20.32 fim	18.74 doente+	15.37 graduacao
14.80 qualificada+	20.26 diferente+	18.74 patologia+	15.37 texto+
14.47 relacoes	20.03 coloc+	15.60 algo	15.27 arte+
14.16 coletiva+	18.35 estrategia+	15.60 bom	15.27 professor+
13.77 perspectiva+	17.58 aumentar	15.60 dominio+	14.62 pedagog<
13.58 atuam	17.58 distancia	15.60 eram	14.25 pesquisa+
13.58 cont+er	17.58 planejar	15.60 estava	14.07 aprendizagem
13.20 dirigida+	17.58 possibilitando	15.60 geralmente	14.07 avaliação
13.09 campo	17.58 reflexivo+	15.60 medicina	13.82 visu+
12.38 producao	17.58 surge	15.60 resposta+	13.73 plano+
11.83 aguiar	17.58 valor+	14.40 diretamente	13.21 formação
11.83 caminho+	17.48 outr+er	14.40 sexo	13.18 visando
11.83 contribuindo	16.56 implica+	14.07 sob	12.59 estagiario+
11.83 dialetico	16.56 possam	14.08 quando	12.59 etapa+
11.83 freitas	16.56 psiquiatrica+	12.47 cancer+	12.27 municipa+l
11.83 micropolitica+	16.12 visto	12.47 autismo	12.27 permanente
11.53 individu<	13.91 cidad+	12.47 evolucao	12.27 diretor+
11.39 so	13.22 resposta	12.47 mantem	12.27 proporcionar
11.02 pratica+	12.94 criar	12.29 control+er	11.92 Instituição
Para quê intervir	Onde intervir	Como não intervir	Formar para intervir
Aspectos relativos à prática		Aspectos relativos à fundamentação	

Figura 26 – Porcentagem de UCE contida em cada classe, as principais formas reduzidas de palavras relacionadas a cada uma das classes, com o Q² de associação, e os títulos dados por nós às classes.

Chegamos a esse conjunto de classes e formas reduzidas a partir da leitura realizada pelo ALCESTE, conforme já explicitado. O programa produz uma lista de formas reduzidas características de cada classe e relaciona essas classes conforme o grau de proximidade existente entre essas formas (co-ocorrência). Quer dizer, quanto mais próxima uma classe estiver de uma outra classe mais elas falam de um modo articulado acerca de determinado objeto, no nosso caso, o termo intervenção. Por sua vez, quanto maior a distância entre essas classes, menor é a co-ocorrência das formas reduzidas características dessas duas classes. No nosso caso, podemos afirmar que há uma maior aproximação do vocabulário das classes 01 e 03 e das classes 02 e 04, não havendo, entretanto, co-ocorrência considerável do vocabulário desses dois subconjuntos.

É importante informar que os títulos acima utilizados para nomear as classes resultantes da análise realizada pelo ALCESTE foram identificados a partir do relatório gerado pelo programa, das formas reduzidas já mencionadas, assim como pela aproximação com o *corpus*, possível a partir da análise de conteúdo realizada, e, principalmente, a partir de uma lista gerada pelo programa com as UCE características de cada classe. Essas UCE vêm acompanhadas pelo Q^2 , cuja função é indicar associação, de modo que quanto maior o Q^2 , mais característica da classe é a UCE apresentada. Quer dizer, a partir dessa lista, conforme é possível identificar a seguir, conseguimos acessar as palavras associadas, em *itálico*, a cada uma das classes em seu contexto mais próximo, no caso o segmento de texto que serviu de referência para o programa.

UCes características da classe 01 – Para quê intervir:

Q^2 Unidade de Contexto Elementar

28 *sujeitos da própria vida e geradores de seus próprios recursos conhecimentos para superação das relações irrefletidas da vida cotidiana. Assim, de maneira radical, defende que o sujeito da ação interventiva é o grupo demanda, ficando os socioanalistas com a tarefa de lhes facilitar o novo.* (T148)

26 *da psicologia social (Lane). O materialismo dialético fornece o referencial para construção do conhecimento que atenda a realidade social ao cotidiano de cada indivíduo e o que permita uma intervenção efetiva na rede de relações sociais que define cada indivíduo objeto.* (T251)

23 *podemos entender o termo, baseado em uma visão individualista, que aumente a possibilidade de inclusão de indivíduos marginalizados, apoiada na Capacitação profissional individual que é entendida como transformação social.* (T148)

21 *ela apresenta-se como caminho de intervenção crítica, pois abre novos sentidos na relação dos jovens, da comunidade e do espaço social mais amplo no qual eles estão inseridos.* (T109)

21 *na pesquisa intervenção, a relação pesquisador objeto pesquisado é dinâmica e determinará os próprios caminhos da pesquisa, sendo uma produção do grupo envolvido. Pesquisa é, assim, ação, construção, transformação coletiva, análise das forças sóciohistóricas e políticas que atuam nas situações e nas próprias implicações, inclusive dos referenciais em análise (Rocha e Aguiar).* (T112)

15 sem a *participação ativa* desse grupo. *Em relação ao local da intervenção*, indicaram favela sinalizando *uma concepção limitada da atuação do psicólogo nas comunidades*. O termo *assistencialista paternalista caracteriza formas de intervenção que visam a implementação de melhorias nas condições de vida do grupo sem a participação ativa* desse grupo (Brochier, Bevilaqua, Soares). (T104)

13 *na superação das desigualdades sociais, como aponta Bock*. (T33)

12 aspectos *relevantes* ao desenvolvimento dos trabalhos de intervenção psicossocial *em comunidade, como identidade individual e coletiva, processos de consciência e de participação, contribuindo assim para uma transformação da realidade social*. (T172)

Conforme é possível verificar há uma referência explícita à realização, à construção de algo, apontando, assim, para a identificação dessa classe como o objetivo da intervenção, daí termos a nomeado Para quê intervir. Fica claro ainda o quanto está em foco a transformação social, já que a presença das palavras superação, atenda, permita, implementação, caracterizam essa classe e estão associadas da seguinte forma: superação da realidade, atenda a realidade social, permita efetividade, implementação de melhorias. Quer dizer, trata-se de um conjunto de palavras que por si dizem de uma objetividade relacionada à transformação e cujas associações confirmam essa condição.

UCes características da classe 03 – Onde intervir:

Q² Unidade de Contexto Elementar

51 para que *outras* formas de *expressão* possam ser *consideradas*, o esquizodrama Pavlovsky, *surge* como *estratégia possível* nesta pesquisa intervenção para que se inventem e se descubram *outros sentidos* junto a *esses moradores*. (T34)

41 *pensar* criticamente sobre *nosso* fazer militante não nos furta *reconhecer* *nossas possibilidades* de intervenção. Ou *dito* de *outra* forma, *reconhecer* que são *poucas* as *nossas possibilidades* de intervenção, não *implica* em abrir *mão* do *nosso* fazer militante. (T193)

39 a *fim* de *propor* *novas* relações e uma maior *troca* de saberes e experiências. Assim, *temos percebido* a transformação nos *nossos modos* de trabalhar, no momento em que propusemos *espaços* mais *coletivos* de *escuta* e de intervenção. (T49)

39 as conferências *nacionais* das *cidades*, etc. trazem *também* a *emergência* de um *olhar reflexivo*, de *diálogos* entre as *diferentes* instâncias, de abertura para *novas* formas de intervenção e *atuação* profissional, de quebra com os modelos de *planejar* mimetizados e importados de *outras cidades*. (T113)

38 o que *implica* na intervenção em um *lugar* situado histórica, social e geograficamente. Nesse *sentido*, apostamos na *importância* de um *olhar crítico* para as *questões* políticas, sociais e econômicas que estão em *jogo* nessa intervenção *urbana*. (T116)

36 *percebe* se que *esses* tipos de intervenção no *território* partem de *diferentes* concepções de sujeito, *morador* da comunidade. Tratamos *aqui* de *diferentes* concepções *político ideológicas* de modelos de atenção à saúde, distintos *olhares* sobre o *território*,

formas de intervenção sobre o *mesmo* e *concepções* de sujeito, *morador* desse *território*. (T244)

31 *nesse sentido*, faz se necessário *apontar* para um *conceito* de *território* que *amplie* a intervenção em saúde sobre o *mesmo*, criando *estratégias* de *atuação* mais condizentes a realidade de cada *território*. (T244)

30 É *possível perceber também tentativas* de uma intervenção *comunitário libertadora*, que se dá a partir de um *olhar* sobre um *território* vivo, onde se vê as *potencialidades* do *território* e os *moradores* *co responsáveis* pela sua produção de saúde individual e coletiva. (T244)

29 uma clínica desviante, não restrita a uma *disciplina* ou saber único, *mas* que *amplia* seus *modos* de cuidar, *possibilitando* a produção de *outros territórios existenciais* e *diferentes estratégias* e ferramentas de intervenção. (T132)

28 notemos que a intervenção não *necessariamente implica* em um *ato* ou uma palavra que fazemos ou dizemos. A *constituição* de um *espaço* de *escuta* para a dor pode *ter* o *valor* de uma intervenção. (T132)

A presença de palavras como espaços, nacionais, cidades, lugar, urbana e território nos permitiu identificar e nomear essa classe como Onde intervir, já que esses termos fazem referência a espaços onde acontecem a intervenção. Além disso, há um interesse manifesto em construir sobre esse território ampliado, que pode ser a comunidade, a cidade ou o país, um novo olhar. As referências constantes a novo e a olhar indicam uma aproximação com o

objetivo da intervenção (Para quê intervir), explicitando assim de que forma essas duas classes, 01 e 03, se associam. Ao se referirem aos objetivos e aos locais da intervenção, as classes 01 e 03 tratam, em seu conjunto, do que pode ser nomeado como aspectos relativos às práticas.

UCEs características da classe 02 – Como não intervir:

Q² Unidade de Contexto Elementar

33 o que *era considerado* como expressão singular da *natureza* do *humano*, torna-se expressão de *doença* e *algo* possível de *ser tratado* com a intervenção *médica*. (T145)

29 da intervenção e do interventor, *dos* quais representam *falas dos homens* e *falas das mulheres*. Os jovens enfatizam as *consequências* para quem se propõe a *intervir* numa *situação* de *violência doméstica contra a mulher* o interventor *pode* complicar mais as *coisas*, atrapalhar *não* sabe se vai *ajudar* ou piorar a *situação*, *ser* pivô da separação do *casal*. (T186)

27 sabiam indicar *pelo menos* um *comportamento* corresponsável na *prevenção* da precipitação de *transtornos* do *humor* e apontaram uma *resposta* resiliente *frente ao* sentimento de *tristeza*. (T221)

26 *diante dos conflitos* e angústias entre pessoas que foram *vítimas* de *doenças* ou lesões traumáticas e adquiriram a partir deste instante, algum *tipo* de deficiência *física*.
Todavia, o incentivo visualizando *demais* benefícios, a *saber*, *psicológicos* e sociais, além da

nova oportunidade profissionalizante *partiu* da intervenção de *terceiros*, *geralmente* amigos. (T214)

25 *comportamento de riscos e agora como situações de vulnerabilidade social no seu cotidiano de trabalho Ferreira. Logo, se identificados como profissionais do sexo nos serviços de saúde de atenção primária, geralmente são abordados preconceituosamente e inseridos em políticas públicas que generalizam comportamentos e consequentemente estratégias de intervenção.* (T124)

25 *a depressão é problematizada enquanto um transtorno de humor indicando que, na atualidade, a oscilação para euforia ou tristeza, medido em tempo e intensidade, precisa ser medicalizada, tomada como um problema de saúde e doença.* (T131)

25 *os preconceitos: tabu assunto delicado, moral, falta de respeito, não é certo deixarem se matar, crença nos conflitos conjugais devem ser resolvidos no âmbito privado através de conversas e somente o casal pode resolver o conflito.* (T186)

24 *a intervenção biomédica também é justificada em virtude da necessidade de controlar o agitação, a impulsividade e a inquietude dos pacientes. Segundo Foucault, o louco da modernidade passa então a receber o status de doente mental e fica sob a direção de um médico que está, nesta época, encarregado mais de um controle moral que de uma intervenção terapêutica.* (T135)

20 entender o *homem* como um sujeito autônomo, crítico, que possui *desejo*, e *não somente* como um *ser* passivo, *portador* de cogito, marcado *pelo* individualismo e *fragmentação*. (T139)

As palavras que compõem essa classe fazem referências explícitas ao saber médico, assim como à saúde e à doença. Termos como ser tratado, consequências, situação, prevenção, tratamento, vítimas, riscos, vulnerabilidade, portador, dentre outros, indicam uma aproximação dessa classe com um discurso médico, em certa medida psicologizante e curador. A presença do vocábulo “não” aponta para uma negação desses termos, assim como a presença de verbos no passado, como “era considerado”, indicando uma crítica a esse modo de pensar. Por isso, essa classe foi nomeada Como não intervir, ou seja, como não fazer, uma forma de se afastar desse saber médico, caracterizado por termos que vitimizam e fragmentam o sujeito.

UCes características da classe 04 – Formar para intervir:

Q² Unidade de Contexto Elementar

26 o *presente trabalho* apresenta um *projeto* de *formação intervenção* em apoio *matricial* realizado por meio dos *programas* de *pós-graduação* em *psicologia* social e *institucional* e em *educação*, *educação* em saúde da *Universidade Federal do Rio Grande*. (T163)

24 outras *duas pesquisas intervenção*, com a *gestão*, *diretores* e orientadores *pedagógicos*, utilizando *artes visuais*, *poesia*, *contos*, *música* e *filmes*. Para os *propósitos*

deste texto elegemos a *experiência de pesquisa intervenção desenvolvida com os gestores da escola*, por entender ser essa instância de *difícil acesso para os psicólogos escolares*, de um lado. (T162)

23 *tal intervenção vem sendo realizada por duplas de estagiárias de psicologia da Universidade Federal da Bahia em parceria com um centro de atenção psicossocial em Salvador, BA.* (T137)

22 *o objetivo do presente artigo é discutir os resultados alcançados pelo grupo de estagiárias do quarto ano de psicologia do Uni Facef durante a realização da intervenção proposta por estes no estágio de psicologia escolar em três classes de.* (T58)

22 *atuaram como terapeutas duas estagiárias e um estagiário de psicologia, que atuaram como voluntários nesse projeto, supervisionados pela professora Msc. Maria Eveline Cascardo Ramos, professora da ênfase em avaliação, planejamento e intervenção psicossocial do curso de psicologia da Universidade Católica de Brasília.* (T75)

22 *e workshop com diretores os cinco diretores e o gestor de recursos humanos, após discussão do relatório solicitaram autorizaram a realização de workshop com a mesma discussão junto aos gestores.* (T147)

20 *o presente trabalho é fruto de uma experiência de campo, proposta pela disciplina psicologia institucional e comunitária, que organizou objetivos de reunir informações que subsidiassem a elaboração de um futuro projeto de intervenção.* (T32)

20 a *avaliação dos alunos em consonância com este projeto pedagógico; a análise e a intervenção relacionadas às interações em sala de aula, visando melhor aproveitamento das oportunidades educativas.* (T58)

20 a *a partir dessas reflexões, buscou-se, no processo de observação participante que foi a atividade primordial realizada no primeiro semestre de, além de entrevistas e reuniões com técnicos e profissionais da instituição, a aprendizagem investigadora.* (128)

Conforme é possível observar, essa classe é composta por palavras relacionadas à formação acadêmica (formação, programas de pós-graduação, universidade federal), assim como aos processos de produção de conhecimento (pesquisas, supervisionados, estágios, texto, avaliação, atividade, dentre outros). Essa associação entre espaços de formação e processos de produção aponta a necessidade de formação adequada para intervir, daí a classe ter sido nomeada como Formar para intervir. Assim, essa classe se aproxima da classe 02 na medida em que falam do objeto intervenção de um modo diferente das classes 01 e 03, indicando aspectos relativos à sua fundamentação teórica, conforme nomeação dada a esse bloco, já que não só apontam no que não se fundamentar (saber médico) como o que é necessário para se fundamentar (qualificação).

Em seu conjunto, ao falarem sobre como não intervir e sobre a formação para a intervenção, as classes 02 e 04 apresentam os aspectos relativos à fundamentação das próprias ações de intervenção relatadas.

Considerando-se os resultados da análise lexical realizada pelo ALCESTE, poderíamos afirmar que o “conceito” de intervenção em uso nos relatos analisados é: a partir de uma formação acadêmica específica, transformar a realidade próxima (urbana) com ações não baseadas no paradigma médico (biológico).

No capítulo a seguir, procuraremos analisar o conjunto de resultados aqui apresentado.

7 DISCUSSÃO DOS DADOS

A partir dos dados acima apresentados e das referências inicialmente levantadas e expostas na introdução desta dissertação, podemos afirmar que embora exista um discurso o qual indique uma substituição do modelo de intervenção individual por um modelo de intervenção social (Gondim, Bastos e Peixoto, 2010), assim como uma busca de novas formulações teóricas, métodos de trabalho e modos de inserção profissional na psicologia social (Souza e Souza Filho, 2009), quando nos debruçamos sobre o estudo desses elementos encontramos um quadro diferente daquele que esse discurso parece anunciar.

Em relação à substituição do modelo de intervenção individual por um modelo de intervenção social, podemos afirmar que conquanto seja difundida uma mudança de perspectiva na área, decorrente do processo de reformulação interna, ocorrida a partir da década de 1950, e cujas repercussões concretizaram-se no desenvolvimento de uma nova psicologia social, voltada, dentre outros, à transformação social e à prática (Farr, 1998; Álvaro e Garrido, 2006; Ferreira, 2011; Camino e Torres, 2011), os dados nos revelam um fenômeno interessante: dos 1.422 trabalhos consultados, apenas 260 (18,28%) dizem respeito à intervenção, sendo que, ao longo do período analisado (2007, 2009 e 2011), a porcentagem de trabalhos selecionados também se manteve nessa média. Podemos afirmar, assim, que era de se esperar uma quantidade maior de trabalhos enfocando esse modelo de intervenção social.

Já em relação à busca de novas formulações teóricas, métodos de trabalho e modos de inserção profissional, podemos identificar a partir dos relatos analisados que há, sim, uma ampliação de objetos, aspectos metodológicos e espaços/locais, haja vista a diversidade desses elementos nos relatos. Essa ampliação, todavia, não se mostra tão significativa quando

consideramos, por exemplo, que apenas 35 dos 260 trabalhos analisados (13,46%) são dedicados a formulações teóricas as quais, de alguma forma, problematizam a intervenção em psicologia social. Podemos afirmar, com isso, que a reflexão sobre os aspectos teóricos e metodológicos relativos à intervenção ainda carece de maior investimento da área, conforme já identificado também por Mayorga, Nascimento, Pinto e Pinto (2011).

Afinal, se a intervenção tem sido apontada como um aspecto fundamental para uma nova perspectiva em psicologia social, por que essa importância não aparece em relatos e formulações teóricas e metodológicas desenvolvidas pela própria área? Podemos afirmar, a partir do contexto acima apresentado, que parece haver um discurso em torno da importância da intervenção para a psicologia social (Moreira, 2007) que não se concretiza nas produções relacionadas à área, assim como no cotidiano dos profissionais e ainda na formação em psicologia social.

Chegamos a essa conclusão a partir, inicialmente, de uma contradição presente nesse próprio discurso que, mesmo apontando o desenvolvimento de uma nova tendência, não oferece elementos que permitam visualizar de que forma se concretiza essa nova tendência no cenário profissional do psicólogo brasileiro (Gondim, Bastos e Peixoto, 2010). Chegamos a essa conclusão também a partir da constatação de que a formação em psicologia social não tem valorizado o desenvolvimento dessa nova tendência, na medida em que não tem oferecido condições para uma prática profissional, especialmente no que diz respeito a aspectos teóricos, metodológicos e práticos relacionadas à aplicação da psicologia social (Souza e Souza Filho, 2009).

Corroborando, os dados analisados neste estudo apontam a formação como objeto de preocupação para parte considerável da psicologia social brasileira, na medida em que explicitam a formação em psicologia social como um aspecto importante e necessário para o efetivo desenvolvimento de um caráter relativo à intervenção na área. Conforme foi possível

observar na classe 04 originada na Análise ALCESTE, a formação acadêmica é apontada como sendo a adequada para o desenvolvimento de uma perspectiva dedicada à intervenção. A constituição dessa classe das formas reduzidas: formação, pesquisa, estágio, ensino, universidade, instituição, dentre outros, indica o valor dado à produção de conhecimento de modo institucionalizado, formalizado e localizado para a intervenção.

Outro aspecto que corrobora o argumento que temos apresentado relaciona-se ainda aos limites da formação para a intervenção e diz respeito à dificuldade de superação do modelo clínico (médico) de atendimento individual apontado por Gondim, Bastos e Peixoto (2010). Esses limites na formação, cujas origens podem ser localizadas no desenvolvimento metodológico da psicologia social como uma ciência experimental e individualizante, conforme apontado por Álvaro e Garrido (2006), e cujas implicações manifestam-se diretamente na construção da identidade profissional do psicólogo brasileiro, também aparecem como objeto de preocupação em nosso estudo. Mais uma vez, a partir da Análise ALCESTE, especialmente da classe 02, podemos observar uma referência explícita ao saber médico como aquele a ser abandonado, não mais utilizado. A negação do modelo clínico, biológico, psicopatologizante e individualizante tem também sido considerada como fundamental para o desenvolvimento de uma perspectiva dedicada à intervenção.

A partir disso, podemos localizar uma coerência entre o que tem sido identificado por alguns estudos (Gondim, Bastos e Peixoto, 2010; Souza e Souza Filho, 2009) como problemático para o desenvolvimento de uma perspectiva voltada à intervenção e entre o conjunto de dados analisados neste estudo. A demanda presente nos relatos de que a formação norteie a construção de conhecimentos a serem colocados em prática nos processos de intervenção, assim como a demanda pela construção de um novo olhar, diferente do olhar médico, constituíram os aspectos relativos à fundamentação para o desenvolvimento de uma perspectiva prática, conforme o segundo bloco originado na Análise ALCESTE. Somente

uma formação adequada de competências capacitará o psicólogo social a olhar de forma diferente para a realidade, promovendo assim o desenvolvimento de uma prática coerente com os pressupostos de uma psicologia social ética e comprometida com a transformação social (Moreira, 2007).

Dito isso, podemos afirmar que parte considerável da produção relacionada à psicologia social brasileira na atualidade, assim como parte considerável dos psicólogos sociais brasileiros, continuam vinculadas à academia, à universidade, já que identificam a origem de seus estudos na academia, assim como apontam a academia como o espaço adequado para tais elaborações. Este aspecto possivelmente justifica a expressiva quantidade de trabalhos analisados e categorizados como sendo de pesquisa, a despeito de tratar-se de relatos referentes à prática. Considerando o ambiente acadêmico como o legitimamente propício para o desenvolvimento de pesquisas (Mayorga, 2012), é compreensível que a pesquisa sobressaia-se, tomando ainda como base a origem em instituições de ensino superior desses relatos e desses psicólogos, conforme mencionado.

Vale destacar que o crescimento da psicologia social esteve, desde sua origem, vinculado à academia. O interesse em transformar a psicologia social em uma ciência foi o que possibilitou o seu desenvolvimento internacional (Farr, 1998), assim como o crescimento do número de cursos e estudantes de graduação em psicologia foi o que permitiu o aumento de produções abordando temas de psicologia social no contexto brasileiro (Bomfim, 2003). Quer dizer, foi justamente no ambiente acadêmico que essa disciplina se desenvolveu e adquiriu um caráter científico.

Vale destacar ainda que a origem da ABRAPSO, também com um caráter científico, esteve vinculada à busca pela construção de conhecimentos formais no universo acadêmico para a transformação da realidade social (Bomfim, 2003; Lane e Bock, 2003). Diante disso, as produções analisadas nesse estudo indicam uma continuidade e manutenção dessa tendência,

já que estão em sua grande maioria vinculadas a instituições de ensino superior e destacam a formação acadêmica como aspecto relevante a ser problematizado e melhorado na área.

As produções analisadas indicam também outra tendência mantida nos relatos, as quais dizem respeito à busca pela construção de conhecimentos para a transformação social. A procura por uma aproximação entre a prática de pesquisa e a intervenção em psicologia social com os diversos setores da sociedade, conforme identificado por Moreira (2007), pode ser verificada na classe 01 originada na Análise ALCESTE e nomeada por nós de Para quê intervir. A presença de formas reduzidas como transformação, realidade, construir, conscientização, participativa, ação, busca, dentre outras, indicam um interesse expresso em continuar com o propósito “original” de transformar as problemáticas enfrentadas pela sociedade brasileira, de forma crítica e participativa (Lane e Bock, 2003; Tatsch, Guareschi e Baumgarten, 2009).

As problemáticas identificadas na origem do desenvolvimento dessa perspectiva encontravam-se localizadas especialmente nas comunidades, favelas, periferias (Lane e Bock, 2003), enfim, no contexto urbano. Tal tendência também é observada nos relatos analisados, cuja presença de formas reduzidas como território, urbana, favela, cidade, dentre outras, na classe 03 originada na Análise ALCESTE, permite-nos afirmar que a realidade que se pretende transformar hoje é a realidade próxima, dos territórios próximos, das cidades nas quais se vive. Há, assim, uma coerência também no que diz respeito ao objetivo de transformar aliado ao espaço que se pretende transformar, a realidade próxima, que constituíram em nossa análise os aspectos relativos à prática conforme o primeiro bloco originado na Análise ALCESTE.

Vale destacar que essa realidade é carregada de sentido, é marcada por ideologias que representam atravessamentos no modo de olhar, escutar e atuar. O contexto urbano, especialmente o contexto da favela, é tomado como o lugar no qual se deve intervir em função

das suas especificidades e necessidades. Embora Neiva (2010) aponte que uma perspectiva voltada à intervenção psicossocial não deve se restringir às populações desfavorecidas, normalmente identificadas às margens da sociedade em territórios como as favelas, a realidade brasileira com toda a sua problemática social demanda um direcionamento que atenda a esse contexto.

Esse aspecto foi considerado nos trabalhos analisados. A favela é tomada como um lugar marcado por diversas problemáticas sociais, mas também como um lugar que produz coisas diferentes o tempo todo e que por isso necessita de diferentes olhares, de se criar tanto estratégias que aumentem o planejamento reflexivo, quanto valores implicados com esse espaço e com a cidade como um todo. Que permita ainda criar novas formas de olhar para os diferentes territórios que a compõem. A referência a olhar é muito significativa no *corpus*, especialmente olhar de um modo novo, lançar sobre a realidade um novo olhar, ou seja, para transformar é preciso olhar de modo diferente.

Este olhar diferente aparece no *corpus* especialmente como uma estratégia de negação do olhar médico, biológico, e corrobora os aspectos já mencionados acerca do que deve fundamentar uma intervenção. Há, assim, uma coerência com os ideais que pautaram a construção e desenvolvimento de uma perspectiva voltada à intervenção, de negação de um saber hegemônico e restrito, que não considerava o sujeito em questão, assim como com um interesse por um novo olhar e uma busca para que ele seja construído no cotidiano das intervenções e seja totalmente desvinculado do olhar e saber médicos.

Compreendemos, desse modo, que apesar de algumas continuidades, assim como de descontinuidades e dos relatos não apresentarem individualmente respostas e um conceito ou sistematização em torno do termo intervenção, a análise do seu conjunto nos permite identificar intervenção em psicologia social como um processo que parte de uma formação acadêmica específica, em psicologia social, para transformar a realidade social próxima

(urbana) com ações não baseadas no paradigma médico (biológico), mas pautadas em um novo olhar sobre a realidade que se pretende transformar.

Compreendemos ainda, a partir de uma apreciação geral do conjunto de relatos analisados, que, apesar de algumas já apontadas contradições entre o que é difundido e o que é identificado na prática nessas pesquisas, os Encontros Nacionais da ABRAPSO têm se configurado como espaços de diálogos acerca da diversidade da realidade brasileira. A expressiva variedade de problemáticas colocadas em discussão e a diversidade de contextos e alvos abordados indicam uma preocupação da área com as novas questões vivenciadas pela sociedade brasileira.

Vale destacar, todavia, a manutenção de trabalhos que abordam, em especial, duas temáticas historicamente identificadas como problemáticas pela sociedade brasileira, a saber: Saúde e Educação (Lane e Bock, 2003). Quando analisamos os espaços/loais escolhidos para as intervenções, temos uma coerência de interesses, haja vista as Instituições de Educação e as Instituições de Saúde também sobressaírem-se (um total de 138 relatos, sendo 75 relativos às Instituições de Saúde e 63 às Instituições de Educação) em relação aos outros espaços/loais (122 relatos divididos entre 14 diferentes espaços/loais, representando uma média de quase 9 para cada tipo).

O relevante número de trabalhos de intervenção concentrados nesses dois eixos (Saúde e Educação) é acompanhado por um relevante número de trabalhos concentrados tanto nos espaços/loais quanto nos alvos principais a eles referentes. Este aspecto observado durante todo o período analisado indica não só o quanto essas duas temáticas ainda demandam ações diversas dos mais diferentes setores da sociedade brasileira, que, inclusive, extrapolam o papel a ser desempenhado pelo poder público, mas também o quanto a psicologia social brasileira abrapsoiana está atenta e voltada para as demandas sociais presentes desde seu contexto de origem.

Diante do fato de que o Brasil enfrenta ainda hoje carências das mais diversas no âmbito da saúde e da educação, podemos compreender essa quantidade expressiva de trabalhos voltados à intervenção nessas duas temáticas como resultado dessas deficiências. Ressalta-se que a demanda de soluções e o aumento de profissionais com formação em psicologia têm possibilitado a ocupação dos espaços de atuação, tanto nos equipamentos públicos quanto nos não governamentais. Os psicólogos sociais têm cada vez mais ocupado esses espaços e têm, por sua vez, cada vez mais colocado em pauta as problemáticas vivenciadas por eles ali, explicitando, inclusive, a carência de referências que permitam enfrentar e atuar sobre as problemáticas vivenciadas no cotidiano de trabalho. Podemos afirmar, assim, com base na pesquisa realizada, que um contingente significativo de psicólogos sociais tem colocado em discussão os problemas e limites com os quais têm se deparado no trabalho social.

Tal aspecto está presente nos relatos e pode ser visualizado quando analisamos os alvos principais das intervenções, da mesma forma como os já mencionados espaços/locais. No que diz respeito aos primeiros, temos uma grande quantidade de trabalhos voltados para trabalhadores/ profissionais da saúde, seguida de trabalhos voltados para usuários/ instituições/ saúde e uma quantidade também expressiva de trabalhos voltados para crianças/ adolescentes/ jovens, seguida por trabalhos voltados para estudantes/instituições/educação. A observância dos espaços/locais complementa essa análise haja vista a maioria dos trabalhos terem ocorrido em instituições de saúde e em instituições de educação. Temos, assim, uma coerência entre os equipamentos nos quais se encontram os profissionais e as temáticas que concentram maior número de trabalhos de intervenção, de alvos principais e espaços/locais relacionados.

Por outro lado, podemos afirmar também que, embora outras temáticas tenham sido ano a ano colocadas em pauta como as relativas à política, movimentos sociais e práticas

sociais, nenhum outro tema parece ter se consolidado ou ganhado expressivo investimento da área, haja vista essas outras temáticas terem sofrido em alguns Encontros uma descontinuidade e em outros uma alocação em outro eixo. Tal fato também corrobora nossa observação de que, apesar do anúncio de novas formulações, estas ainda mostram-se incipientes em relação a outras já consolidadas.

Vale ressaltar, contudo, que foi possível identificar um diálogo entre alguns eixos e os trabalhos que os compõem, indicando que as temáticas “se comunicam”, ou seja, que as discussões não necessariamente são restritas a um tema, sendo possível, em vários casos, “alocar” dado trabalho em um eixo diferente ao que pertencera originalmente. Isso inclusive justifica a transformação pela qual passaram alguns eixos a fim de agrupar outras temáticas. Indica também a complexidade que marca as problemáticas levantadas, o que, em muitas situações, dificulta a delimitação de um eixo específico, já que um trabalho pode, por exemplo, estar circunscrito à área da saúde, mas ser voltado à formação de profissionais (educação).

Outro aspecto que também sofreu pouca variação ao longo do período analisado diz respeito à predominância de trabalhos de pesquisa assim como de trabalhos práticos relacionados à intervenção, sendo os primeiros mais frequentes e os segundos, notadamente mais diversificados. Parece haver, assim, um interesse relacionado à intervenção tanto em trabalhos de pesquisa quanto em trabalhos práticos. Nesse sentido, não é possível pensar esse conjunto de dados sem chegarmos a um desdobramento lógico em torno da intervenção acompanhada da pesquisa, ou seja, numa atuação pautada na formação adequada aos moldes acadêmicos.

Se antes se falava que não havia pesquisa sem intervenção e se questionava por que as pesquisas não eram direcionadas para a transformação social, a partir dos relatos analisados é possível afirmar que, para os autores, não há intervenção sem pesquisa, ou ao menos não

deveria haver. Em suma, não é possível fazer sem antes conhecer. Não se trata, todavia, de pesquisar para intervir, mas de fazer com que esses processos aconteçam juntos, de tal forma articulados que um seja potencializador do outro. Nesse contexto, intervenção não se reduz a um procedimento técnico. Ao contrário, ela passa a ser tomada como um processo que demanda formação acadêmica específica, objetivo específico e bases teóricas e metodológicas específicas.

Contudo, essa atual tendência parece contrariar o que foi identificado por nós em alguns autores como Bomfim (2003) e Lane e Bock (2003), cuja indicação era de uma grande aproximação entre um caráter relativo à intervenção a uma perspectiva prática da psicologia social. Entretanto, na análise dos trabalhos selecionados, tal aproximação não é a que se sobressai. Isso merece destaque porque, a despeito de um discurso que aproxima a prática, a intervenção à transformação social, quando se pensa acerca do processo de pesquisa, torna-se difícil visualizar de que forma tal objetivo pode se concretizar.

Considerando, conforme Neiva (2010), que para intervir é necessário um planejamento que esteja em concordância com as necessidades demandadas por determinado grupo, questionamos como conciliar tal prescrição com trabalhos de pesquisa, cujas especificidades mostram-se diferentes daquelas referentes aos trabalhos práticos.

Observando ainda os aspectos que permeiam o processo de pesquisa, especialmente no que diz respeito ao funcionamento, ao tempo, aos recursos vinculados e ao contexto acadêmico, questionamos como relacionar tais elementos relativos ao funcionamento institucional à realidade na qual se pretende intervir. Além disso, se a intervenção como parte de um processo de pesquisa surge como uma iniciativa da academia (pesquisador), ela já não estaria se configurando em algo diverso daquilo que se esperaria de uma demanda de um grupo ou comunidade, por exemplo? Pesquisar e intervir não seriam processos diferentes, com especificidades inconciliáveis?

Autores como Freitas (1998) afirmam que sim, que são processos diferentes e que parece haver uma confusão entre trabalhos dedicados ao estudo e trabalhos dedicados à intervenção, de modo que ambos têm sido tomados como se fossem a mesma coisa. A autora alerta para as especificidades dos trabalhos de intervenção e para a necessidade de se ter clareza quanto aos objetivos que cada tipo de trabalho se propõe a atender. Contudo, nos trabalhos de pesquisa analisados, parece haver um interesse maior em destacar a intervenção como parte do processo de pesquisa, corroborando um interesse já observado em outros autores como Maraschin (2004), Guareschi e Dhein (2009) e Sudbrack (2009).

Este interesse, na verdade, foi apontado pelos referidos autores como um ingrediente necessário à construção de uma ciência comprometida e transformadora. Assim, identificamos, mais uma vez, uma aproximação entre a realidade dos trabalhos analisados e aquilo que esteve na origem do desenvolvimento de uma perspectiva dedicada à intervenção: a necessidade de não separar o conhecimento da ação, mas, ao contrário, afirmar que todo conhecimento tende à ação, à transformação. Este aspecto delimita o caráter prático que marca o processo de pesquisa no campo da psicologia social abrapiana, apesar de algumas contradições.

Por outro lado, é interessante destacar, conforme já explicitado, a pouca expressividade de trabalhos teóricos abordando intervenção, sugerindo que há pouco interesse em problematizar, discutir, teorizar, nesses trabalhos, acerca da intervenção em psicologia social, reforçando nossa percepção inicial de que há pouca sistematização acerca da intervenção na área. Podemos afirmar, a partir disso, que há sim uma carência de material que se dedique a sistematizar teoricamente aspectos relativos à intervenção, sendo os trabalhos disponíveis para consulta muito mais dedicados ao relato de pesquisas, ou de projetos voltados à intervenção, do que a fundamentar teoricamente o que foi considerado intervenção naquele trabalho. Daí a dificuldade em conceituar o termo. Os trabalhos analisados seguem

essa tendência, na medida em que dedicam o espaço disponível a relatar de forma explícita o que foi feito, mas não a relatar o que fundamentou o que foi feito.

Considerando a predominância de trabalhos de pesquisa e de trabalhos práticos, identificamos uma grande coerência entre objetivo e tipo de trabalho, haja vista a também predominância do objetivo “conhecer” nos trabalhos de pesquisa, assim como do objetivo “fazer” nos trabalhos práticos. Podemos afirmar que essa tendência está relacionada às funções tradicionais que ligam “conhecer” à pesquisa e “fazer” à prática, e que elas aparecem na literatura consultada sobre o assunto. Ela contraria, contudo, um interesse inicial, já elucidado, em associar essas duas perspectivas e em torná-las parte de um mesmo processo, já que a relação entre conhecer e fazer sempre esteve no foco das discussões que buscavam caracterizar e delimitar a psicologia social brasileira como uma ciência como *práxis* (Maraschin, 2004; Guareschi e Dhein 2009; e Sudbrack, 2009).

Por outro lado, se tomarmos como referência os objetivos, poderemos identificar uma predominância de trabalhos com o objetivo “fazer”, contrariando a predominância de trabalhos de pesquisa. Tal aspecto aponta o destaque dado ao “fazer”, independentemente do tipo de trabalho em questão, mesmo nos casos em que o trabalho tem como característica forte a análise ou o conhecimento de algo. Temos, assim, no que diz respeito à intervenção, um objetivo primordial: fazer algo. Este objetivo está na origem do que estamos aqui chamando de uma perspectiva voltada à intervenção em psicologia social, e parece sustentá-la na atualidade da psicologia social abrapiana, de modo que o compromisso é ainda com a atuação, com a aplicação dos conhecimentos como alternativa de transformação.

Nesse sentido, os procedimentos metodológicos mais utilizados, as técnicas grupais, cuja expressão em relação aos outros procedimentos nos fazem associá-las ao objetivo “fazer” e aos trabalhos práticos, elas destacam-se por agrupar diversas técnicas, sendo a mais expressiva delas as dinâmicas de grupos as quais, conforme pudemos observar a partir de

Bomfim (2003), estiveram presentes de forma significativa como disciplinas obrigatórias nos primeiros cursos de psicologia social organizados no Brasil.

Corroborando, dentre os aspectos apontados por Gondim, Bastos e Peixoto (2010), sobressai-se a tendência observada no cenário nacional de uma busca crescente pela utilização de técnicas grupais em contraposição às técnicas individuais, as quais, inclusive, tiveram pouca expressão nos relatos analisados. O destaque dado a um conjunto de atividades que se referem à prática, que não é pesquisa, embora totalmente atrelada à formação acadêmica, indica o quanto tem sido relevante para a formação os aspectos relativos a um pesquisar correlacionado à prática. Se os trabalhos são em sua maioria de pesquisa, mas seus objetivos se concentram no objetivo “fazer”, parece haver uma indicação de que se trata de um pesquisar pautado no fazer.

Os procedimentos utilizados indicam isso, assim como a predominância de trabalhos de pesquisa parece indicar, dentre outros, uma mudança ou inversão em relação à origem dos trabalhos voltados à intervenção, nos quais o foco era a partir da prática, do fazer para conhecer. A partir dos trabalhos analisados, tem sido considerado primordial conhecer para fazer. Percebemos isso, em síntese, na importância progressiva dos trabalhos de pesquisa durante o período analisado, assim como na também significativa presença e frequência do objetivo “conhecer” nesses relatos.

A partir disso, podemos identificar uma grande proximidade entre o conjunto de relatos analisado e a concepção de intervenção compartilhada e difundida na psicologia social, cujas referências à participação ativa, assim como à construção de relações dialéticas e dinâmicas, nas quais o foco é a transformação coletiva, a ação, a construção, a implementação de melhorias (Neiva, 2010), estão totalmente relacionadas ao objetivo da intervenção de transformar a realidade próxima, assim como aos “ideais” que marcaram a origem dessa perspectiva, também muito voltada para a realidade brasileira.

Vale elucidar que essa concepção de intervenção foi especialmente desenvolvida no Brasil no âmbito da psicologia social comunitária. Conforme explicitado, Neiva (2010) indica a recente constituição de uma área específica da psicologia social dedicada a realizações de intervenções psicossociais. Contudo, não explicita que área é essa, identificando-a apenas na interface entre a psicologia clínica e a psicologia social. Maritza Monteiro (Sawaia e Lima, 1998), por sua vez, assim como Feitas (1998) e Sarriera (2010), identificam a psicologia social comunitária como área privilegiada para o desenvolvimento epistemológico da psicologia social, especialmente no que diz respeito à intervenção.

Para estes autores, a psicologia social comunitária na América Latina, inclusive no Brasil, assumiu características de uma ciência comprometida com a transformação social. Desenvolveu metodologias participativas e um conjunto de formulações teóricas voltadas para a atuação em comunidades, junto com a população destas comunidades. Aspecto interessante a observar, todavia, é que, a despeito disso, pouco são observadas, nos relatos analisados, discussões e contribuições relacionadas à psicologia social comunitária. Nesse sentido, não é possível identificar a partir dos dados analisados uma relação entre o que a literatura aponta como característico da psicologia social comunitária e o que é identificado como uma nova perspectiva ainda em construção. Esta parece estar totalmente, ou em grande medida, relacionada à psicologia social e desvinculada da psicologia social comunitária.

Diante disso, avaliamos agora ser possível retomarmos nossa questão inicial: O que faz uma psicologia social? No primeiro sentido atribuído a esta questão, do que a psicologia social tem feito na atualidade, podemos afirmar a partir da literatura consultada e dos relatos analisados que a psicologia social brasileira tem feito hoje um percurso ao encontro da realidade do país. Considerando a diversidade de temas abordados, a diversidade de alvos principais identificados, a variedade de procedimentos metodológicos e de objetivos

colocados em pauta, é possível visualizar um esforço coletivo em dar conta das problemáticas vivenciadas nos mais diferentes contextos.

Esse esforço se materializa em práticas, mas especialmente em pesquisas, em produção de conhecimentos que permitam transformar os problemas identificados. Alguns desses problemas têm sido abordados de forma inicial em alguns aspectos, enquanto outros problemas, já há muito conhecidos pela população brasileira, têm cada dia representado novos desafios. Os psicólogos sociais têm se dedicado ao estudo, à problematização desses desafios; têm ocupado as políticas públicas, e os mais diversos espaços, objetivando o cumprimento do seu papel. O compromisso ético com as mazelas presentes no contexto brasileiro está presente na busca pelos espaços de diálogo, na pesquisa por conhecimentos, na troca de experiências nos Encontros Nacionais da ABRAPSO.

A psicologia social brasileira tem feito um esforço para dar conta de sua própria realidade. Tem tentado descobrir o caminho capaz de aliar seu conhecer a seu fazer. Tem tentado defender com todas as forças a diversidade que a constitui e a caracteriza, sem perder, contudo, seus ideais e aquilo que a delimita enquanto ciência comprometida com a transformação social. Este ponto já nos aproxima do segundo sentido de nossa pergunta inicial – o que faz uma psicologia social, no sentido de o que a especifica e a considera como marca dessa perspectiva que se pretende condizente com a realidade brasileira.

A partir dos relatos analisados, podemos afirmar que o que tem sido apontado como a especificidade da psicologia social brasileira, hoje, é sua busca por um fazer associado à construção de conhecimento. Diferente de um conhecer para fazer e de um fazer para conhecer, trata-se de encontrar um caminho que consiga agregar essas duas perspectivas em um mesmo processo. Por isso uma necessidade explícita de estudar mais, de sistematizar melhor as práticas, de delimitar o discurso a partir do qual se quer falar e de apontar o caminho a ser trilhado.

A psicologia social que há aproximadamente 40 anos saiu da universidade, pulou seus muros e foi em busca da comunidade quer fazer o caminho inverso. Essa psicologia social que se rebelou e se nomeou psicologia comunitária e psicologia social comunitária não coube em nenhum termo, misturou-se a diversas outras práticas, e hoje quer retornar à sua morada inicial, a academia. As lembranças dessa experiência, entretanto, não permitem radicalismos do tipo, seja na comunidade ou na universidade. A maturidade na qual se encontra hoje exige o equilíbrio entre essas dimensões, assim como entre o conhecer e o fazer, o pesquisar e o intervir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: LIMITAÇÕES E PROPOSIÇÕES

Encaminhamo-nos para nossas considerações finais, indicando que foi possível, a partir deste estudo, identificar, na psicologia social que tem sido construída na realidade brasileira hoje, aspectos relativos à prática, no que diz respeito ao para quê intervir e onde intervir, assim como aspectos relativos à fundamentação no que concerne ao modo como não intervir e à formação necessária para intervir. Além disso, identificamos algumas continuidades, bem como algumas discontinuidades em relação à proposta inicial de uma perspectiva voltada à intervenção. Chegamos ainda, a um possível “conceito” para intervenção, “conceito” este construído a partir do conjunto dos trabalhos analisados.

Apesar disso, devido às limitações desse estudo, restrito a uma pesquisa documental em nível de mestrado, e, por isso, de reduzido alcance e tempo, avaliamos que muitos outros aspectos merecem ainda ser investigados, especialmente no que tange a outras fontes de referência, assim como a possíveis compreensões relacionadas às diferenças ocorridas no que diz respeito à proposta inicial da ABRAPSO e o que pode ser verificado na atualidade dos trabalhos analisados.

Nesse sentido, avaliamos que um segundo trabalho que procurasse, por exemplo, aprofundar na análise do desenvolvimento da ABRAPSO desde o seu surgimento até hoje, a partir de sua produção escrita, nos permitiria compreender melhor as continuidades e descontinuidades identificadas nesse estudo. Avaliamos também que um trabalho dedicado a identificar os significados e usos da intervenção, ouvindo diretamente psicólogos sociais de diversas regiões de nosso país, nos permitiria ainda avançar na compreensão de como esses profissionais estão construindo “novos” olhares para a realidade brasileira.

REFERÊNCIAS

- Álvaro, J. L, & A. Garrido. (2006). *Psicologia Social: perspectivas psicológicas e sociológicas*. Tradução M. C. Fernandes; revisão técnica A. R. R. Torres. São Paulo: McGraw-Hill.
- Bauer, M. W. (2002). Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In W. B. Martin. e G. George (Editores). (P. A. Guareschi, tradutor). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Bock, A. M. B. & Furtado, O. (2006). A psicologia no Brasil e suas relações com o marxismo. In A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira & F. T. Portugal (Organizadores). *História da Psicologia: Rumos e percursos*. Rio de Janeiro: Nau Editora.
- Bomfim, E. M. (2003). *Psicologia social no Brasil*. Belo Horizonte: Edições do Campo Social.
- Camino, L. & Torres, A. R. R. (2011). Origens e desenvolvimento da Psicologia Social. In L. Camino, A. R. R. Torres & M. E. O. Lima (Organizadores). *Psicologia Social: temas e teorias*. Brasília: Technopolitik.
- Cruz, L. R., Freitas, M. F. Q. & Amoretti, J. (2010). Breve História e alguns desafios da psicologia social comunitária. In J. C. Sarriera, E. T. Saforcada (Organizadores). *Introdução à Psicologia Comunitária: bases teóricas e metodológicas*. Porto Alegre: Sulina.
- Cruz, R. N. da. (2008). *A produção social do conhecimento na psicologia social brasileira: um estudo descritivo/exploratório a partir da revista Psicologia & Sociedade*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Psicologia.
- Farr, R. M. (1998). *As raízes da psicologia social moderna*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Ferreira, M. C. (2011). Breve história da moderna psicologia social. In C. V. Torres e E. R. Neiva (Organizadores). *Psicologia Social: Principais temas e vertentes*. São Paulo: Editora Artmed.
- Franco, M. L. P. B. (2003). *Análise de Conteúdo*. Brasília: Plano Editora.
- Freitas, M. de F. Q. de. (1998). Novas práticas e velhos olhares em psicologia comunitária uma conciliação possível?. In L. de Souza, M. de F. Q. de Freitas & M. M. P. Rodrigues (Organizadores). *Psicologia: reflexões (im)pertinentes*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Gomes, W. B. (1996). História da Psicologia para curso de graduação. In R. H. de F. Campos (Organizadora). *História da Psicologia: pesquisa, formação, ensino*. São Paulo: EDUC: ANPEPP.
- Gondim, S. M. G., Bastos, A. V. B. & Peixoto, L. S. A. (2010). Áreas de atuação, atividades e abordagens teóricas do psicólogo brasileiro. In A. V. B. Bastos & S. M. G. Gondim (Organizadores). *O trabalho do psicólogo no Brasil*. Porto Alegre: Artmed.

Guareschi, N. M. F. & Dhein, G. (2009). Formação em Psicologia: História, Cultura e Política. In D. T. Tatsch, N. M. F. Guareschi & S. T. Baumgarten (Organizadoras). *Tecendo relações e intervenções em psicologia social*. Porto Alegre: ABRAPSO SUL.

Guareschi, P. (2011). ABRAPSO 30 anos: narrativas e memórias de futuro. In B. Medrado & W. Galindo (Organizadores). *Psicologia Social e seus movimentos: 30 anos de ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO Editora Universitária UFPE.

Jacó-Vilela, A. M. (2007). O estatuto da psicologia social – Contribuições da história da psicologia social. In C. Mayorga & M. A. M. Prado (Organizadores). *Psicologia social: articulando saberes e fazeres*. Belo Horizonte: Autêntica.

Kronberger, N. & Wolfgang, W. (2002). Palavras-chave em contexto: análise estatística de textos. In: M.W. Bauer & G. Gaskell (Organizadores). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (Tradução de Pedrinho A. Guareschi). Petrópolis: Vozes.

Lane, S. T. M. (1984). A Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a Psicologia. In S. T. M. Lane & W. Codo (Organizadores). *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Editora Brasiliense.

Lane, S. T. M. & Bock, A. M. B. (2003). ABRAPSO – Uma história da Psicologia Social enquanto práxis. In A. M. Jacó-Vilela; M. L. Rocha & D. Mancebo (Organizadores). *Psicologia Social: Relatos na América Latina*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Lima, R. S. (2008). *História da Psicologia Social no Rio de Janeiro entre as décadas de 1960 e 1990*. Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia.

Maraschin, C. (2004). Pesquisar e intervir. *Psicologia & Sociedade*, 16 (1): 98-107; Número Especial.

Martin-Baró, I. (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2 (1), 7-27.

Mayorga, C., Nascimento, A. R. A., Pinto, G. P. & Pinto, T. P. S. (2011). Psicologia social em Minas: contexto sociopolítico de produção na *Psicologia & Sociedade*. *Psicologia em pesquisa*, 5 (2), 135-145.

Mayorga, C. (2012). Olhar o futuro e ampliar o presente da psicologia social: contribuições da sociologia das ausências. *Pesquisas e práticas psicossociais*, 7 (1), 154-164.

Moreira, M. I. C. (2007). A formação em psicologia social. In C. Mayorga & M. A. M. Prado (Organizadores). *Psicologia Social: articulando saberes e fazeres*. Belo Horizonte: Autêntica.

Nascimento, A. R. A. & Menandro, P. R. M. (2006). Análise lexical e análise de conteúdo: uma proposta de utilização conjugada. *Estudos e Pesquisa em Psicologia*, 6 (2), 72-88.

Neiva, K. M. C. (2010). *Intervenção psicossocial: aspectos teóricos, metodológicos e experiências práticas*. São Paulo: Vetor.

Neiva, E. R. & Torres, C. V. (2011). Psicologia Social no Brasil: Uma Introdução. In C. V. Torres & E. R. Neiva (Organizadores). *Psicologia Social: Principais Temas e Vertentes*. São Paulo: Editora Artmed.

Oliveira, D. C., Gomes, A. M. T. & Marques, S. C. (2005). Análise estatística de dados textuais na pesquisa das Representações Sociais: alguns princípios e uma aplicação ao campo da saúde. In: M. S. S. Menin & A. M. Shimizu (Organizadores.). *Experiência e Representação Social: questões teóricas e metodológicas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Pasini, V. L. (2009). Pesquisa, formação, intervenção e políticas públicas. In D. T. Tatsch, N. M. F. Guareschi & S. T. Baumgarten (Organizadoras). *Tecendo relações e intervenções em psicologia social*. Porto Alegre: ABRAPSO SUL.

Portugal, F. T. (2006). Psicologia social em George Herbert Mead, na Escola de Chicago e em Erving Goffman. In A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira & F. T. Portugal (Organizadores). *História da Psicologia: Rumos e percursos*. Rio de Janeiro: Nau Editora.

Sarriera, J. C. (2010). O paradigma ecológico na psicologia comunitária: do contexto à complexidade. In J. C. Sarriera & E. T. Saforcada (Organizadores). *Introdução à Psicologia Comunitária: bases teóricas e metodológicas*. Porto Alegre: Sulina.

Sawaia, B. B. & Lima, M. de S. (1998). Entrevista com Maritza Montero: “¿Experiencias comunitárias exitosas?... América está ilena de ellas”. *Psicologia & Sociedade*; 10 (1), 5-22.

Souza, L. C. G. & Souza Filho, E. A. (2009). O lugar da psicologia social na formação dos psicólogos. *Psicologia & Sociedade*, 21 (3), 383-390.

Sudbrack, M. F. O. (2009). Integrando pesquisa, intervenção e formação em psicologia clínica. In D. T. Tatsch, N. M. F. Guareschi & S. T. Baumgarten (Organizadoras). *Tecendo relações e intervenções em psicologia social*. Porto Alegre: ABRAPSO SUL.

Tatsch, D. T., Guareschi, N. M. F. & Baumgarten, S. T. (2009). *Tecendo relações e intervenções em psicologia social*. Porto Alegre: ABRAPSO SUL.

ANEXO – REFERÊNCIAS DOS TRABALHOS ANALISADOS (INTERVENÇÃO)

Todos os trabalhos completos referentes ao XIV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO (2007) encontram-se disponíveis no sítio eletrônico <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/encontro.htm>.

T1 – Leal, D., Tschiedel, R. & Azambuja, M. A. de. (2007). Adolescência: grupo operativo com alunos de uma escola estadual de Santa Maria. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 12.

T2 – Tondin, C. F.; França, D. M.: & Trombeta, E. (2007). As práticas psicológicas no campo da educação de Chapecó e região. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 13.

T3 – Queiroz, D. S. de. (2007). Diálogos, subjetividade e educação no contemporâneo. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 16.

T4 – Wanderley, T. C., Esteves, J. R. & Rossetti, C. B. (2007). Dificuldades de aprendizagem no contexto escolar: uma proposta de intervenção com o jogo de regras Othello. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 13.

T5 – Silva, M. I. R. das. (2007). Estagiário na escola: tecendo laços e construindo saúde. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 10.

T6 – Balthazar, F. M., Vasconcelos, J., Superti, T. & Furtado, V. C. (2007). Orientação educacional e profissional em busca de sentido. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 14.

T7 – Mettrau, M. B., Barreto, M. S. L., Barreto, C. M. P. F., Moraes, C., Inácio, D. P., Silva, I., Azevedo, S. M. L. de. & Pellegrino, V. B. (2007). Projeto dilemas. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 16.

T8 – Mattos, R. da. S. & Retondar, J. J. M. (2007). Representações de Corpo de Professores de educação física: uma interface entre imaginário social, corpo e ludicidade. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 13.

T9 – Desdará, B. & Rocha, M. L. da. (2007). Sentidos do trabalho na escola: práticas discursivas e produção de subjetividade. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 12.

T10 – Neves, A. S., Marques, C. M., Cunha, N. C. de F. & Carvalho, R. S. de. (2007). Atendimento psicológico a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual: a clínica social, a abordagem domiciliar e a construção de uma nova proposta. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 10.

- T11 – Pereira, L. A. S., Indursky, A., Veeck, C., Pfluger, D., Abras, G. F. & Silveira, R. S. da. (2007). Éticas e violências: reflexões acerca da mediação de conflitos familiares num projeto interdisciplinar. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 12.
- T12 – Rocha, C. L. da., Eidelwein, C. & Tittoni, J. (2007). Lobo em Pele de Cordeiro? Problematizando as Práticas da Psicologia no Âmbito das Políticas Públicas. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 11.
- T13 – Amarantes, M., Moura, D., Fernandes, M. A. & Lima, D. P. (2007). Maus tratos e Tendência Anti-Social: alguns aspectos observados em crianças abrigadas. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 14.
- T14 – Martins, E. de. F. (2007). O cotidiano escolar e a violência: reflexões sobre a constituição do fenômeno e os desafios do trabalho educativo. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 13.
- T15 – Lopes, R. D. (2007). Política em exploração: os percursos da intervenção do município do Rio de Janeiro no combate à Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes (ESCCA). In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 11.
- T16 – Beiras, A., Lodetti, A. S., Clímaco, D. de. A. & Toneli, M. J. F. (2007). Programas de atenção a homens autores de violência latino-americanos – a importância da ampliação de discussões referentes à violência masculina, após um ano de Lei Maria da Penha. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 13.
- T17 – Santos, N. B. L., Cury, D. G. Neves, A. S. & Hayeck, C. M. (2007). A violência sexual contra a criança e o adolescente: ressignificações na leitura do trabalho institucional. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 14.
- T18 – Miranda, S. F., Silva, M. V. & Alves, A. F. (2007). Ecumenismo, inculturação e identidade: impasses vividos em um trabalho de intervenção psicossocial. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 13.
- T19 – Carvalhaes, F. F. de. & Filho, F. S. T. (2007). Gênero, sexualidade e AIDS: uma reflexão sobre o discurso de mulheres vivendo com HIV. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 10.
- T20 – Rodrigues, J. L. de S., Malcher, C. de S., Monteiro, M. B. & Gomes, C. A. P. (2007). Experiência de uma intervenção em grupo operativo com adolescentes do Lar Fabiano de Cristo. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.
- T21 – Faria, A. C. de O. (2007). *Super Nanny* e a moralidade infantil: reflexões à luz da teoria piagetiana. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 11.

T22 – Diehl, R., Maurente, V. S. & Maraschin, C. (2007). Percursos fotográficos em um serviço de saúde mental. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 12.

T23 – Fernandes, C. de J., Silva, C. B., Góes, J. J. A. de A., Moreira, M. N., Leahy, N. S., Mendes, T. F. G., Virgens, V. M. de O. & Salazar, C. L. J. (2007). Ponderações sobre a atuação e prática da psicologia do consumidor. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 11.

T24 – Goulart, M. S. B., Passos, I. F., Silva, E. R. da., Braga, F. de M. & Abreu, M. A. de. (2007). A formação de cultura crítica profissional e a reforma psiquiátrica mineira. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 14.

T25 – Calegare, M. G. A. & Júnioe, N. da S. (2007). Considerações sobre a emergência da avaliação de projetos no terceiro setor. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 15.

T26 – França, M. L. P. de. & Gil, M. S. C. de A. (2007). Iniciativas de interação de crianças cegas na educação infantil. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 8.

T27 – Nascimento, L. R. do. (2007). Promovendo tutores de resiliência: relatos de uma experiência com educadoras em uma “Casa-Abrigo”. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 8.

T28 – Silva, E. R. da., Abreu, M. A. de., Penna, P. S. V. & Goulart, M. S. B. (2007). A reconstituição cultural como prática terapêutica não alienante: um sinal de resistência no contexto hospitalar. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 12.

T29 – Silva, M. V., Sacramento, S. B. S., Maria, L. S., Cruz, L. F. da. & Ribeiro, S. R. (2007). Articulações identitárias nas corporações musicais de São João Del Rei e região. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 15.

T30 – Teixeira, C. M., Silva, R. X. da. & Antunes, V. M. (2007). Comunidade e universitários em ação: estudar para transformar. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 14.

T31 – Bomfim, Z. A. C., Domício, A. M. B. & Paz, A. F. C. (2007). Diálogos e métodos de intervenção em psicologia comunitária e psicologia ambiental. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 9.

T32 – Neves, A. M. S., Brito, A. C. de., Saraiva, A. C. F., Moreira, T. M., Ramos, D. V., Barbosa, E. R., Carvalho, M. A. & Laini, P. G. (2007). O movimento do congado e o trabalho do psicólogo comunitário: história, cultura e um projeto de análise interdisciplinar. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 10.

T33 – Maheirie, K., Barreto, F. R., Soares, L. S., Lazzarotto, G. T., Schoeffel, S. A., Strapazzon, A. L. & Rodrigues, P. F. U. (2007). Oficinas artísticas e criatividade: uma

experiência com crianças da periferia de Florianópolis (SC). In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 11.

T34 – Vargas, E. R., Tonial, F. A., Schenkel, J. & Rosa, R. H. da. (2007). Pesquisa-intervenção e produção de saúde na comunidade: dialogando territórios. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 15.

T35 – Silva, M. V., Assunção, R. V., Moreira, H. C. P. J. & Maria, L. S. (2007). Processo grupal e identidade no desenvolvimento de um programa de psicologia e saúde pública. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 13.

T36 – Junior, N. L. & Ribeiro, C. T. (2007). Proposta para um processo de intervenção psicossocial em comunidades: uma leitura freudo-marxista. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 11.

T37 – Arantes, J. H. M. & Pinto, E. G. de A. (2007). Psicologia social comunitária e emancipação: uma experiência de trabalho com jovens. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 10.

T38 – Tatsch, C. R. & Lessa, L. H. da S. (2007). Subjetividade, cultura e desenvolvimento social. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 10.

T39 – Costa, R. M. C. (2007). Uma perspectiva de lugar do psicólogo em espaços de negociação. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 10.

T40 – Braz, M. H. C., Teixeira, J. P. P. & Maia, A. M. W. (2007). Arte profilática e subjetividade. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 10.

T41 – Menezes, A. H. N., Gomes, M. A., Guimarães, J., Rocha, L. D. da., Sales, J. W., Piauí, I., Paixão, L., Carvalho, I. de. & Andrade, P. M. (2007). Cuidado e angústia: análise das implicações emocionais em cuidadores familiares de pacientes com câncer. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 16.

T42 – Simoni, A. C. R. & Rickes, S. M. (2007). Entre letras: construção e testemunho no trabalho em uma oficina de escrita. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 11.

T43 – Reis, C. dos., Machry, D., Bennemann, T., Lara, L. de. & Guareschi, N. M. de. F. (2007). Formação em psicologia: um estudo sobre a inserção da psicologia no SUS. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 14.

T44 – Mello, V. R. C. de. (2007). Grupo como dispositivo de promoção de saúde. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 11.

T45 – Santos, R. G. de. A., Oliveira, A. A. S. de., Lima, J. dos S., Pereira, L. da S. & Pereira, P. J. (2007). Grupo de apoio psicossocial aos portadores de hipertensão numa comunidade do

Agreste alagoano. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 13.

T46 – Coelho, D. de M. (2007). Intervenção em grupo: construindo rodas de conversa. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 14.

T47 – Tubino, L. da R., Neves, M. Y. R., Silva, E. F. da., Silva, L., Santos, F. A. dos., Almeida, M. R. de., Amaral, M. M. do., Silva, J. P. L. da. & Ribeiro, A. K. C. P. (2007). Monitorando as situações de trabalho para promover a mudança nas escolas públicas municipais de João Pessoa/PB. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 10.

T48 – Bezerra, E. & Dimenstein, M. (2007). O CAPS no processo do matriciamento da saúde mental na atenção básica. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 8.

T49 – Moehlecke, V. (2007). O grupo como dispositivo clínico de cuidado e atenção no CAPS Capilé. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 10.

T50 – Moehlecke, V. (2007). Políticas de acolhimento e de reinserção social no CAPS Capilé. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 10.

T51 – Coelho, D. de M. (2007). Projeto “acolhendo quem acolhe”. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 13.

T52 – Galvão, V., Dimenstein, M., Bezerra, E., Severo, A. K., Brito, M. & Soares, A. L. (2007). Tecendo redes da integralidade: a experiência do apoio matricial em Natal. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 12.

T53 – Blanques, A. M. (2007). Um projeto de intervenção social visto pelos seus agentes – estudo psicossocial do Programa de Saúde da Família. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 29.

T54 – Santos, C. P. dos., Leal, M. de S., Rodrigues, J., Videira, E. R., Garcia, N. R. & Dechichi, C. (2007). Uma breve revisão bibliográfica sobre a equoterapia na vida de crianças deficientes mentais. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 11.

T55 – Botechia, F. & Athayde, M. (2007). Um regime de produção de sabers sobre o trabalhar e suas relações: a comunidade ampliada de pesquisa. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 8.

T56 – Bezerra, P. S. (2007). Acessibilidade: da obtenção do lugar a construção de um espaço. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 10.

T57 – Queiroga, A., Zanin, F., Pestana, G., Sereda, N. & Sobol, L. A. P. (2007). Consultoria em psicologia organizacional e do trabalho: desafios e contradições a partir de um enfoque histórico-cultural. In *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Rio de Janeiro: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 10.

Todos os trabalhos completos referentes ao XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO (2009) encontram-se disponíveis no sítio eletrônico www.abrapso.org.br/siteprincipal/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=67&Itemid=95

T58 – Freitas, L. S. de., Lutfala, N. M. C., Degrande, J., Pimenta, A., Silva, A. C. & Gera, A. A. S. (2009). A atuação do psicólogo escolar através de atividades ludopedagógicas: uma estratégia eficaz para o processo ensino-aprendizagem. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 10.

T59 – Bonadiman, H. L., Lopes, P. M. A., Carrara, D. de S., Moraes, A. R., Rocha, R. L., Bonadiman, R. L. & Vale, C. R. do. (2009). A redução do fracasso escolar através de atividades extra-curriculares: os dois lados da moeda. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 10.

T60 – Rabelo, F. de L. M. (2009). Atuação do psicólogo em um contexto educacional da rede municipal. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 10.

T61 – Dias, F. X., Costa, R. de M. & Silva, L. C. A. da. (2009). Construção grupal de um projeto educativo a partir de uma peça teatral infantil. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 11.

T62 – Almeida, C. F. de. & Queiroz, V. S. (2009). Desafios da orientação profissional – um caso prático no SPA da UERJ. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 6.

T63 – Lusser, A. (2009). Esporte e educação: reflexões sobre a micropolítica do corpo. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.

T64 – Ferreira, A. L., Eskinazi, P. R. V. & Bezerra, T. C. G. (2009). Grupo de crescimento psicológico: uma experiência em psicologia social comunitária. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 10.

T65 – Barros, M. L. de. & Bairrão, J. F. M. H. (2009). Narração de mitos africanos na educação infantil: possibilidades de atuação para uma aprendizagem democrática. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 10.

T66 – Júnior, R. da S. (2009). O lugar da psicologia na educação contemporânea. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 12.

T67 – Silva, P. M. da., Cargnin, D., Dias, L. R., Tittoni, J., Oliveira, R. G. de. & Réus, L. (2009). Políticas públicas e formação em saúde: a formação profissional como experiência e prática de si. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 9.

T68 – Meireles, A. M., Fonseca, H. R. R. da., Araújo, J. P. L. de M., Moraes, J. B. T. de., Sousa, L. de A., Lima, N. R. de S. & Gonçalves, N. P. C. (2009). Psicologia educacional/escolar e vulnerabilidade social: experiência de atuação em instituição da rede de

proteção de média complexidade em Teresina-PI. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.

T69 – Ribeiro, R. F. & Neto, M. de C. A. (2009). Revisitando os conceitos e as práticas de psicologia social comunitária sob a ótica discente. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 6.

T70 – Vieira, M. E. de A., Bonfim, Z. Á. C., Martins, A. K. da S., Campos, B. G. M., Maia, C. M., Barreira, G. S., Vasconcelos, L. C. & Costas, R. C. S. (2009). Universidade e sustentabilidade: práticas em psicologia ambiental. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 8.

T71 – Moreira, M. I. C., Bedran, P. M. & Carellos, S. D. M. S. (2009). A experiência da extensão universitária como elemento formador de psicólogos no campo das medidas sócio-protetivas voltadas para crianças e adolescentes. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.

T72 – Araújo, L. F. de. & Vêras, R. M. (2009). A psicologia social no nordeste: reflexões sobre pesquisa e docência. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.

T73 – Castro, M. M. de. (2009). Intervenção psicossocial em uma escola pública de ensino fundamental. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 4.

T74 – Meira, M. E. M. (2009). Saúde mental e educação : o psicólogo como mediador no desenvolvimento de práticas educativas transformadoras. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 8.

T75 – Fontoura, F. & Ramos, M. E. C. (2009). A violência no casal: uma experiência a partir do grupo socioterapêutico com homens encaminhados pela justiça. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 8.

T76 – Tomás, D. N. (2009). Implantação e trajetória de um programa de acolhimento familiar. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 9.

T77 – Dias, L. R. R., Tittoni, J., Cargnin, D. M., Réus, L. H., Oliveira, R. G. de. & Silva, P. M. da. (2009). Mulheres que ouvem mulheres: a estética da amizade como dispositivo de reflexão nas mulheres que convivem com a violência doméstica. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 8.

T78 – Santos, M. B. dos. & Carneiro, H. F. (2009). Narrativas sobre violência nas torcidas organizadas de futebol: uma escuta a torcedores a partir de uma abordagem psicanalítica. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 8.

T79 – Pereira, C. M. dos S., Moura, D. M. Noortwk, F. & Luca, N. M. S. (2009). Orientação profissional e empregabilidade: responsabilidade social para egressos do sistema prisional. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 8.

T80 – Figueiredo, P. P. V. & Filho, P. de O. (2009). Os sentidos da violência doméstica em jogos discursivos de cuidadores/as de crianças que foram vítimas de abuso sexual. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 8.

T81 – Matsumoto, A. E. (2009). Reflexões sobre segurança pública e políticas de encarceramento: desafios para a psicologia social. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.

T82 – Silva, N. R. da. (2009). Violência nas escolas: o conceito de violência e o processo grupal como método de intervenção e pesquisa. Contribuição para a formação inicial e continuada de professores e psicólogos. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.

T83 – Silva, L. C. A. da. (2009). A experiência de desqualificação social em homens homossexuais. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 10.

T84 – Deslandes, K. (2009). A gravidez na adolescência preocupa? In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 9.

T85 – Silva, R. N. da., Hartmann, S., Pires, M. L., Meimes, M. A. & Scisleski, A. (2009). As patologias nos modos de ser criança e adolescente: uma análise histórica dos motivos de internação no Hospital Psiquiátrico São Pedro. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.

T86 – Oliveira, A. A. S. de., Barbosa, B. T. B. G., Brito, C. M. de. & Cavalcante, T. M. D. T. (2009). Crianças expressam a vivência infantil em comunidade lagunar. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 5.

T87 – Cassal L. C. B., Carvalho, A. G. de., Cariello, L. F., Ribeiro, C. M. & Bicalho, P. P. C. de. (2009). Processos de criminalização da sexualidade em abrigos: o grupo como dispositivo de análise das práticas institucionais. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.

T88 – Ferreira, F. A. R., Dionísio, L. R., Silva, E. A. A. da., Silva, V. A. da., Carvalho, E. A. B. de. & Saldanha, A. A. W. (2009). Sexualidade adolescente e vulnerabilidade ao HIV. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 8.

T89 – Goldstein, T. S. (2009). Sofrimento feminino e ethos militar: o olhar de uma psicologia sócioantropológica. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 8.

T90 – Mélo, R. P., Alexandre, J. R. & Sampaio, J. V. (2009). Entre terremotos, furacões e “modos de viver”, querem mudar de sexo? Compre o kit. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 9.

T91 – Lima, Y. & Abade, F. L. (2009). A oficina de intervenção psicossocial como estratégia de formação e articulação no trabalho com educadoras no contexto da pesquisa-ação. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 10.

T92 – Ferreira, A. A. L., Curvello, F. V. & Dias, O. M. K. (2009). Governamentalidade liberal e práticas psicológicas: a pedagogia humanista. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 8.

T93 – Santos, L. R. & Felipe, M. da P. Z. (2009). Oficinas de intervenção psicossocial – do contexto ao texto fotográfico. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 9.

T94 – Ruas, A. M. de L., Ferreira, A. A. L. & Cardoso, I. V. N. (2009). Práticas psi ao longa da história: compreendendo as práticas da análise institucional através da governamentalidade liberal. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 6.

T95 – Cordeiro, M. P. & Lopes, F. T. P. (2009). Psicologia social ou psicologias sociais: uma análise dos repertórios interpretativos que dão sentido a este campo profissional. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.

T96 – Macerata, I. (2009). Um fio de navalha na prática “psi”: considerações sobre cuidado e controle em um dispositivo de abordagem de rua da política pública de assistência social. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 10.

T97 – Sperotto, R. I., Margarites, A. P. F., Hirdes, J. C. R. & Alves, R. da S. (2009). “Objetos de aprendizagem”: tics constituindo subjetividades no contemporâneo. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 10.

T98 – Barros, K. P. P. N. de. & Santos, S. E. de. B. (2009). A intervenção grupal como possibilidade de ação clínica no contexto carcerário: um diálogo possível entre a psicologia social comunitária e o sistema prisional. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.

T99 – Correia, L. C. de B., Oliveira, R. C. P. de., Barbosa, B. T. B. G., Silva, W. V. N. da., Vital, H. C. & Ribeiro, M. A. T. (2009). Água e alimentação: aspectos socioambientais nos repertórios discursivos de pessoas com doenças reumáticas. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 11.

T100 – Chimenti, M. C. (2009). A identidade do cardiopata crônico e o sentido atribuído à medicalização no transplante cardíaco. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 11.

T101 – Romagnoli, R. C., Araújo, Á. G. de O. A., Coelho, C. R. & Carneiro, G. L. O. (2009). As relações equipe-família em análise: a pesquisa-intervenção no Centro Pedagógico Renato de Avelar Azeredo. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 9.

T102 – Carmona, A. M. & Prado, M. A. M. (2009). O universal e o particular na política LGBT: tensões e diálogos na esfera pública. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 10.

T103 – Verçosa, E., Ddomingues, M., Daltro, T., Figueiredo, T. & Vieira, T. M. D. (2009). Resiliência: enfrentando problemas e apontando soluções. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 9.

T104 – Bevilaqua, M. H. de O. & Brochier, J. I. (2009). A práxis do psicólogo no âmbito comunitário: um saber fazer crítico-transformador ou assistencialista paternalista? In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.

T105 – Hirakawa, A. P. R., Iscaife, A., Santos, D. M. A. dos., Gallafrio, F., Coelho, K., Cunha, M. B., Pereira, N. K., Piovesan, R. C., Prado, R. do., Prado, S. B. & Rosa, E. J. S. (2009). Estudo das atuais organizações não governamentais a partir da teoria crítica e da análise institucional. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 10.

T106 – Carvalho, J. de O. (2009). Loucos para participar: a desinstitucionalização e o processo de participação de pessoas acometidas por transtornos mentais na reforma psiquiátrica brasileira. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.

T107 – Cafolla, A. A. da S., Cedeño, A. A. L., Silva, A. L. da., Tokita, M. F. & Duarte, I. C. (2009). Novas práticas em psicologia comunitária: do estudo sobre o assistencialismo ao encontro com adolescentes. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 10.

T108 – Gonçalves, A. M., Coelho, M. P., Chaves, S. R., Ribeiro, S. R., Frade, R. M. & Silva, M. V. (2009). O papel social das bandas de música no Campo das Vertentes. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 8.

T109 – Ferreira, A. L., Bezerra, T. C. G. & Eskinazi, P. R. V. (2009). Ouve-se pela metade, fala-se pela metade, e se morre por inteiro: a escuta clínica de jovens de periferia. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 10.

T110 – Araújo, J. P. L. de M., Moraes, J. B. T. de., Sousa, L. de A., Lima, N. R. de S., Gonçalves, N. P. C. & Carvalho, V. S. (2009). Projeto despertar: intervenção via psicologia social comunitária com adolescentes de baixa renda em Teresina – Piauí. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.

T111 – Cruz, J. P. D. da. & Gonçalves, B. D. (2009). Relação comunidade-universidade no trabalho comunitário: o convite à saída. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 10.

T112 – Almeida, F. S. de. & Aragão, E. M. A. (2009). Analisando a produção da instituição “menino de rua”. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.

T113 – Viana, L. (2009). Metamorfoses urbanas: possibilidades para um urbanismo social. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 10.

T114 – Flores, D. P. (2009). Mobilidade urbana e subjetividade: percursos inconclusos de criação no espaço público. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.

T115 – Silva, R. L. e. (2009). Parangolé da exclusão: as cores e os cheiros da cidade em Oiticica. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 9.

T116 – Pimenta, D. A. O., Januário, F. dos S., Pinto, G. P., Nogueira, M. L. M. & Ribeiro, T. R. G. (2009). Programa Vila Viva: contradições e resistências no processo de urbanização de uma favela em Belo Horizonte. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 9.

T117 – Goldstein, T. S. (2009). Dependência química e teatro: uma experiência com militares da Marinha. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 8.

T118 – Zimmer, F., Lavrador, M. C. C. & Vicentini, N. E. (2009). Saúde mental e as práticas jurídicas de intervenção na vida: uma experiência no Espírito Santo. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 9.

T119 – Sousa, G. M. de., Santana, I., Carvalho, R. D. de., Santana, . B. G. & Soares, M. Z. S. (2009). A formação dos psicólogos UESPI e suas implicações na prática em saúde mental: um estudo realizado com acadêmicos de psicologia. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 10.

T120 – Granja, E., Rameh, R. & Santos, L. (2009). A implementação dos fumódromos na rede de atenção aos usuários de álcool, fumo e outras drogas na cidade de Recife: um olhar sob a perspectiva da redução de danos. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 10.

T121 – Cervo, M. da R. & Silva, R. A. N. da. (2009). A produção de uma patologização da infância na experiência do CAPSi. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 6.

T122 – Lara, M. P. & Traesel, E. S. (2009). A psicologia e a saúde coletiva nas políticas de saúde mental. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 5.

T123 – Baumkarten, S. & Tatsch, D. T. (2009). A psicologia e as intervenções familiares na drogação: o sintoma como mensagem da necessidade de mudança. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.

T124 – Júnior, G. P. da. S. & Adorno, R. de C. F. (2009). A visibilidade e invisibilidade dos garotos de programa na saúde pública: reflexões sobre relações de gênero, sexualidade e corpo como contribuições aos programas e ações de prevenção às DSTs/HIV e AIDS. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 8.

T125 – Santos, M. A. C. dos., Oliveira, A. G. A. de., Lima, C. R. F., Ribeiro, C. M. M., Oliveira, E. S. de., Martins, É. L. L., Júnior, G. E. da S., Silva, M. S. A. B., Deus, N. M. S. F. de., Silva, P. A. M. da., Santos, R. L., Alves, S. P. & Lima, T. F. R. de. (2009). Atenção básica às comunidades: uma intervenção psicossocial da psicologia comunitária nas unidades de saúde da família. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 9.

- T126 – Martins, A. G., Melo, W., Pereira, T. A. & Andrade, J. (2009). Avaliação do impacto de um projeto de extensão em saúde e educação. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 8.
- T127 – Santos, A. M. dos., Pereira, A. S., Fortes, P. R. de B. & Lustosa, P. (2009). Construções subjetivas por cuidadores de indivíduos em hemodiálise: relato de experiência. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 11.
- T128 – Moura, V. P., Sávio, M. A., Bortolanza, M. R., Sobral, T. N. & Matsumoto, A. E. (2009). Desinternação e inserção: um saber/fazer em psicologia institucional junto a pacientes judiciários. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 8.
- T129 – Moura, G. C., Farias, D. D. H. de., Silva, E. F. G. da., Nunes, L. M. de F., Araújo, L. R. & Sobrinho, R. da S. A. (2009). Estratégias da clínica com psicóticos: a extensão universitária como intervenção no social. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 8.
- T130 – Rossi, E., Kirch, J. A. & Allgayer, M. (2009). Grupo terapêutico de crianças – ampliando o contexto da intervenção. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 9.
- T131 – Baroni, D. P. M., Tonelli, M. J. F. & Filho, K. P. (2009). O reconhecimento de si enquanto sujeito do diagnóstico de depressão. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 5.
- T132 – Liberato, M. T. C. & Dimenstein, M. (2009). Para uma psicologia em movimento: reflexões sobre o encontro com a arte, a clínica e o corpo no contexto da reforma psiquiátrica. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.
- T133 – Lima, C. M. de., Lima, C. A. de S. & Paravidini, J. L. L. (2009). Por uma clínica antimanicomial em saúde mental: passos e impasses. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.
- T134 – Paulon, S. M., Gageiro, A., Rosa, R. H. da., Londero, M. F., Costa, D., Cervo, M. da R., Mello, V. R. C. de., Pereira, R., Sippert, C. A., Ainhoren, D. M., Wolski, R. & Hoch, M. (2009). Práticas clínicas dos profissionais psi de equipes de CAPS do RS. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.
- T135 – Scaramussa, R., Fae, J., Dantas, P. R., Baborsa, P. S. R. & Martins, R. A. S. (2009). Saúde mental e produção de subjetividade: o discurso de profissionais do SUS sobre a loucura. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 9.
- T136 – Lima, T. de S. F., Rosário, F. P. P., Oliveira, M. C. & Portugal, A. L. (2009). Sexualidades, saberes e práticas preventivas DST/AIDS: oficinas como espaço de transformação. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 8.

- T137 – Silva, M. V. de O., Souza, C. G. de., Oliveira, M. S. de., Mendonça, P. P. & Hardman, L. V. (2009). Tecnologias psicossociais em saúde mental: atenção à crise na psicose. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 8.
- T138 – Gomes, K. V. (2009). Tratamento do tabagismo: uma parceria entre uma instituição pública de saúde e a universidade. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.
- T139 – Nóbrega, W. V. P. & Silva, E. F. G. da. (2009). Um retrato da situação de saúde no município de Caruaru. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.
- T140 – Martins, M. H. da M. & Vieira, N. M. (2009). Vivências do estágio básico em psicologia hospitalar: novas fronteiras. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 9.
- T141 – Nascimento, L. R. do. (2009). A escola pública, suas práticas e a forma(ta)ção de alunos. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 10.
- T142 – Vasconcelos, R. M. de A. R. L. de. (2009). Autismo infantil: a importância do tratamento precoce. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 12.
- T143 – Silveira, R. W. M. da. (2009). Cenas de um acompanhamento terapêutico: o desafio da reinserção social. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.
- T144 – Neves, L. R. (2009). Estado, saúde e política: uma análise da história da saúde pública brasileira com interface no conceito de biopolítica. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 9.
- T145 – Júnior, O. G. (2009). Políticas públicas de saúde mental: formação e educação. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 4.
- T146 – Seda, D. M., Santo, A. A. do E., Vianna, J. H. L., Nogueira, L. C. B. & Souza, A. C. A. de. (2009). A psicologia do esporte no Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 6.
- T147 – Drummond, V. S. & Santos, J. G. (2009). Contribuições da pesquisa-ação ao campo organizacional: um estudo de caso. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.
- T148 – Fiedler, R. C. do P. (2009). Fundamentos metodológicos para análise de projetos sociais a partir da ótica da psicologia social comunitária e da pesquisa participante. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 11.
- T149 – Gotardo, S. M., Heckert, A. L. C., Reis, C. T. dos., Oliveira, C. M. C. de. & Romanio, M. B. (2009). Os CRAS e algumas questões para as práticas psi. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 10.

T150 – Taveira, I. M. R. (2009). Qualidade de vida no trabalho uma questão psicossocial? In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 10.

T151 – Rosa, R. H. (2009). Recortes de um caso: propondo uma intervenção no cotidiano do trabalho. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Maceió: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 9.

Todos os trabalhos completos referentes ao XVI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO (2011) encontram-se disponíveis no sítio eletrônico www.encontro2011.abrapso.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=548

T152 – Dugnani, L. A. C., Petroni, A. P. & Souza, V. L. T. de. (2011). A arte como mediação: perspectivas de intervenção do psicólogo escolar. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.

T153 – Barbosa, R. B. & Ulup, L. (2011). A formação profissional e a ressignificação do papel do psicólogo no cenário escolar: uma proposta de atuação. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.

T154 – Alves, V. P. da S. (2011). A indisciplina escolar: atores e autores. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 6.

T155 – Silva, M. G. F. da. & Pastor, V. P. (2011). A influência dos vínculos afetivos no processo de ensino-aprendizagem. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.

T156 – Silva, L. M. P. da., Andrada, P. C. de. & Souza, V. L. T. de. (2011). A representação dos pais sobre a afetividade no contexto escolar. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 6.

T157 – Ipolito, J. C. & Leão, I. B. (2011). Atuação e formação do psicólogo escolar/educacional: alguns apontamentos. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 6.

T158 – Pocahy, F. A. (2011). “Botando corpo, fazendo gênero”: oficinas narrativas coletivas na problematização das (re)definições corporais das masculinidades juvenis nos territórios da educação escolar. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.

T159 – Santos, D. B. & Silva, C. V. M. da. (2011). Crianças com deficiência visual: a prática de uma equipe multidisciplinar para o seu atendimento educacional especializado. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 6.

T160 – Ferreira, A. L., Silva, S. C. R. da. & Silva, S. C. R. da. (2011). Diálogos universidades e periferias: metáforas para pensar as intervenções em psicologia social comunitária. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.

T161 – Boesmans, E. F., Silveira, L. C., Júnioe, A. D. L., Moraes, B. M. de. & Medeiros, J. T. (2011). Do indivíduo ao sujeito: contribuições da psicanálise e da psicologia histórico-cultural ao debate. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 6.

T162 – Júnior, A. P. P. & Lemos, F. C. S. (2011). Do SPI ao MEC: poder e resistência nas políticas de educação indígena. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 5.

T163 – Paulon, S. M., Culau, F., Ceccim, R. B., Altamirano, M. M., Lima, A. P., Silva, A. & Trepte, R. F. (2011). Educação permanente em saúde na formação para o apoio matricial. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 5.

T164 – Silva, T. C. dos S. da. & Costa, É. A. G. de A. (2011). Entre infância e ética: uma literatura. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 5.

T165 – Cardoso, A. A. V., Rodrigues, D. C., Araújo, D. V. de., Júnior, J. F. M. & Ximenes, V. M. (2011). Experiências de desenvolvimento comunitário a partir de um projeto de extensão em psicologia comunitária no interior do Ceará. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 5.

T166 – Santos, M. N. dos. & Menandro, M. C. S. (2011). Formação do psicólogo: desafios à intervenção psicossocial. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 5.

T167 – Melo, P. B. de., Gonçalves, R. M. de P., Carvalho, J. M. R. & Cabó, L. J. F. (2011). Fundamentos teóricos da escola de Vigotski: um contraponto ao esvaziamento do sentido pleno do ato de ensinar. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 8.

T168 – Gomes, A. A. (2011). Grupos de desenvolvimento acadêmico e profissional: contribuições do psicodrama para o trabalho com estudantes universitários e seu processo de formação. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 5.

T169 – Lemos F. C. S. (2011). Lei e norma nas práticas de Conselhos Tutelares com as escolas. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 4.

T170 – Santos, C. P. & Gouveia, R. (2011). O fracasso escolar na representação de psicólogos educacionais: uma abordagem estrutural. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.

T171 – Silveira, R. A. da., Noronha, M. M. B. & Monteiro, S. R. (2011). Oficinas de dinâmica de grupo e formação universitária: a construção de um espaço de desenvolvimento humano. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.

T172 – Velôso, T. M. G., Nascimento, É. D. do., Marinho, J. R. L. & Andrade, L. de A. (2011). Oficinas psicopedagógicas com crianças da comunidade de pescadores e marisqueiras de Barra de Mamanguape (Rio Tinto/PB). In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 6.

T173 – Silva, D. C. R. da. (2011). Uma visão escolar predominante sobre indivíduo, história e psicologia – desafios do trabalho do psicólogo na educação. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.

T174 – Dias, L. R. R. & Tittoni, J. (2011). A assessoria jurídica universitária em direitos de gênero como uma estética da amizade. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.

T175 – Domith, X. de A. & Silva, A. O. da. (2011). Psicologia social na área da assistência social: avanços e desafios para uma prática pautada no compromisso social. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 6.

T176 – Santos, L. I. C. dos. & Oliveira, I. M. F. de F. de. (2011). A formação de um grupo de mães em uma ONG, na cidade de Natal/RN. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 4.

T177 –Silva, V. M. da. & Barbosa, L. dos S. (2011). A psicologia e o jovem em medida socioeducativa: uma relação possível no interior de Alagoas. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 6.

T178 – Brasilino, J. C. B. (2011). Considerações sobre os efeitos da judicialização das relações conjugais. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 6.

T179 – Orth, G. M. N., Moreira, D. & Silva, L. A. M. da. (2011). Desencarcerando os direitos humanos: repensando a prática do psicólogo no sistema prisional. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.

T180 – Pereira, C. de C., Moreira, M. I. C., Bedran, P. M., Carellos, S. D. M. S. & Passos, A. P. C. P. (2011). Impacto das medidas protetivas previstas pelo ECA nos sistemas familiares. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 5.

T181 – Gazetta, A. S. & Leite, A. P. (2011). Indústria cultural e a formação do indivíduo para a violência: possibilidades de intervenção com crianças por meio da televisão. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.

T182 – Teixeira, C. M., Magnabosco, M. M., Bacelar, T. D., Silva, A. C. V., Freitas, T. J. de., Silva, P. L. de O., Cardoso, M. do P. S., Oliveira, J. M. F. & Elias, A. M. S. (2011). Intervenção psicossocial com presas e agentes penitenciários do Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto em Belo Horizonte/MG. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 8.

T183 – Santos, F. A. dos. & Silva, M. M. da. (2011). O Esquema Conceptual Referencial Operativo (ECRO) e os caminhos da ressocialização: uma proposta interventiva baseada no modelo de grupo operativo de Pichon Riviere. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 6.

T184 – Silva, K. de S. & Vieira, L. R. (2011). A percepção dos jovens do Programa “Fica Vivo” acerca dos estigmas de violência atribuídos à juventude dos bairros de periferia de Ipatinga. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.

- T185 – Silva, A. L. da. & Oliveira, A. A. S. de. (2011). A produção histórica da transexualização: um estudo bibliográfico. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.
- T186 – Santos, K. B. dos., Galinkin, A. L., Rosa, I. de O., Santos, I. C. dos. & Moore, R. A. (2011). Diferenças de gênero nas representações de jovens sobre a violência contra a mulher. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.
- T187 – Andrade, A. K. da S. & Santos, S. E. de B. (2011). Envelhecimento e a convivência de abrigamento: uma experiência de estágio em psicologia social. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 5.
- T188 – Sousa, M. A. de., Ferreira, F. R., Fernandes, C. B. D., Rodrigues, M. P., Moura, I., Silva, M. V. & Tette, R. P. G. (2011). Histórias de vida compartilhadas por um grupo de idosos de uma instituição asilar. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.
- T189 – Souza, M. J. C. de. & Santos, S. E. de B. (2011). O coletivo da solidão: o abrigo que não abriga os afetos da velhice. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.
- T190 – Silva, K. P. S. da., Santos, S. E. de B. & Souza, K. G. de. (2011). Os “sentidos” de uma oficina sociopsicodramática com homens autores de violência psicológica numa relação conjugal. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 9.
- T191 – Salgado, F. M. M., Carvalho, M. F. de L. & Bakthazar, A. M. S. e. (2011). A psicologia nas políticas públicas de atenção a população LGBT. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.
- T192 – Junior, V. L. S., Lino, T. R. & Freitas, R. V. (2011). “Sexualidade entre grades”: gênero e diversidade sexual de jovens em cumprimento de medida socioeducativa. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 5.
- T193 – Torres, K. de A., Adrião, K. G., Teodósio, A. M. de C., Coelho, I. M., Santos, M. E. & Mello, M. (2011). Toquem-se: mulheres jovens e o acesso aos direitos sexuais e reprodutivos. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.
- T194 – Gomes, L. F. A., Goulart, M. S. B. & Ribeiro, L. P. (2011). 1985: o I Encontro Mineiro de Psicologia Social. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 8.
- T195 – Dias, L. R. R., Giroto, W. M. & Tittoni, J. (2011). A análise de implicação na intervenção fotográfica nos campos jurídico e hospitalar. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 6.
- T196 – Gonçalves, M. A. & Portugal, F. T. (2011). A psicologia vai a comunidade – alguns apontamentos sobre as produções da psicologia social comunitária no Brasil. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 8.

- T197 – Santos, L. C. dos. & Silva, M. M. (2011). Diálogos interdisciplinares sobre o conceito de comunidade(s). In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 8.
- T198 – Dias, O. M. K., Curvello, F. V. & Ferreira, A. A. L. (2011). Governamentalidade liberal a práticas psicológicas: a logoterapia de Viktor Frankl e seu recurso à psicometria. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 5.
- T199 – Machado, M. N. da M. (2011). Indagações sobre epistemologia e metodologia das práticas psicossociais. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 4.
- T1200 – Velôso, T. M. G., Figueiredo, A. A. F. de., Barros, G. de., Marinho, J. R. L. & Bispo, M. B. (2011). Pesquisa-ação, história oral e a técnica do teatro do oprimido. Recursos metodológicos utilizados numa prática de extensão universitária. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 5.
- T201 – Mariano, R. B. & Bezerra, H. J. S. (2011). Pluralidade teórica e metodológica na psicologia social: do positivismo ao construcionismo social. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 6.
- T202 – Leandro, E. L. (2011). Psicologia social e assistência social: considerações éticas e epistemológicas para a atuação do psicólogo. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.
- T203 – Cavalcanti, A. E. L. N. & Francisco, A. L. (2011). A arte como dispositivo para a saúde mental: uma possibilidade. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 6.
- T204 – Rodrigues, L. & Hennigen, I. (2011). Criança em abrigo = infância perdida? Algumas interrogações. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 6.
- T205 – Baum, C., S. C. A. B. da. & Maraschin, C. (2011). “Mecânica avançada”: pensando o vídeo game como contexto inventivo. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.
- T206 – Spohr, F. da S. & Marachin, C. (2011). Tecendo imagens: operando experiências no plano do “comum”. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 6.
- T207 – Bayer, M, T., Moura, D. N. & Ferreira, A. A. L. (2011). A gestão das condutas na reforma psiquiátrica: a reabilitação psicossocial como dispositivo do vir-a-ser cidadão. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 6.
- T208 – Salgueiro, S. E., Costa, C. S. da S., Oliveira, V. S. de., Sousa, L. C. F. de. & Alberto, M. de F. P. (2011). Ações de potencialização no PETI: mobilizando a rede para a efetivação de direitos. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 4.

- T209 – Bicalho, P. P. G., Silva, R., Santos, M. R. B. dos. & Arantes, E. M. de M. (2011). Inspeções da Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP: um dispositivo em análise. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.
- T210 – Stefanuto, J. R. R., Santini, A. L. & Silva, N. R. da. (2011). As dificuldades de inserção de estagiários em psicologia social comunitária nos programas de políticas públicas. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.
- T211 – Pereira, C. S. & Uziel, A. P. (2011). “Família é a gente com quem se conta” o programa família acolhedora ampliando a rede de pertencimento. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.
- T212 – Silva, M. V., Silvério, J. do P. & Rodrigues, H. E. (2011). Identidade coletiva e autonomia grupal: desafios para a psicologia social comunitária. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 5.
- T213 – Sodré, K. R., Ferreira, A. A. L., Pereira, N. B., Figueiredo, B. F., Brandão, J. T. & Miguel, M. V. B. V. (2011). Psicologia e produção de subjetividades: seguindo produções de um departamento de psicologia aplicada. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 6.
- T214 – Santos, V. C. A. dos. & Santos, A. R. R. (2011). Psicologia social e as perspectivas de inclusão: discutindo as significações do esporte com um grupo de atletas com deficiências físicas. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.
- T215 – Souza, C. R. B. de., Figueirêdo, A. A. F. de. & Brito, J. D. da S. (2011). (Re) Construção das práticas psi no âmbito jurídico: uma reflexão. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 6.
- T216 – Pinheiro, M. C. (2011). Um novo olhar para o sujeito dependente de drogas a partir das oficinas terapêuticas. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 6.
- T217 – Lima, A. P. & Germano, I. M. P. (2011). A gestão do câncer na contemporaneidade. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 6.
- T218 – Mandelbaum, B., Oliveira, F. R. L. de., Cavini, P. N. & Maia, W. T. (2011). A implantação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) em duas regiões do Brasil e a inserção do psicólogo em suas ações. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.
- T219 – Ellery, A. E. L., Pontes, R. J. S. & Loiola, F. A. (2011). Seriam as equipes da estratégia saúde da família “comunidades de prática”? In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 8.
- T220 – Coelho, M. P., Cézar, M. de A. & Junior, W. M. (2011). A oficina de teatro em um serviço substitutivo – uma possibilidade de transformação. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 5.

- T221 – Bomfim, W. L. H. (2011). A psicologia social comunitária na prevenção de transtornos do humor: uma intervenção em baixos estratos sociais. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 8.
- T222 – Silva, C. F. P. da. & Carvalho, J. F. de. (2011). A representação da práxis do psicólogo no NASF. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 6.
- T223 – Peixoto, M. J. R., Cassel, P. A., Moraes, N. de A. de. & Dias, H. Z. J. (2011). Ambiente de convivência como uma alternativa terapêutica em um CAPSi. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 5.
- T224 – Belotti, M. & Campello, M. C. (2011). Apoio matricial: uma ferramenta para a desinstitucionalização da loucura? In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.
- T225 – Dameda, C., Martini, C. & Keitel, L. (2011). Aprendendo com a psicose: relato de experiência. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.
- T226 – Rocha, A. P. L. & Romagnoli, R. C. (2011). Atendimento domiciliar ao idoso: novas fronteiras de atuação da psicologia na perspectiva do trabalho intersetorial. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 5.
- T227 – Araldi, E., Silva, C. A. B. da., Tschiedel, R. G. & Maraschin, C. (2011). Cognição inventiva, tecnologias e promoção da saúde mental. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 5.
- T228 – Santos, F. A. dos. & Mendonça, E. de S. (2011). Construindo sentidos sobre a prática psicológica: olhares numa perspectiva psicossocial. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 8.
- T229 – Moraes, J. B. (2011). Desinstitucionalização psiquiátrica: avanços e limites. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 8.
- T230 – Walker, D. R., Brustolin, C. & Keitel, L. (2011). Relato de experiência da prática em psicodiagnóstico integrada ao projeto de pesquisa PET – Saúde. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 6.
- T231 – Lima, E. D. de. (2011). Estudo sobre cultura e loucura: modos e maneiras de analisar a realidade social. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 6.
- T232 – Prudente, J. & Tittoni, J. (2011). Ética, prática reflexiva e imagem. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 5.
- T233 – Santos, R. G. de. A. & Cabral, B. E. B. (2011). Experimentações em rede: notas sobre o trabalho na residência multiprofissional em saúde da família. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 8.

- T234 – Brandão, B. P., Cruz, C. B., Pimentel, E. H. do C., Gomes, R. da S., Capelini, T. C., Lima, T. de S. F., Araújo, V. B. de., Santos, M. M. dos. & Monteiro, L. D. B. (2011). Fazendo falar o território: oficinas regionais de discussão sobre o processo de territorialização em saúde no âmbito da atenção básica, em Cariacica – ES. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 6.
- T235 – Vasconcelos, D. C. de. & Curado, J. C. (2011). Identidade como estratégia de empoderamento: discutindo saúde na comunidade. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 8.
- T236 – Gomes, N. R. & Menezes, J. E. X. (2011). Inclusão sócio-digital: uma perspectiva em saúde mental. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 5.
- T237 – Silveira, M., Palombini, A. de L. & Campos, R. O. (2011). Ins(es)crevendo vozes: sobre os encontros de escrita na pesquisa da gestão autônoma da medicação. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.
- T238 – Jorge, A. C. de L. (2011). O acompanhamento terapêutico e a clínica da convivência. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 4.
- T239 – Knupp, D. F. Dias. & Pereira, K. A. (2011). O papel da psicoeducação no grupo de mulheres que buscam emagrecer: uma experiência em Belo Horizonte. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 5.
- T240 – Huber, L. C. & Gomes, R. de C. M. (2011). O psicólogo e a unidade básica de saúde: compromissos e práticas. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 5.
- T241 – Cassoli, T. & França, S. A. M. (2011). O riso como elemento de uma tecnologia da saúde. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.
- T242 – Zanchin, J. T. (2011). O uso do crack: trajetórias de usuários de drogas de um CAPSad. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 8.
- T243 – Bezerra, E. N. R. & Dimenstein, M. (2011). Reforma psiquiátrica e apoio matricial: propostas e desafios na construção de uma rede integrada em saúde mental. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 6.
- T244 – Goes, N. A. (2011). Olhares sobre o território a partir da experiência de inserção comunitária da residência multiprofissional em saúde da família e comunidade. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.
- T245 – Baumgarten, S. T. & Tatsch, D. T. (2011). Os desafios das intervenções familiares no contexto do uso de drogas. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 4.
- T246 – Moraes, A. N. D. de. & Costa, C. de S. B. (2011). Percepções de profissionais do CAPS e de familiares de usuários sobre a inclusão social. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 8.

T247 – Silva, K. A. e., Viana, H. A. & Paulino, L. R. S. R. (2011). Perspectivas, reflexões e desafios dos modelos biomédico e biopsicossocial em psicologia. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 4.

T248 – Santos, A. K. dos., Mendonça, E., Moreira, T. R., Fonseca, J., Moreira, L., Farina, K., Cardoso, R. & Costa, R. (2011). Práticas de acolhimento e cuidado sob o olhar dos agentes comunitários de saúde. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 6.

T249 – Melo, M. de O., Dantas, C. T. A. C., Barros, G. de., Leôncio, I. O. A., Pereira, J. N., Cirilo, L. S., Andrade, L. de A., Abrantes, M. do S., Nascimento, N. M. C. do. & Siqueira, R. M. S. (2011). In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 6.

T250 – Pereira, A. S. & Menezes, J. E. X. de. (2011). Psicopatologia infantil: a criança rotulada. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 6.

T251 – Silva, M. da C. G. da. & Lima, D. M. A. (2011). Reflexões sobre a história da psicologia social. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 5.

T252 – Cruz, M. T. de S., Oliveira, A. dos S. & Lima, M. das G. de. (2011). A gestão de projetos sociais: desafios multidisciplinares. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 5.

T253 – Mansano, S. R. V. (2011). Afeto e potência no trabalho imaterial: algumas considerações sobre os profissionais que atuam na área da saúde. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 5.

T254 – Cargnin, D. R. M. & Tittoni, J. (2011). As artes de trabalhar e educar – um estudo junto a trabalhadores da atenção básica em saúde. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.

T255 – Perez, K. V. & Merlo, A. R. C. (2011). Trabalho docente: um estudo a partir da psicodinâmica do trabalho em uma universidade privada. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 7.

T256 – Paixão, E. de O., Colen, N. S., Rocha, C. L., Mata, J. N. da., Neves, V. J. das., Maia, T. T. do N. & Felipe, M. da P. Z. (2011). Novas possibilidades em orientação profissional: intervenção com egressos do sistema prisional. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 6.

T257 – Trein, A. L. & Tittoni, J. (2011). O homem econômico tirou uma folga: sentou e chorou. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 5.

T258 – Silva, N. C. da., Otoni, T. A. T. & Zanotelli, M. (2011). Oficinas de intervenção psicossocial com funcionárias de serviço geral em escola pública: apontamentos acerca da invisibilidade social. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 5.

T259 – Rasch, S. S. & Andrade, A. N. de. (2011). Quais os sentidos do processo de trabalho na atenção básica de saúde e os efeitos na saúde mental do psicólogo do município de Vitória, Espírito Santo? In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 6.

T260 – Carvalho, P. R. de. (2011). Psicologia e contemporaneidade: práticas profissionais na sociedade de controle. In *Anais do XVI Encontro Nacional da ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO, p. 1.1 - 1. 5.